

Diretrizes para uma

Política Estadual do Turismo

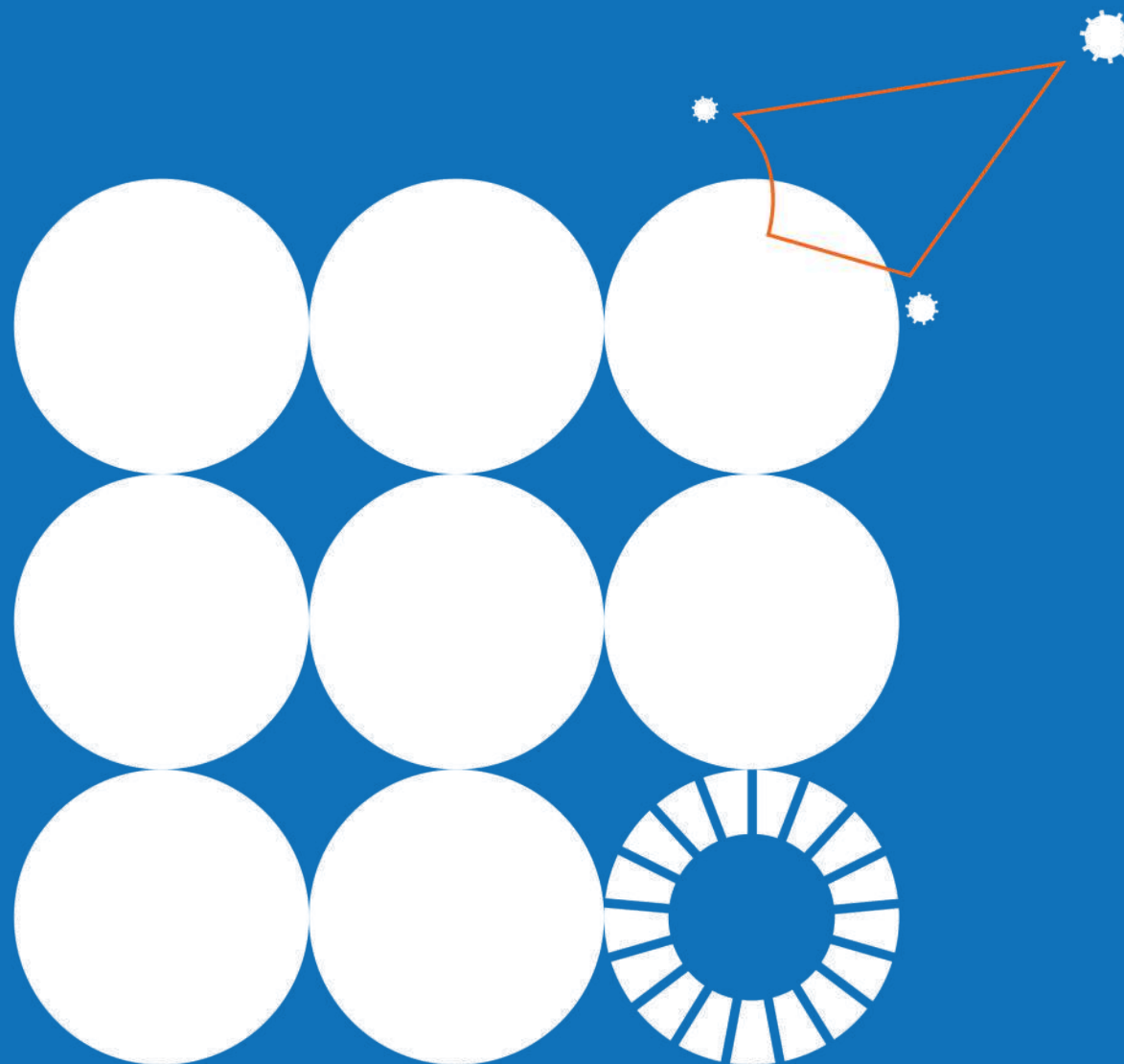
orientada para o
desenvolvimento urbano
sustentável de Alagoas



ONU-HABITAT



ALAGOAS
GOVERNO



ONU-Habitat

A Organização das Nações Unidas propõe agendas globais de desenvolvimento para promover a sustentabilidade de forma equilibrada entre o presente e o futuro. Desde 2015, esse compromisso tem sido guiado pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos na Agenda 2030 – um plano de ação global voltado à erradicação da pobreza, à proteção do meio ambiente e à promoção de uma vida digna para todas as pessoas.

Na sequência, a Nova Agenda Urbana, resultado da Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), realizada em 2016, estabeleceu uma visão compartilhada para um futuro urbano melhor e mais sustentável, em que todas as pessoas tenham direitos e acesso iguais aos benefícios e oportunidades que as cidades podem oferecer.

Como agência especializada da ONU voltada ao desenvolvimento urbano social, econômico e ambientalmente sustentável, o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) está presente no Brasil há mais de 25 anos. Seu objetivo é melhorar a qualidade de vida em um mundo majoritariamente urbanizado, construindo cidades e comunidades seguras, resilientes e sustentáveis, promovendo a urbanização como força transformadora para pessoas e comunidades, reduzindo a desigualdade, a discriminação e a pobreza, e melhorando a qualidade e o acesso a serviços básicos. Esse trabalho está baseado na cooperação com governos, academia e sociedade civil para identificar desafios e promover soluções adaptadas aos diferentes contextos urbanos, sem deixar ninguém e nenhum lugar para trás.

Foi com esse propósito que, em 2017, o ONU-Habitat e o Governo do Estado de Alagoas firmaram uma parceria, dando origem ao Visão Alagoas 2030. A iniciativa tem como objetivo produzir, sistematizar e qualificar dados e informações, além de propor diretrizes e estratégias que contribuam para fortalecer as capacidades locais e orientar políticas públicas.

Nesse contexto, o Visão Alagoas 2030 apresenta as **Diretrizes para uma Política Estadual de Turismo orientada para o desenvolvimento urbano sustentável de Alagoas**. O documento reúne princípios orientadores do turismo sustentável, diagnóstico do setor no estado, estratégias de ação e propostas de programas-piloto inspiradas em boas práticas nacionais e internacionais.

O objetivo da publicação é funcionar como um instrumento capaz de impulsionar o turismo enquanto vetor de inclusão, sustentabilidade e desenvolvimento urbano integrado, estimulando o diálogo e a construção coletiva de políticas públicas transformadoras para Alagoas.

Boa leitura!

Acompanhe o ONU-Habitat nas redes sociais!



@ONUHABITATBRASIL



ONU-Habitat Brasil



/ONUHABITATBR

Paulo Dantas Governador de Alagoas

Observar, planejar e trabalhar para construir uma sociedade mais justa é a principal diretriz de todos que fazem o Governo de Alagoas. Cientes de uma história secular de pobreza, o Estado, a iniciativa privada e a sociedade em geral têm um compromisso de reverter quadros de desigualdade social. Um compromisso que surge de dois tipos de observação: a do dia a dia, do contato, das nossas caminhadas por todos os 102 municípios, mas também um compromisso alicerçado na análise de dados e no trabalho de competentes profissionais que estão envolvidos na construção de políticas públicas que tornem nosso estado menos desigual.

Ninguém é capaz de fazer uma transformação deste porte sozinho, sem escutar, sem estudar, sem parcerias como esta que temos com o ONU-Habitat. Um trabalho que é referência para o mundo, mas, antes de tudo, é referência para milhares de alagoanos que já tiveram suas vidas melhoradas por este olhar, por este planejamento, por este trabalho para garantir uma vida com acesso aos serviços públicos.

Porém, é importante frisar que o nosso compromisso não é com o que já foi feito. Nosso compromisso está apontado para a mudança da realidade que ainda não pôde ser transformada, mas que será e que é para já. A partir da observação e análise dos dados desta realidade, nós, servidores e gestores públicos, vamos garantir uma série de políticas para dar autonomia a jovens e adultos, proteção às mulheres e crianças, segurança aos pais e mães de família, oportunidades aos micro, pequenos e médios empreendedores.

A construção dessas políticas perpassa, primordialmente, por produtos deste tipo, que não só balizam a tomada de decisões, como contribuem para a manutenção e o aprimoramento das práticas que permeiam a gestão pública.

Observando, planejando, trabalhando muito, alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, nós vamos mudar a vida de milhares de alagoanos e cumprir a missão que o povo nos confiou.

Acompanhe o Governo de Alagoas:



ALAGOAS.AL.GOV.BR



[@GOVERNODEALAGOAS](https://www.instagram.com/GOVERNODEALAGOAS)



Visão Alagoas 2030

O **Visão Alagoas 2030** é um projeto de cooperação técnica entre o Governo de Alagoas e o ONU-Habitat. Iniciado em 2017, o seu principal objetivo é fortalecer a prosperidade urbana sustentável e inclusiva de Alagoas, por meio da produção de dados e informações e da elaboração de estratégias de ação para qualificar as políticas públicas, planos e ações estaduais.

O Projeto estrutura-se em três eixos de implementação:

- **1. Dados e informações**
 - Construção de indicadores, mapeamentos e diagnósticos
- **2. Estratégias e soluções**
 - Elaboração de planos, diretrizes e recomendações
- **3. Visibilidade e inclusão**
 - Busca Ativa e Índice de Pobreza Multidimensional



Escaneie para saber mais!

Este produto
pertence ao **Eixo 2**
**Estratégias
e soluções**

Ficha Técnica

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS

Paulo Suruagy do Amaral Dantas
Governador do Estado

Ronaldo Augusto Lessa Santos
Vice-governador

Renata dos Santos
Secretária de Estado da Fazenda

Monique Souza de Assis
Secretária Especial do Tesouro Estadual

Paula Cintra Dantas
Secretária de Estado do Planejamento,
Gestão e Patrimônio

Phelipe Gabriel Clementino Vargas
Secretário Especial de Planejamento,
Orçamento e Governo Digital

Bárbara Faustino Braga
Secretária de Estado do Turismo

Marília Lima Herrmann
Secretária Executiva de Gestão Interna

Selefe Gomes da Silva Neta
Superintendente de Planejamento
e Prospecção de Negócios Turísticos

Hugo de Moraes Alves Pereira
Supervisor de Pesquisa e Gestão de Indicadores,
Metas e Resultados

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS ASSENTAMENTOS HUMANOS (ONU-Habitat)

ESCRITÓRIO REGIONAL PARA AMÉRICA LATINA E O CARIBE (ROLAC)

Elkin Velasquez
Representante Regional para a América Latina e o Caribe

Rayne Ferretti Moraes
Chefe do Escritório do Brasil

Ana Elisa Larrarte
Gerente de Desenvolvimento de Programas, Monitoramento e
Avaliação

Aléxia Saraiva
Gerente de Comunicação & Advocacy

Daphne Besen
Gerentes de Programas e Relações Institucionais

Julia Caminha
Gerente de Gestão do Conhecimento

Leta Vieira de Sousa
Especialista em Resiliência e Mudança Climática

Maria Fernandes Caldas
Especialista em Desenvolvimento Urbano Sustentável

Tássia Regino
Especialista em Urbanização de Assentamentos Precários e Habitação
Social

Vanessa Tenuta de Freitas
Assessora Técnica de Desenvolvimento de Programas

Fábio Donato | Julia Rabelo | Laura Collazos | Tiago Marques
Analistas de Programas

**Giselle Mansur Batista | Gustavo Aires Tiago | Pedro Araújo Patrício |
Vivian Silva**
Analistas de Dados

Ficha Técnica

Flávia Scholz
Analista de Comunicação

Camila Nogueira
Designer Gráfico

Gabriela Gullich
Designer Gráfico Júnior

Claudia Bastos de Mello
Coordenadora Financeira

Jessica Blanco
Assistente Administrativa

Adriana Carneiro
Coordenadora de Recursos Humanos

Carina Lucena | Carolina Oliveira
Analistas de Operações

Mariana Assad
Assistente de Operações

Severino Marcelino de Azevedo
Motorista

EQUIPE TÉCNICA DO PROJETO

Alex Rosa (até março de 2025)
Coordenador de Programas

Paula Zacarias
Coordenadora de Programas

Gabriela Chetto | Larissa Rocha | Lessa Gognac
Analistas de Programas

Alexandra Freitas | Tiane Souza | Victor Siqueira
Assistentes de Programas

Bruna Maria (até abril de 2025)
Assistente Administrativa

Thayanne Massopust (até maio de 2025)
Assistente de Comunicação

Sofia L'Amour
Designer Gráfico Júnior

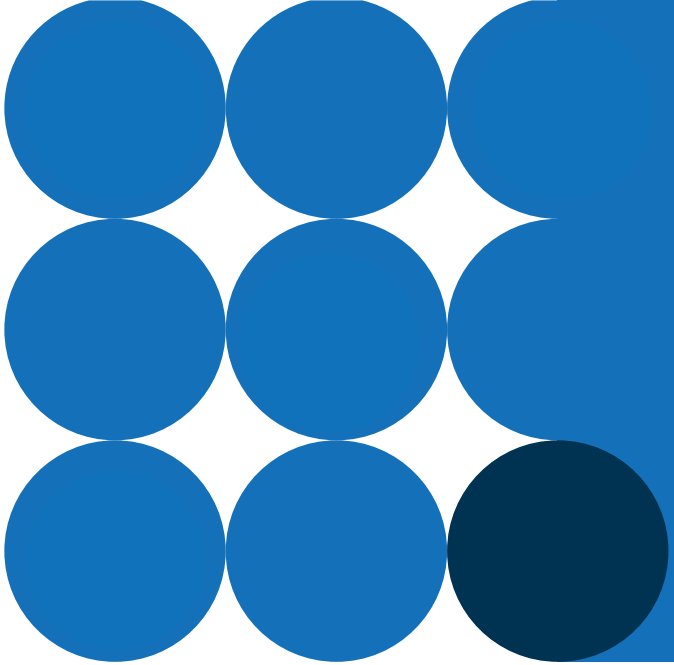
CONSULTORIA ESPECIALIZADA

Luciana Sagi
Consultora especializada em Turismo
e Desenvolvimento Urbano Sustentável

DIAGRAMAÇÃO
Sofia L'Amour

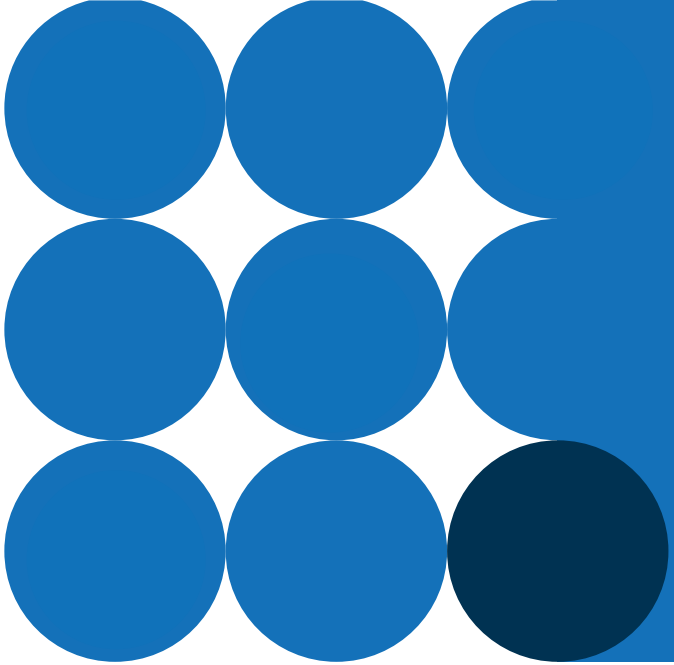
REVISÃO
Gabriela Chetto | Tiane Souza

REVISÃO FINAL
Julia Caminha | Paula Zacarias



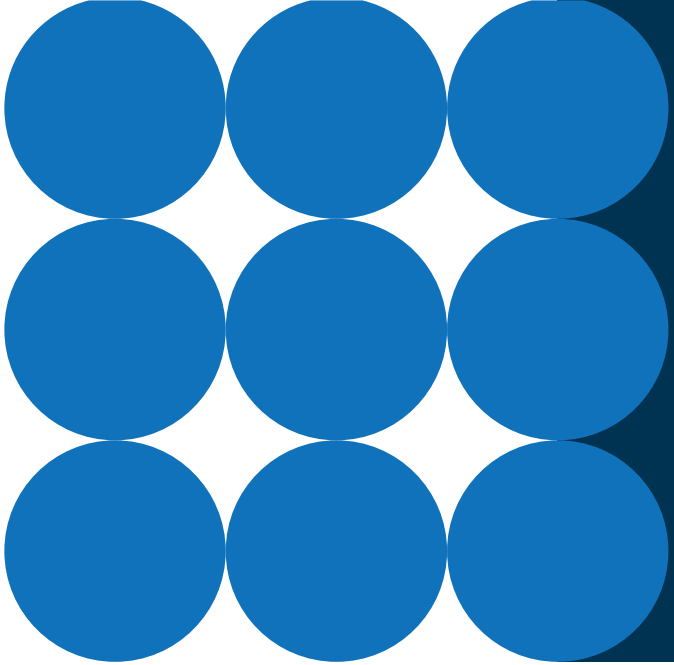
lista siglas

ABIH	Associação Brasileira da Indústria de Hotéis	IGR	Instâncias de Governança Regionais
Abrasel	Associação Brasileira de Bares e Restaurantes	IMA	Instituto do Meio Ambiente
ACTs	Atividades Características do Turismo	IPC	Índice de Prosperidades das Cidades
APA	Área de Proteção Ambiental	Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento	Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
B2B	<i>Business to Business</i>	GUT	Gravidade, Urgência e Tendência
Cadastur	Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos	MHs	Meios de Hospedagem
CAF	Banco de Desenvolvimento da América Latina	MONA	Monumento Natural do Rio São Francisco
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados	MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
CIPT	Centro de Inovação do Polo Tecnológico do Jaraguá	MTur	Ministério do Turismo
COMTUR	Conselhos Municipais de Turismo	ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
Conetur	Conselho Estadual de Turismo	OMT	Organização Mundial do Turismo
DTI	Destinos Turísticos Inteligentes	ONG	Organização Não Governamental
Embratur	Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo	ONU	Organização das Nações Unidas
ESG	<i>Environmental, Social and Governance</i> (Ambiental, Social e Governança)	ONU-Habitat	Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos
FIEA	Federação das Indústrias do Estado de Alagoas	PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
Fungetur	Fundo Geral do Turismo	PATI	Programa de Aceleração do Turismo Internacional
GODI	<i>Ghana Open Data Initiative</i>	PDITS	Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável
IA	Inteligência Artificial	PDUI	Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	PIB	Produto Interno Bruto
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente



lista siglas

PPA	Plano Plurianual
PPP	Parceria Público-Privada
Prodetur	Programa de Desenvolvimento do Turismo
PRT	Programa de Regionalização do Ministério do Turismo
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RBOT	Rede Brasileira de Observatórios de Turismo
RMM	Região Metropolitana de Maceió
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Alagoas
SECULT	Secretaria de Estado da Cultura
SEINFRA	Secretaria de Estado da Infraestrutura
SEMARH	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Senac	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SETRAND	Secretaria de Transporte e Desenvolvimento Urbano
SETUR	Secretaria de Estado de Turismo
Simpacto	Sistema Nacional de Economia de Impacto
SINDHAL	Sindicato Empresarial de Hospedagem e Alimentação de Alagoas
SNIS	Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento
UFAL	Universidade Federal de Alagoas



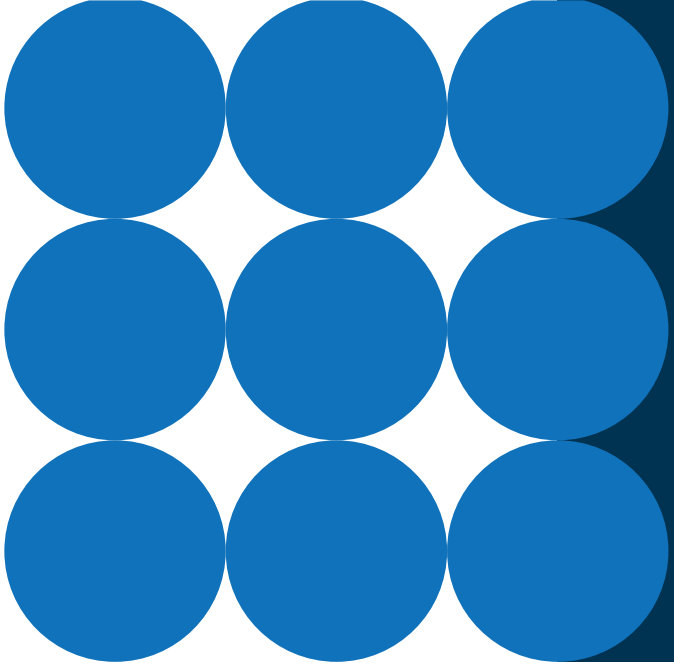
listas listas

Figuras

Figura 1 - Visão sistêmica do turismo	18
Figura 2 - Etapas metodológicas	19
Figura 3 - Correlação dos ODS com o turismo sustentável	28
Figura 4 - Mapa das regiões turísticas de Alagoas	37

Gráficos

Gráfico 1 - Distribuição dos municípios de acordo com a clusterização do Mapa do Turismo Brasileiro, por região turística em Alagoas (2024)	38
Gráfico 2 - Participação de empregos formais no setor turismo estadual, por regiões turísticas (2023)	39
Gráfico 3 - Participação de empregos de turismo no setor de serviços por regiões turísticas em Alagoas (2023)	39
Gráfico 4 - Número de novos MHs instalados nas regiões turísticas dos anos 60 a 2020	40
Gráfico 5 - Subdimensões “Gestão de Resíduos” e “Energia Sustentável” nas regiões turísticas, de acordo com o IPC	42
Gráfico 6 - Subdimensão “Tecnologias da Informação e Comunicação” nas regiões turísticas, de acordo com IPC	42
Gráfico 7 - Subdimensões “Equidade Econômica” e “Inclusão Social” nas regiões turísticas, de acordo com o IPC	43
Gráfico 8 - Distribuição de municípios nas regiões turísticas, por tipologia urbana-rural	44
Gráfico 9 - Ciclo de vida das regiões turísticas de Alagoas	45
Gráfico 10 - Influência das partes interessadas da rede de governança do turismo em Alagoas	57



listas listas

Quadros

Quadro 1 - Objetivos do turismo sustentável	26
Quadro 2 - Correlação do turismo com a Nova Agenda Urbana.	31
Quadro 3 - Análise do ciclo de vida das regiões turísticas de Alagoas.	46
Quadro 4 - Rede de governança do turismo de Alagoas e suas áreas de influência.	50
Quadro 5 - Políticas públicas para desenvolvimento do turismo sustentável em Alagoas a partir de 2021	62
Quadro 6 - Tendências de turismo, potencialidades e desafios de consolidação em Alagoas.	68
Quadro 7 - Síntese dos aspectos-chave, oportunidades e desafios	73
Quadro 8 - Desafios e hierarquização de acordo com a matriz GUT	76

Sumário

1. INTRODUÇÃO	14
2. METODOLOGIA	16
3. PRINCÍPIOS NORTEADORES PARA O TURISMO SUSTENTÁVEL	24
4. DIAGNÓSTICO DO TURISMO EM ALAGOAS	34
5. DIRETRIZES PARA O TURISMO SUSTENTÁVEL DE ALAGOAS	78
6. PROPOSTA DE PROGRAMAS-PILOTO PARA O TURISMO SUSTENTÁVEL	92
7. COMO USAR AS DIRETRIZES?	104
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	107
ANEXO 1. FORMULÁRIO ONLINE PARA CONTRIBUIÇÕES SOBRE O DIAGNÓSTICO E ESTRATÉGIAS	112





INTRODUÇÃO

Este relatório apresenta as **Diretrizes para uma Política Estadual do Turismo orientada para o desenvolvimento urbano sustentável de Alagoas**, com o objetivo de apoiar o fortalecimento de políticas públicas do turismo, tanto em nível estadual, regional e municipal quanto para o terceiro setor e iniciativas privadas, de forma alinhada à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável¹ e à Nova Agenda Urbana².

As diretrizes buscam também o aprimoramento das ações existentes e a articulação intersetorial entre as diferentes esferas de governança da cadeia do turismo e áreas correlatas como infraestrutura urbana, cultura, meio ambiente, desenvolvimento social e econômico e digitalização de serviços.

O documento está estruturado em cinco partes com as seguintes seções principais:

Princípios norteadores

- Turismo e desenvolvimento urbano sustentável;
- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e turismo sustentável; e
- Nova Agenda Urbana, turismo e desenvolvimento urbano sustentável.

Diagnóstico

- Contextualização geral do turismo em Alagoas;
- Análise da rede de governança;
- Análise de políticas públicas de turismo;
- Tendências de turismo e seu impacto em Alagoas; e
- Síntese do diagnóstico e hierarquização de desafios.

Estratégias

- Estratégias diretamente relacionadas com o turismo; e
- Estratégias transversais ao turismo.

Programas-piloto

- Objetivos;
- Atividades propostas;
- Regiões beneficiadas;
- Prazos de execução;
- Pessoas envolvidas na execução; e
- Boas práticas.

Recomendações para a implementação das diretrizes

- Orientações para tomada de decisão na esfera pública, privada e terceiro setor.

¹ Para mais informações, acessar: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

² Para saber mais, acessar: <https://habitat3.org/wp-content/uploads/NUA-Portuguese-Brazil.pdf>



2

Para a elaboração deste trabalho, foram adotadas as seguintes premissas metodológicas:

Apoio à consolidação de políticas públicas existentes

A metodologia foca no fortalecimento de políticas públicas existentes no estado, buscando consolidar e aprimorar as iniciativas governamentais com foco no desenvolvimento sustentável.

Integração com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e a Nova Agenda Urbana

As análises levam em consideração os princípios das agendas globais de desenvolvimento, de modo que as diretrizes sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis.

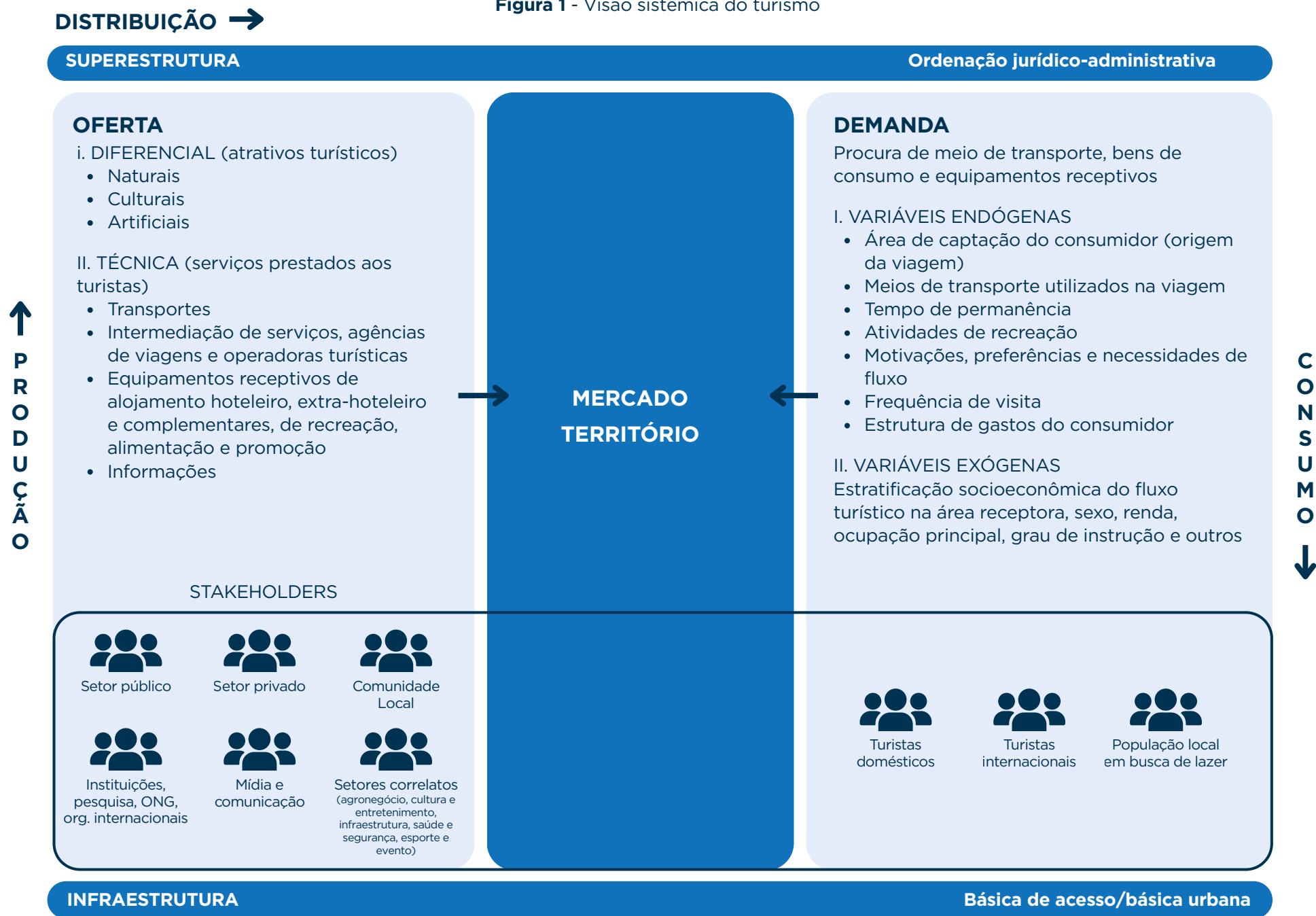
Turismo orientado para o desenvolvimento urbano sustentável

A metodologia considera o planejamento e a gestão sustentável do espaço urbano, promovendo a prosperidade urbana, inclusiva e sustentável em Alagoas.

Visão sistêmica e articulação intersetorial

As diretrizes propõem ações que promovam a articulação entre diferentes esferas de governança e setores ligados ao turismo, com a finalidade de fortalecer redes de governança e a cooperação intersetorial para garantir a eficácia das políticas e das iniciativas implementadas. Para tanto, foi incluída a participação ativa das instâncias de governança regionais, conselhos municipais e o Conselho Estadual de Turismo. Além disso, parte-se de uma visão sistêmica do turismo (Figura 1), reconhecendo que a atividade não ocorre de forma isolada, mas como parte de um sistema dinâmico composto por diversos elementos que influenciam e são influenciados por ele. Desta forma, foi dado um enfoque multidimensional nas recomendações apresentadas, considerando a dinâmica do turismo do ponto de vista ambiental, econômico, social, político institucional e de infraestrutura básica e urbana.

Figura 1 - Visão sistêmica do turismo



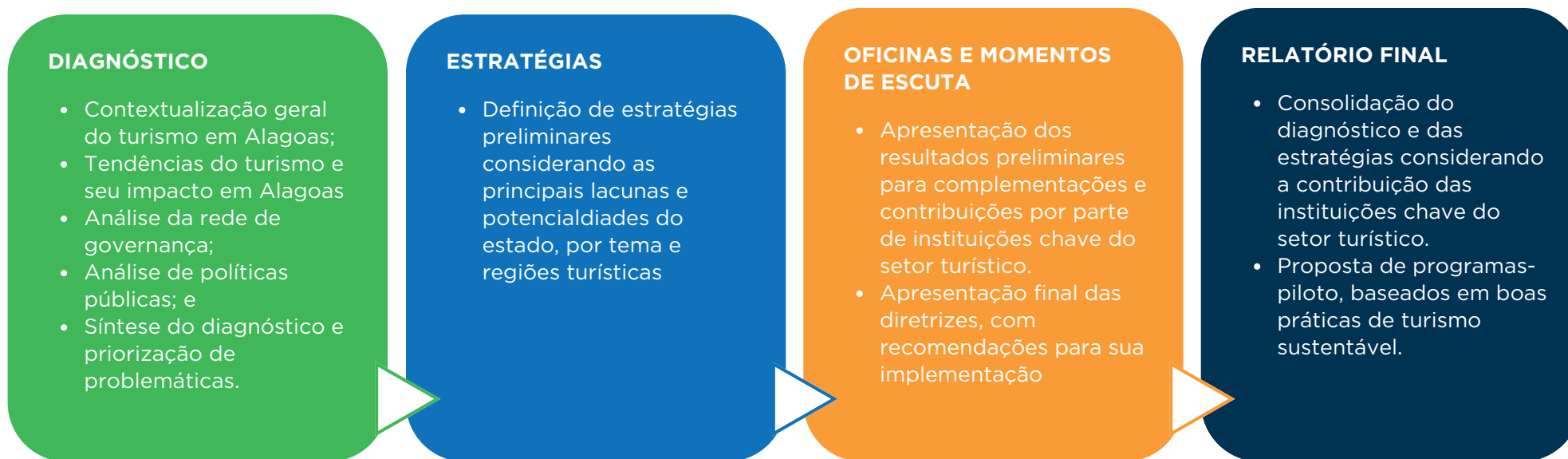
Fonte: Beni, 2004, adaptado por Sagi, 2020.

Participação e capacidade institucional

A elaboração das diretrizes contou com oficinas colaborativas para coletar contribuições de diversas partes interessadas no setor turístico do estado, além de uma oficina para apresentação dos resultados. As oficinas buscavam também sensibilizar o público participante sobre as recomendações propostas de modo que sejam utilizadas como apoio para a tomada de decisão baseada em evidências e promovam o fortalecimento das capacidades institucionais locais.

O trabalho foi realizado no período de setembro de 2024 a fevereiro de 2025 e organizado em quatro etapas, cada uma composta por um conjunto de atividades: diagnóstico, estratégias, oficinas colaborativas e o relatório final (Figura 2).

Figura 2 – Etapas metodológicas



Fonte: Elaboração própria, 2025.

2.1. DIAGNÓSTICO

As diretrizes foram elaboradas a partir de um diagnóstico não extensivo do setor turístico, considerando esforços realizados ou em andamento, além das diferentes realidades regionais, conforme sintetizado a seguir.

Contextualização geral do turismo em Alagoas

- O desempenho atual do setor turístico foi analisado de forma preliminar, com base nos principais indicadores e dados secundários disponíveis sobre desempenho econômico, social e ambiental. Dentre as fontes consultadas, destacam-se os Planos de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável (PDITS), a categorização de municípios turísticos do Programa de Regionalização (PRT) do Ministério do Turismo (MTur), os dados sobre iniciativas de turismo sustentável no território, os dados do Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur), o Índice de Prosperidade das Cidades (IPC) calculado pelo ONU-Habitat, entre outros;
- A ferramenta de análise de ciclo de vida de destinos turísticos (Butler, 2006) foi adotada para sistematizar um olhar regionalizado sobre a dinâmica do turismo; e
- As tendências de consumo e desenvolvimento do turismo foram abordadas, demonstrando seu impacto em Alagoas.

Análise da rede de governança

- Essa fase envolveu o mapeamento e análise dos núcleos de governança do setor turístico, examinando suas interações, o fluxo de informação e o nível de influência em áreas chave. A rede de governança foi analisada para identificar a coesão entre as partes interessadas, destacando oportunidades para aprimorar o alinhamento com os ODS. O mapeamento e as análises foram desenvolvidos a partir de dados secundários que caracterizam a dinâmica dessas redes.

Análise do conteúdo das políticas públicas estaduais de turismo frente às premissas da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e a Nova Agenda Urbana

- A análise mapeou as políticas públicas estaduais de turismo ou que possuem impacto relevante na sustentabilidade do setor e foi considerada a coesão e as lacunas de seus conteúdos frente às premissas estabelecidas pela Agenda 2030 e a Nova Agenda Urbana, identificando áreas que não estão sendo abordadas ou que demandam de maior atenção; e
- Essa fase também envolveu o mapeamento e a análise do conteúdo de políticas, planos e programas relacionados ao turismo, como os PDITS e o Plano Estratégico de Turismo de Alagoas 2024, além de outros instrumentos que constituem bases importantes para o estudo em análise, como o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Maceió (RMM).

Síntese do diagnóstico e priorização de problemáticas

- A sistematização do diagnóstico incluiu as potencialidades e desafios específicos temáticos e por região turística, considerando as análises realizadas nos itens anteriores. Além disso, foram indicadas as problemáticas prioritárias por meio da ferramenta matriz GUT de modo a apoiar a organização e foco nas questões mais importantes e urgentes, e facilitar o estabelecimento das estratégias (BOX 1).

BOX 1 - Matriz GUT

A matriz GUT é uma ferramenta de priorização utilizada na gestão de problemas, projetos ou ações, ajudando a organizar e dar foco nas questões mais importantes e urgentes. O acrônimo GUT refere-se a três critérios: Gravidade, Urgência e Tendência.

Cada critério é avaliado com uma nota, normalmente de 1 a 5 (ou outro intervalo definido), e os valores são multiplicados para determinar a prioridade do item avaliado:

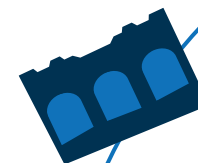
- **Gravidade (G):** mede o impacto ou as consequências que o problema ou situação pode causar se não for resolvido.
Pergunta-chave: Qual é a seriedade do problema?
Escala: 1 = Impacto muito baixo | 5 = Impacto muito alto
- **Urgência (U):** avalia o tempo disponível ou necessário para resolver a situação.
Pergunta-chave: Quão rapidamente isso precisa ser resolvido?
Escala: 1 = Pode esperar muito tempo | 5 = Deve ser resolvido imediatamente
- **Tendência (T):** verifica a probabilidade de o problema piorar ou se agravar ao longo do tempo.
Pergunta-chave: O problema tende a piorar se não for tratado?
Escala: 1 = Não tende a se agravar | 5 = Tende a se agravar muito rapidamente
- **Fórmula:** A prioridade é calculada por meio da multiplicação dos critérios: $\text{Prioridade} = G \times U \times T$. Quanto maior o resultado, mais prioritário será o problema ou ação.

2.2. ESTRATÉGIAS

As estratégias foram estabelecidas a partir de um método estruturado de análise e diagnóstico, conforme apresentado anteriormente, que envolveu a coleta e organização de informações relevantes sobre o contexto, desafios e oportunidades.

Posteriormente, adotou-se o cruzamento dos dados analisados de forma integrada para identificar relações, tendências e prioridades a partir dos princípios da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e da Nova Agenda Urbana. A aplicação da matriz GUT complementou esse processo, permitindo priorizar problemáticas, e, portanto, estratégias e programas, com base em critérios de gravidade, urgência e tendência.

Assim, essa abordagem integrada organizou o diagnóstico inicial e transformou os dados em propostas estratégicas, destacando ações práticas e viáveis que atendem às demandas mais críticas e que têm maior impacto no alcance dos objetivos deste trabalho.



OFICINAS E MOMENTOS DE ESCUTA

Oficina Preparatória

Mapeamento das principais iniciativas da SETUR e sua conexão com a estrutura de governança do turismo em Alagoas



Oficina colaborativa online com representantes do setor turístico reuniu 24 participantes para contribuir com sugestões para o diagnóstico e as estratégias preliminares apresentados, por meio de um formulário online disponibilizado após o evento.

Reunião técnica com a SETUR

para discutir alinhamentos estratégicos e explorar possibilidades para os próximos passos do produto.



MAI 2024

OUT 2024

FEV 2025



Reunião técnica com a SETUR

para coletar contribuições da SETUR para o diagnóstico e estratégias, e contou com a participação da Secretária de Estado de Turismo e representantes da Superintendência de Planejamento e Prospecção de Negócios Turísticos



Oficina colaborativa presencial com representantes de secretarias e órgãos estaduais parceiros contou com 18 participantes para discutir os temas apresentados e compartilhar suas contribuições.



Oficina de apresentação de resultados envolveu 39 participantes de secretarias e órgãos estaduais e municipais, além de representantes de diversas instituições do setor turístico com objetivo de apresentar as diretrizes e programas-piloto propostos em conjunto com boas práticas para fortalecer o turismo sustentável em Alagoas.





3

PRINCÍPIOS NORTEADORES PARA O TURISMO SUSTENTÁVEL

As diretrizes apresentadas estão pautadas em princípios norteadores para o turismo orientado para o desenvolvimento urbano sustentável conforme preconizado na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e a Nova Agenda Urbana. Com esse propósito, no diagnóstico, as análises avaliam o grau de alinhamento da situação atual em relação a esses princípios, enquanto nas estratégias, busca-se reduzir as lacunas existentes e potencializar a convergência com as agendas adotadas.

O turismo sustentável é reconhecido como um dos pilares para promover o desenvolvimento integrado dos territórios. Baseado no tripé da sustentabilidade — econômica, social e ambiental —, este conceito vai além da exploração turística, buscando criar um impacto positivo e duradouro para as comunidades locais, preservar os recursos naturais e culturais, e garantir benefícios econômicos inclusivos e equitativos (MTur, 2007).

No contexto do planejamento e da gestão territorial de Alagoas, o turismo sustentável é, portanto, uma estratégia capaz de integrar diferentes dimensões do desenvolvimento, a partir da criação de políticas e práticas que respeitem as especificidades locais, valorizem as identidades culturais e promovam a resiliência dos territórios diante de desafios globais como as mudanças climáticas, a urbanização acelerada e as desigualdades sociais (ver Quadro 1).

A relevância do turismo sustentável reside na capacidade de estimular a geração de emprego e renda, incentivar a conservação do patrimônio ambiental e cultural, fomentar a inclusão social e contribuir para a melhoria das condições de vida da população. Como premissa, o turismo sustentável orienta a gestão pública, o setor privado, a sociedade civil e as instituições acadêmicas a trabalharem de forma colaborativa, considerando os limites ecológicos e sociais no uso dos recursos e planejando destinos turísticos que promovam experiências transformadoras, tanto para visitantes quanto para residentes.

Quadro 1 – Objetivos do turismo sustentável

PREMISSAS	OBJETIVOS
Viabilidade econômica	Garantir a viabilidade e competitividade dos destinos e empresas turísticas, para que possam continuar a prosperar e gerar benefícios a longo prazo.
Prosperidade local	Maximizar a contribuição do turismo para a prosperidade do destino anfitrião, incluindo a proporção dos gastos de visitantes que é retida localmente.
Qualidade do emprego	Fortalecer o número e a qualidade dos empregos locais criados e apoiados pelo turismo, incluindo o nível de remuneração, condições de serviço e disponibilidade para todas as pessoas, sem discriminação por gênero, raça, deficiência ou outras formas.
Equidade social	Buscar uma distribuição ampla dos benefícios econômicos e sociais do turismo na comunidade receptora, incluindo a melhoria de oportunidades, rendimentos e serviços disponíveis para as pessoas mais pobres.
Satisfação do visitante	Proporcionar uma experiência segura, satisfatória e gratificante para as pessoas visitantes, de modo acessível e sem discriminação por gênero, raça, deficiência ou outras formas.
Controle local	Envolver e capacitar as comunidades locais no planejamento e na tomada de decisões sobre a gestão e o desenvolvimento futuro do turismo em sua área, em consulta com outras partes interessadas.
Bem-estar da comunidade	Manter e fortalecer a qualidade de vida nas comunidades locais, incluindo estruturas sociais e o acesso a recursos, comodidades e sistemas de suporte à vida, evitando qualquer forma de degradação social ou exploração.
Riqueza cultural	Respeitar e valorizar o patrimônio histórico, a cultura autêntica, as tradições e a singularidade das comunidades anfitriãs.
Integridade física	Manter e melhorar a qualidade das paisagens, tanto urbanas quanto rurais, e evitar a degradação física e visual do meio ambiente.
Diversidade biológica	Apoiar a conservação de áreas naturais, habitats e vida selvagem, minimizando danos a eles.
Eficiência dos recursos	Minimizar o uso de recursos escassos e não renováveis no desenvolvimento e operação de instalações e serviços turísticos.
Qualidade ambiental	Minimizar a poluição do ar, da água e do solo e a geração de resíduos pelas empresas turísticas e visitantes.

Fonte: ONU Turismo e PNUMA, 2005.

3.1. ODS E TURISMO SUSTENTÁVEL

O turismo sustentável é uma abordagem integrada e sistêmica, e possui relação direta com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, especialmente considerando o seu potencial de contribuir para o alcance de diversos ODS, uma vez que, quando bem gerido, o turismo é um dos motores globais de crescimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

Ao integrar práticas de sustentabilidade, o turismo sustentável garante não apenas a geração de lucro e lazer, mas também contribui ativamente para um futuro mais justo, inclusivo e equilibrado para todas as pessoas. A Figura 3 ilustra essa correlação.



Figura 3 - Correlação dos ODS com o turismo sustentável



Fonte: Elaboração própria, 2025, a partir de ONU, 2015.

Figura 3 - Correlação dos ODS com o turismo sustentável



Fonte: Elaboração própria, 2025, a partir de ONU, 2015.



3.2. NOVA AGENDA URBANA, TURISMO E DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL

O turismo sustentável tem potencial para desempenhar um papel fundamental na implementação das diretrizes da Nova Agenda Urbana ao compartilhar objetivos comuns voltados para a criação de cidades e comunidades mais inclusivas, resilientes e ambientalmente sustentáveis.

Sendo assim, a implementação de políticas que integram o turismo sustentável ao planejamento urbano é crucial para garantir que o crescimento do turismo beneficie não apenas o setor econômico, mas também contribua para a qualidade de vida nas cidades e para a preservação do meio ambiente urbano. Algumas considerações importantes sobre a relação entre o turismo sustentável e a Nova Agenda Urbana incluem os aspectos chave apontados no Quadro 2.

Quadro 2 – Correlação do turismo com a Nova Agenda Urbana

ASPECTOS CHAVE	CONSIDERAÇÕES
<p>Turismo como vetor de desenvolvimento urbano sustentável</p>	<p>O turismo sustentável pode ser um importante impulsionador do desenvolvimento econômico e da regeneração urbana, especialmente em cidades que utilizam suas atratividades culturais e naturais como motores de crescimento. Além disso, pode ajudar a revitalizar áreas urbanas degradadas, transformando espaços subutilizados em zonas de atração para visitantes e criando oportunidades de negócios para as comunidades locais.</p> <p>A Nova Agenda Urbana reconhece o potencial do turismo como uma ferramenta para fomentar o crescimento inclusivo e sustentável nas cidades, promovendo investimentos em infraestrutura, serviços urbanos e criação de empregos locais.</p>
<p>Promoção de cidades e comunidades inclusivas e equitativas</p>	<p>O turismo sustentável deve adotar práticas que assegurem uma distribuição equitativa dos benefícios econômicos e sociais gerados pela atividade turística. Isso pode ser alcançado por meio de políticas públicas que promovam a inclusão de grupos vulnerabilizados, como mulheres, jovens, pessoas idosas e com deficiência, no desenvolvimento turístico.</p> <p>O turismo comunitário é um exemplo prático de como as cidades podem promover a inclusão econômica e social de comunidades que estão à margem dos principais polos de desenvolvimento urbano.</p> <p>A Nova Agenda Urbana enfatiza a criação de cidades que não excluem partes da população, promovendo a igualdade de acesso a serviços urbanos, oportunidades econômicas e benefícios do desenvolvimento.</p>
<p>Proteção e valorização do patrimônio cultural e natural urbano</p>	<p>Tanto o turismo sustentável quanto a Nova Agenda Urbana reconhece a importância de preservar e promover o patrimônio cultural e natural das cidades. O turismo, quando desenvolvido de forma responsável, pode financiar a conservação de monumentos históricos, áreas verdes e sítios culturais, ao mesmo tempo em que oferece ao público visitante uma experiência enriquecedora.</p> <p>A valorização da identidade local é um dos princípios da Nova Agenda Urbana, e o turismo sustentável pode contribuir para essa preservação ao promover a autenticidade cultural e combater a massificação ou descaracterização dos centros urbanos.</p>
<p>Planejamento e gestão urbana sustentáveis</p>	<p>A Nova Agenda Urbana reforça a necessidade de um planejamento urbano integrado, que considere os impactos econômicos, sociais e ambientais do desenvolvimento. O turismo sustentável deve ser incluído nesse processo, com políticas que garantam a gestão dos fluxos de visitantes, evitando a superlotação, a degradação ambiental e a pressão excessiva sobre os serviços públicos urbanos, como transporte, energia e saneamento.</p> <p>O planejamento do turismo sustentável deve também envolver um uso eficiente dos recursos naturais e da infraestrutura urbana, promovendo a construção de edifícios e instalações turísticas que sigam princípios de eficiência energética, gestão de resíduos e uso racional da água.</p>

Quadro 2 – Correlação do turismo com a Nova Agenda Urbana

ASPECTOS CHAVE	CONSIDERAÇÕES
<p>Turismo como incentivo à mobilidade sustentável</p>	<p>A Nova Agenda Urbana incentiva a promoção de modos de transporte sustentáveis nas cidades, como sistemas de transporte público, ciclovias e áreas de pedestres. O turismo sustentável pode impulsionar a criação de infraestrutura de mobilidade urbana eficiente e ecologicamente correta, ao estimular a demanda por transporte público acessível e sustentável, tanto para turistas quanto para a população local.</p> <p>Além disso, o turismo pode incentivar a criação de redes de transporte interligadas e acessíveis que facilitam a movimentação dentro das cidades e conectam áreas turísticas com áreas urbanas e periféricas, favorecendo a inclusão econômica e social.</p>
<p>Mitigação dos impactos ambientais nas cidades</p>	<p>A Nova Agenda Urbana destaca a importância de desenvolver cidades resilientes ao clima e que reduzam os impactos ambientais, como poluição e consumo excessivo de recursos. O turismo sustentável desempenha um papel crítico nesse contexto, promovendo práticas que minimizem os impactos ambientais associados à visitação, como a redução das emissões de carbono, a promoção de energia limpa e o gerenciamento adequado de resíduos.</p> <p>Políticas públicas de turismo sustentável devem incluir estratégias para mitigar os efeitos das mudanças climáticas nas cidades, incentivando a construção de infraestrutura resiliente e a adoção de práticas de turismo de baixo impacto.</p>
<p>Resiliência urbana e turismo</p>	<p>A Nova Agenda Urbana também enfatiza a necessidade de tornar as cidades mais resilientes a desastres naturais e outros choques. O turismo sustentável pode contribuir para isso ao desenvolver destinos e infraestruturas que sejam capazes de resistir a desastres, como inundações e terremotos, além de criar planos de emergência para proteger tanto residentes quanto turistas em situações de crise.</p> <p>O turismo de adaptação climática pode ser uma oportunidade para educar e conscientizar turistas e comunidades locais sobre as questões relacionadas às mudanças climáticas e a necessidade de construir cidades mais preparadas para enfrentar essas adversidades.</p>
<p>Parcerias e governança para a sustentabilidade urbana</p>	<p>Tanto a Nova Agenda Urbana quanto o turismo sustentável requerem uma governança multissetorial, com a participação ativa de governos, setor privado, sociedade civil e comunidades locais no planejamento e na gestão.</p> <p>O turismo sustentável pode promover Parcerias Público-Privadas (PPPs) que ajudem a implementar soluções inovadoras para os desafios urbanos e incentivem a transparência e a responsabilidade na gestão de recursos, a exemplo do conceito de Destinos Turísticos Inteligentes (DTI), utilizado pelo Ministério do Turismo como um dos pilares centrais a governança colaborativa.</p>

Fonte: Elaboração própria, 2025, a partir de ONU-Habitat, 2016.



4



DIAGNÓSTICOS DO TURISMO EM ALAGOAS

Este capítulo apresenta o diagnóstico sistematizado do turismo em Alagoas elaborado com base na sua contextualização geral, na análise da rede de governança e do conteúdo das políticas públicas estaduais de turismo frente às premissas da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e a Nova Agenda Urbana, e na sistematização das problemáticas prioritárias.

4.1. DINÂMICA DO TURISMO E CICLO DE VIDA DAS REGIÕES TURÍSTICAS

O turismo em Alagoas é fortemente marcado por sua diversidade de atrativos naturais e culturais. A economia turística do estado é impulsionada pelo turismo de sol e praia, que atrai um público nacional e internacional, destacando-se entre os principais destinos da região Nordeste do país. O estado tem investido em infraestrutura e promoção de experiências buscando diversificar as vivências de turismo, incluindo o ecoturismo e o turismo histórico-cultural, além de estabelecer bases políticas importantes para o turismo sustentável.

Para além dos atrativos de sol e praia, a cultura alagoana reflete uma combinação de influências indígenas, africanas e europeias, particularmente evidente no patrimônio histórico, culinária, produção artesanal e manifestações e festas populares – aspectos que agregam valor à experiência cultural e turística.

A diversidade do estado é classificada em sete regiões turísticas (Figura 4): Agreste, Caatinga, Caminho das Águas, Cânions do São Francisco, Costa dos Corais, Grande Maceió e Quilombo. Essas regiões possuem características similares e/ou complementares e aspectos em comum como identidade histórica, cultural, econômica e/ou geográfica. Ao todo, abrigam 53 municípios turísticos, o que representa um pouco mais da metade do total do estado.



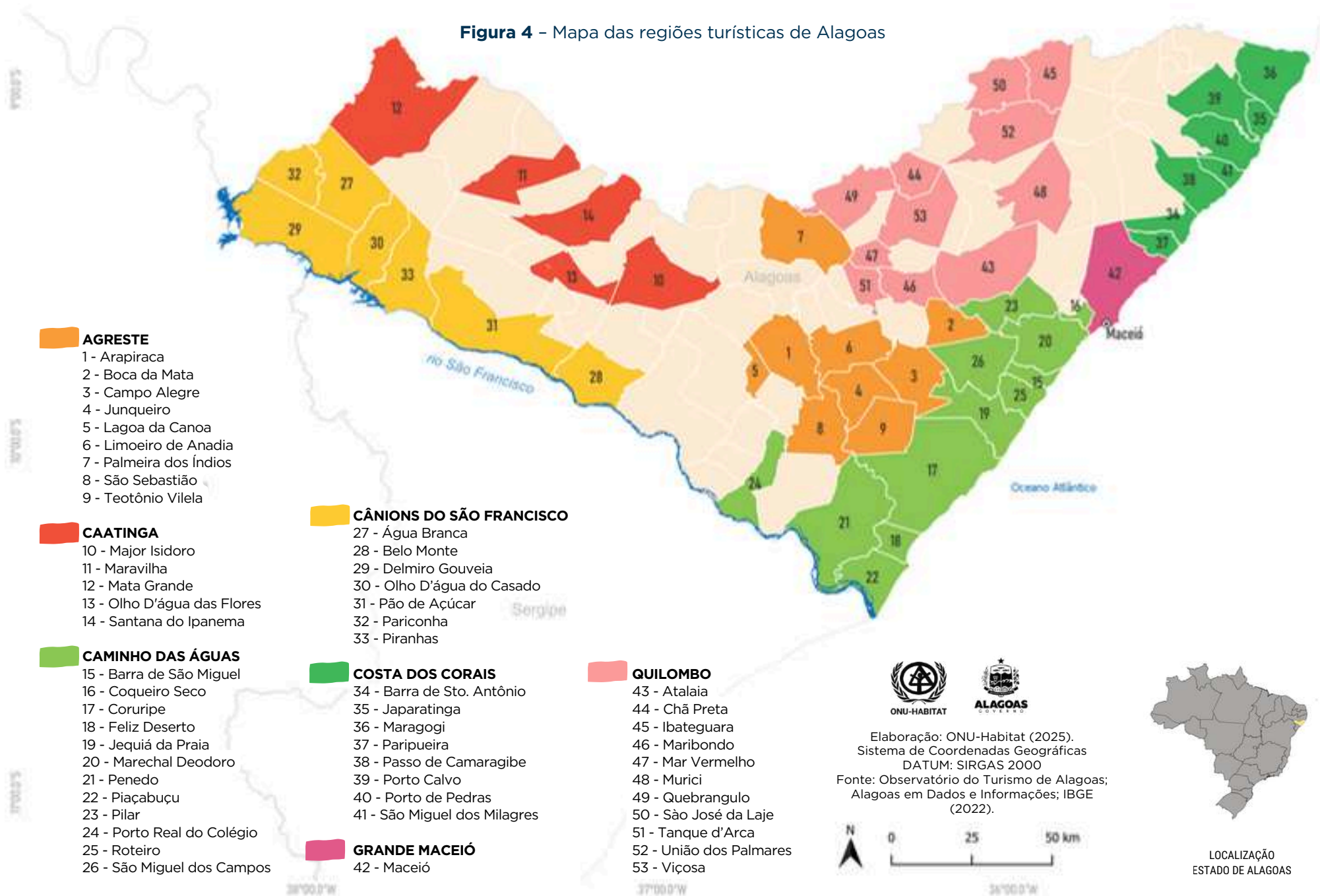
Alagoas segue a definição de regiões e municípios turísticos do Ministério do Turismo (MTur 2019), contudo, o Ministério não adota uma definição específica para "município turístico". Em vez disso, utiliza o Mapa do Turismo Brasileiro como instrumento para identificar e categorizar municípios com potencial ou relevância turística de acordo com o desempenho de suas economias no setor³.

O Mapa considera variáveis como número de empregos e estabelecimentos formais no setor de hospedagem, e estimativas de fluxo de turistas domésticos e internacionais. Os municípios são agrupados em cinco categorias (ou clusters) e para que um município seja incluído no Mapa, é necessário que atenda aos seguintes critérios:

- Existência de secretaria ou departamento dedicado ao turismo;
- Conselho Municipal de Turismo ativo;
- Termo de compromisso assinado com o MTur;
- Aba de atividade turística preenchida no sistema do Mapa;
- Comprovante de existência de uma instância de governança regional do turismo; e
- Manutenção de informações atualizadas no sistema do Mapa.

³ Para mais informações, acessar: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/mapa-do-turismo-brasileiro>

Figura 4 - Mapa das regiões turísticas de Alagoas



Fonte: Elaboração própria, 2025, a partir de Observatório do Turismo de Alagoas; Alagoas em Dados e Informações; IBGE (2022).

Anualmente, o Programa de Regionalização do Turismo (PRT) do MTur lança o edital de cadastro no Mapa do Turismo Brasileiro, contendo informações disponibilizadas pelos próprios municípios que devem corresponder às exigências dos critérios acima descritos. O cadastro não é obrigatório, porém é indispensável para que os municípios sejam elegíveis para acessar ao Fundo Geral do Turismo (Fungetur) e a outros programas federais de apoio ao desenvolvimento do setor. Assim, embora existam 53 municípios turísticos em Alagoas, isto não significa que todos estejam cadastrado no Mapa, visto que, em 2024, apenas 49 municípios se cadastraram.

Dentre esses municípios cadastrados, a clusterização indica que o turismo tem um impacto econômico baixo para a maioria deles, já que 55% estão classificados como “D” e 18% como “E”. Há ainda 18% dos municípios classificados na categoria “C”, ou seja, o impacto do turismo na economia local é mediano. Destinos mais desenvolvidos como Arapiraca e Japaratinga (categoria B) e mais consolidados como Maceió e Maragogi (categoria A) apresentam classificação mais elevada, com impactos do turismo na economia local mais significativos.

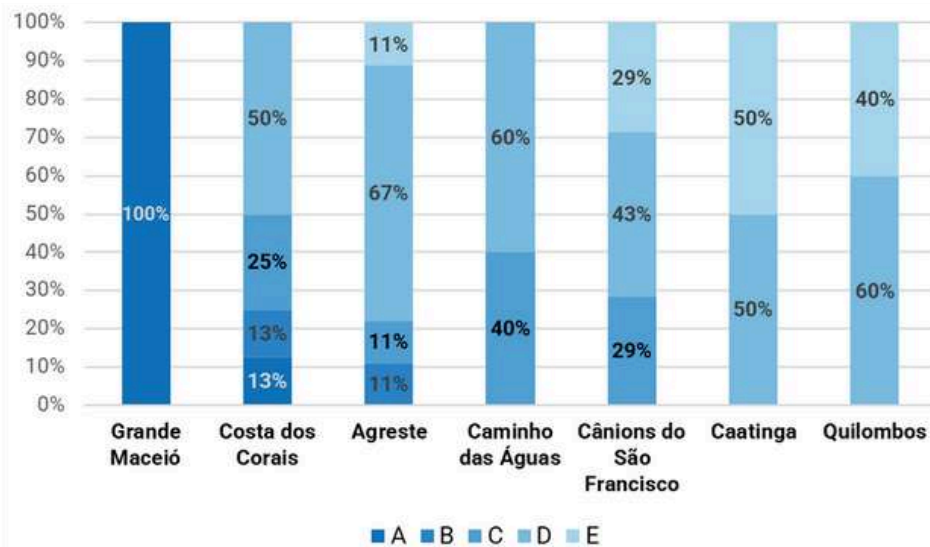
A distribuição dos municípios por cluster, de acordo com cada região turística demonstra que não há uma homogeneidade entre eles. Por exemplo, a região Costa dos Corais apresenta dois municípios com maior impacto - um na categoria A e outro na categoria B - mas dois na categoria C (médio impacto) e quatro na categoria D (baixo impacto). Esse exemplo se repete nas demais regiões turísticas do estado, à exceção da região Grande Maceió, que somente envolve a capital.

Essa dinâmica é bastante similar em muitas regiões turísticas brasileiras e reforça a existência de municípios com características distintas que se complementam e se apoiam com funções diferentes de acordo com sua estrutura, conforme aponta a Lei Geral do Turismo (Lei federal nº 14.978, de 18 de setembro de 2024) (Brasil, 2024):

- **Município turístico:** Aquele que dá identidade à região, concentra o maior fluxo de turistas e detém os principais atrativos e serviços turísticos em relação aos Municípios circunvizinhos;
- **Município com oferta turística complementar:** Aquele que possui atrativos e serviços turísticos que complementam a oferta e o fluxo de turistas dos municípios turísticos da região; e
- **Município de apoio ao turismo:** Aquele em que não há fluxo de turistas ou que possui fluxo de turistas pouco expressivo, mas que se beneficia da atividade turística, fornecendo mão de obra, serviços e produtos associados ao turismo aos municípios turísticos e/ou aos municípios com oferta turística complementar.

O Gráfico 1 a seguir representa a clusterização dos municípios alagoanos em 2024, por região turística.

Gráfico 1 - Distribuição dos municípios de acordo com a clusterização do Mapa do Turismo Brasileiro, por região turística em Alagoas (2024)



Fonte: Elaboração própria, 2025.

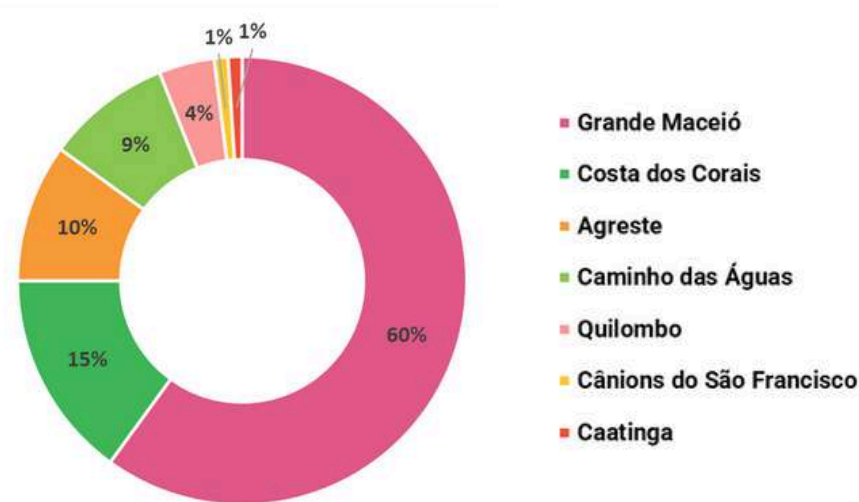
Uma vez que os dados do Mapa são enviados pelos próprios municípios, no caso da inexistência dessas informações ou de sua incompletude, há um impacto na clusterização. Ao mesmo tempo, a não existência desses indicadores mínimos ou o seu envio parcial, tendem a representar destinos que de fato ainda não estão bem consolidados turisticamente, ou que não apresentam organização de dados, com fragilidade institucional para a tomada de decisões, mesmo que possuam órgão gestor responsável pelo turismo. Assim, a clusterização é uma ferramenta útil para apoiar uma visualização geral da dinâmica do turismo municipal e regional.

Indicadores desagregados permitem uma visão mais detalhada sobre a realidade do impacto econômico do setor. Em termos de empregos formais do setor (Gráfico 2), as regiões turísticas concentram quase a totalidade (95%). Com as Atividades Características do Turismo (ACTs)⁴ representando 30% dos empregos formais no setor de serviços e 13% do total de empregos em 2023, o turismo é uma força econômica significativa em Alagoas (MTE Rais, 2023).

A região turística Grande Maceió concentra a maioria de empregos formais do setor, seguido pelas regiões da Costa dos Corais, Agreste, Caminho das Águas, Quilombo, Cânions do São Francisco e Caatinga. Já em termos de representatividade dos empregos formais no turismo no setor de serviços, a região Costa dos Corais se destaca (85%), seguida do Quilombo (53%), do Caminho das Águas (41%), dos Cânions do São Francisco (36%), da Grande Maceió (25%), do Agreste (22%) e da Caatinga (14%). Esses dados demonstram o peso que o turismo possui dentro do setor de serviços e sua relevância frente a disparidades regionais no campo da empregabilidade (Gráfico 3).

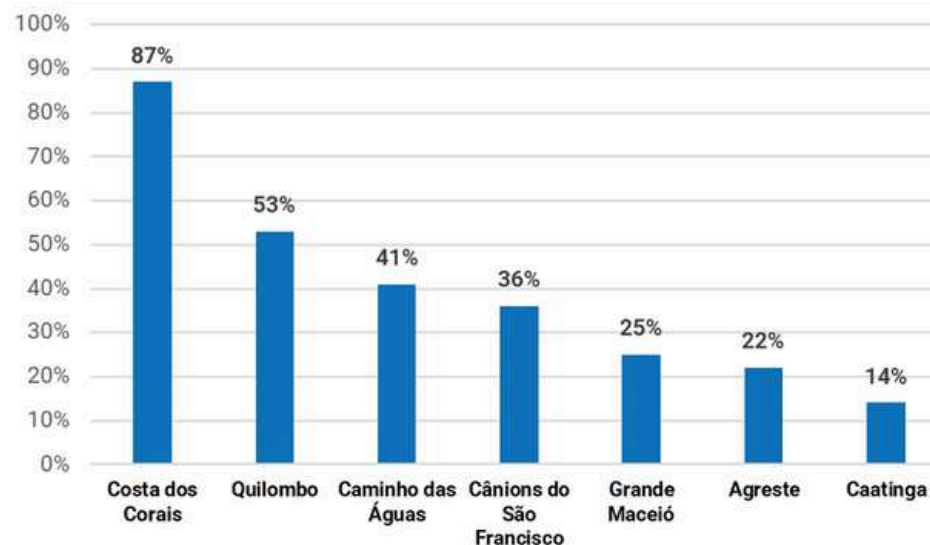
⁴ Atividades Características do Turismo (ACTs) são aquelas que contemplam a maior parte dos gastos dos turistas. São considerados oito setores para fins de cálculos de empregos e PIB no Brasil: alojamento, agências de viagem, transporte terrestre, transporte aéreo, transporte aquaviário, aluguel de transportes, alimentação, cultura e lazer (Ipea e MTur 2015).

Gráfico 2 - Participação de empregos formais no setor turismo estadual, por regiões turísticas (2023)



Fonte: MTE Rais, 2023.

Gráfico 3 - Participação de empregos de turismo no setor de serviços por regiões turísticas em Alagoas (2023)



Fonte: MTE Rais, 2023.

Em termos de representação municipal, Maceió, na região Grande Maceió, detém 60% dos empregos formais do turismo do estado, seguido de Maragogi (8%) na Costa dos Corais, Arapiraca (7%) na Agreste, Marechal Deodoro (3%) no Caminho das Águas, Murici (2%) no Quilombo, e São Miguel dos Milagres (2%) na Costa dos Corais.

Tal impacto destaca o turismo como uma fonte de renda crucial para a população alagoana, ainda mais ao considerar o coeficiente de emprego informal no setor que, conforme estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) (2015), variam de 0,8 a 1,5 para cada emprego formal do setor no Nordeste⁵.

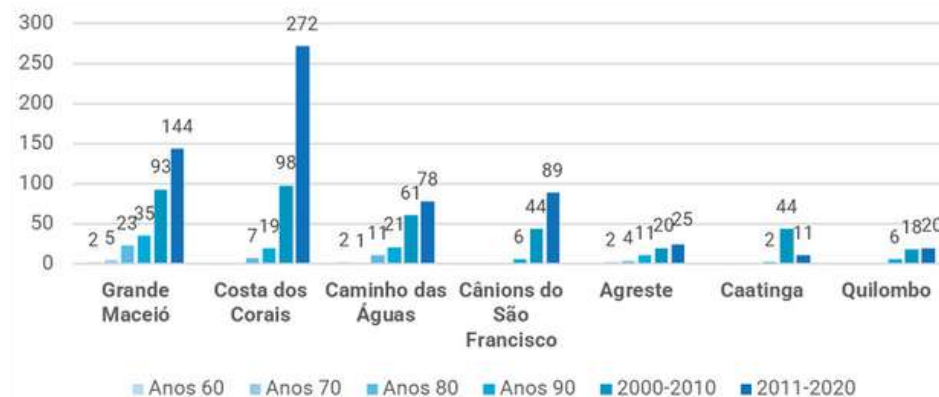
Considerando que o setor de serviços corresponde a quase metade (44%) dos empregos no estado (média relativa à 2022 e 2023) (MTE Caged, 2023), as políticas de desenvolvimento urbano precisam integrar o turismo como parte fundamental da economia das cidades, promovendo ações voltadas ao fortalecimento de sua resiliência e sustentabilidade.

A evolução exponencial do número de Meios de Hospedagem (MHs) instalados a cada dez anos no estado demonstra claramente o aumento da demanda turística e a expansão do setor em todas as regiões turísticas. Enquanto nos anos 80 foram inaugurados 45 novos MHs, representando a primeira onda de crescimento exponencial, entre 2011 e 2020, foram instalados 639 novos empreendimentos, sendo a maioria nas regiões Costa dos Corais, Grande Maceió e Cânions do São Francisco. O Gráfico 4 demonstra o crescimento do número de MHs em Alagoas.

Essa expansão deve continuar com a previsão de abertura de 16 novos empreendimentos hoteleiros até 2026, distribuídos nas regiões Grande Maceió, Caminhos das Águas, Costa dos Corais e Cânions do São Francisco (Movimento Econômico, 2024). Ao mesmo tempo que aumentam os números de MHs, as taxas de ocupação hoteleira em

5 A taxa de informalidade no turismo do Nordeste varia conforme a atividade: é menor em alojamento (0,8 por emprego formal), moderada em transporte e guias (1 a 1,3) e mais alta em alimentação (1,5), refletindo diferenças na regulamentação e no perfil das pessoas trabalhadoras.

Gráfico 4 – Número de novos MHs instalados nas regiões turísticas dos anos 60 a 2020



Fonte: MTur Cadastur, 2011 a 2020.

algumas regiões são elevadas na alta estação, sendo acima de 90% no Caminho das Águas e Costa dos Corais, e acima de 80% nos Cânions do São Francisco, o que reforça a relevância econômica do setor. Em média, no ano, a taxa de ocupação das três regiões fica entre 63% e 66%, dados que demonstram uma relevante sazonalidade (SETUR, 2023a; 2023b; 2023c).

Uma pesquisa sobre o comportamento de viagens da população brasileira indicou que, dentre os 15 principais destinos turísticos de maior interesse para viagens, Maragogi figurou na 7ª posição (MTur, 2024). Alagoas esteve na 10ª posição dentre os estados mais cogitados para a realização de uma viagem em 2024, sendo o 4º destino de maior interesse para uma viagem na região Nordeste, além de ter sido o 9º estado mais escolhido para viagens efetivamente realizadas na temporada de verão 2023-2024 (MTur, 2023).

No mercado internacional, o estado ainda não figura como um destino de destaque, de acordo com o painel de dados da Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur) (Embratur, 2024a). Porém, os principais atrativos que turistas internacionais buscam para conhecer o Brasil, como cultura,

gastronomia e clima quente e ensolarado, demonstram o potencial de Alagoas para incorporar este nicho de mercado. Deve-se destacar que visitantes da América do Sul já têm presença em Alagoas, nomeadamente da Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai.

Iniciativas de turismo sustentável e inovador vêm ocorrendo no estado e podem ser multiplicadas, a exemplo do município de Penedo, na região Caminho das Águas, um dos destinos escolhidos, em 2023, pelo Programa Turismo Futuro, conduzido pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para a aplicação da metodologia de planejamento e gestão como um Destino Turístico Inteligente. No mesmo ano, a iniciativa Programa Renascença, liderada pela Federação das Indústrias do Estado de Alagoas (FIEA), Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e Sebrae colocou o turismo como um dos vetores estratégicos de desenvolvimento do estado para o futuro.

Outra iniciativa de destaque, dessa vez lançada pelo Governo de Estado, em parceria com a UFAL e o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) em 2024, é o projeto Corais de Alagoas, que busca restaurar e conservar os recifes por meio de resgate, berçários e replantio de colônias de corais (Agência Alagoas, 2024a) como estratégia de enfrentamento ao branqueamento dos corais, problema ambiental causado principalmente pelo aumento da temperatura da água do mar.

É relevante destacar que, ainda em 2024, Alagoas ficou em segundo lugar no “Concurso ESG: Experiências Sustentáveis nos Destinos Brasileiros” promovido pela Embratur. No concurso foram premiadas iniciativas nos três eixos – ambiental, social e governança – principalmente nas regiões turísticas Costa dos Corais e Quilombo, além das regiões Agreste, Cânions do São Francisco e Agreste (Embratur, 2024b).

Contudo, apesar do desempenho econômico positivo do turismo, dos exemplos de iniciativas em prol da sustentabilidade do setor e da avaliação positiva de turistas, principalmente acerca dos atrativos naturais, históricos e culturais, da gastronomia e da hospitalidade (ONU-Habitat, 2019; 2020a; 2020b; 2020c), Alagoas enfrenta uma

série de desafios em termos de desenvolvimento urbano e do turismo sustentável.

Um deles é que cerca de 80,5% do total da população de Alagoas não possui coleta de esgoto, 23,4% não possui acesso à água potável e o índice de esgoto tratado em relação à água consumida é de 14,8% (SNIS, 2022). Tal questão é reforçada nos instrumentos de planejamento turístico do estado como um dos principais desafios para a sustentabilidade das regiões turísticas (SETUR, 2023a; 2023b; 2023c).

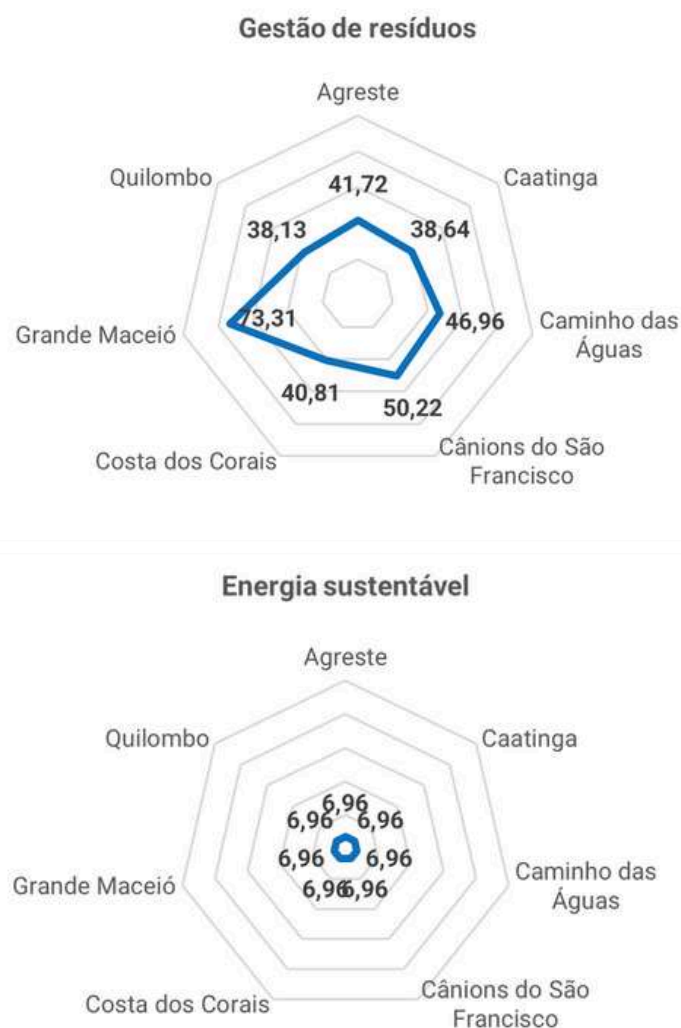
Embora haja esforços do estado em investir em parcerias público privadas para sanar esses desafios, a exemplo do Programa de Concessão dos Serviços de Saneamento Básico⁶, a visitação turística e a sua população flutuante geram mais pressão sobre os poucos sistemas de infraestrutura básica existentes e coloca em risco os ativos naturais. Como consequência desse quadro, pode-se reduzir a sustentabilidade e a qualidade dos destinos turísticos, exigindo atenção e adoção de estratégias múltiplas para municípios rurais, urbanos e em processo de urbanização.

O Índice de Prosperidade das Cidades (IPC)⁷ calculado pelo ONU-Habitat, demonstra, entre as subdimensões temáticas, outros desafios importantes do ponto de vista de infraestrutura básica urbana e de condições sociais, econômicas e ambientais das regiões turísticas. O baixo desempenho em termos de gestão de resíduos e a baixa proporção de energia produzida oriunda de fontes renováveis nas regiões turísticas demonstram que o setor turismo demanda por medidas que contribuam para melhorar essa realidade, em função da população flutuante, especialmente em territórios mais frágeis e com maior fluxo de visitantes (Gráfico 5).

6 Para mais informações, acessar: <https://visaualagoas2030.al.gov.br/iniciativas/3>

7 O IPC é uma metodologia global desenvolvida pelo ONU-Habitat para comparar e avaliar a prosperidade urbana, oferecendo uma visão integrada sobre o bem-estar e a sustentabilidade das cidades. Composto por seis dimensões – Produtividade, Infraestrutura para o Desenvolvimento, Qualidade de Vida, Equidade e Inclusão Social, Sustentabilidade Ambiental e Governança e Legislação – o IPC abrange diversas subdimensões, cada uma pontuada com base em categorias de desempenho. Essas categorias variam de 0 a 39 (muito fraca), 40 a 49 (fraca), 50 a 59 (moderadamente fraca), 60 a 69 (moderadamente sólida), 70 a 79 (sólida) e 80 a 100 (muito sólida).

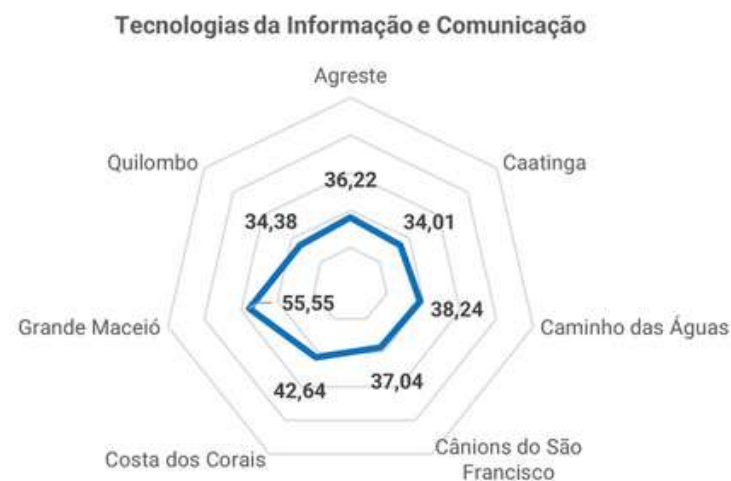
Gráfico 5 – Subdimensões “Gestão de Resíduos” e “Energia Sustentável” nas regiões turísticas, de acordo com o IPC



Fonte: Elaboração própria, 2025, a partir de ONU-Habitat, 2024.

Em termos de “Tecnologias de Informação e Comunicação”, subdimensão do IPC que avalia a velocidade média da internet fixa banda larga – um fator crítico para o turismo, especialmente no contexto da digitalização dos serviços turísticos e da experiência das pessoas visitantes – verifica-se que a maioria das regiões do estado apresentam um desempenho muito fraco (Gráfico 6) (ONU-Habitat, 2024).

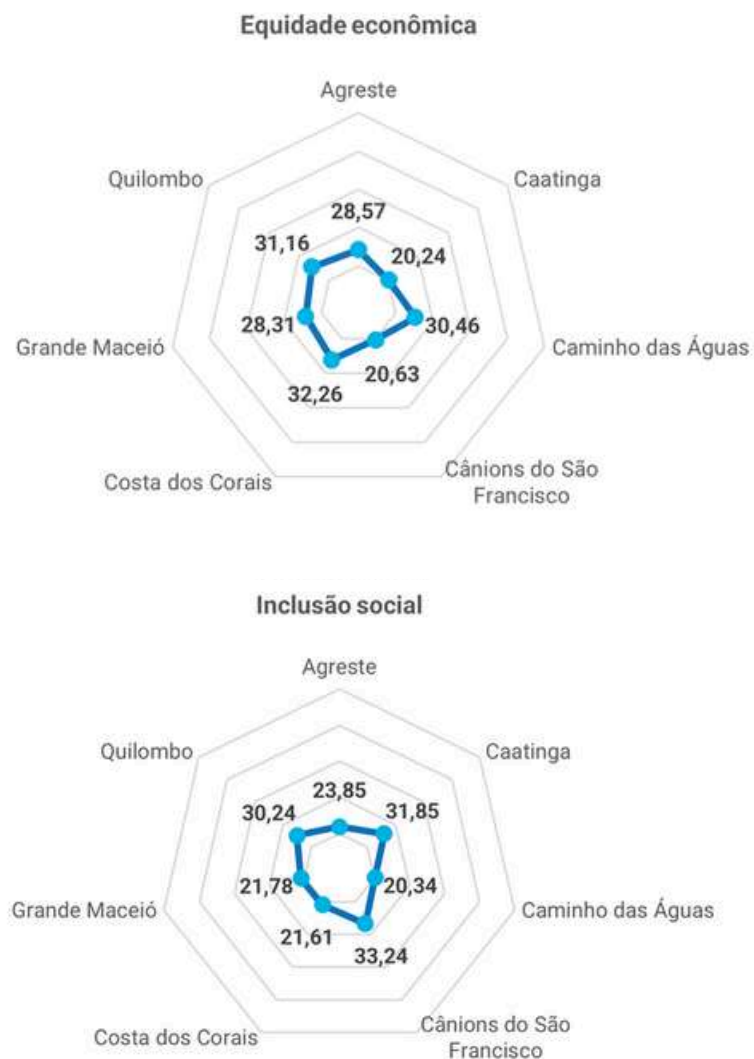
Gráfico 6 – Subdimensão “Tecnologias da Informação e Comunicação” nas regiões turísticas, de acordo com IPC



Fonte: Elaboração própria a partir de ONU-Habitat, 2024.

A equidade econômica da população das regiões turísticas, medida pela distribuição de renda e a taxa de extrema pobreza entre a população desses territórios, indica um desempenho muito fraco, assim como a inclusão social, medida pela proporção de domicílios sujeitos a precariedades urbanas, como a ausência de saneamento básico e a taxa de desocupação de jovens. Esse cenário compromete a sustentabilidade do setor turístico, dificultando a geração de empregos, a inclusão de pequenos negócios na cadeia produtiva e a qualificação da mão de obra local, especialmente entre jovens (Gráfico 7) (ONU-Habitat, 2024).

Gráfico 7 – Subdimensões “Equidade Econômica” e “Inclusão Social” nas regiões turísticas, de acordo com o IPC



Fonte: Elaboração própria, 2025, a partir de ONU-Habitat, 2024.

Com relação a mecanismos de medição e acompanhamento da dinâmica e dos impactos do setor turístico, destaca-se a implantação do Observatório do Turismo de Alagoas⁸ no início de 2024, que faz parte da Rede Brasileira de Observatórios de Turismo (RBOT). A plataforma agrega algumas pesquisas produzidas, como o perfil dos turistas, o impacto econômico do turismo de negócios e eventos em Alagoas em 2023, o impacto econômico dos principais réveillons do estado em 2024, a produção de boletins mensais com dados sobre variações nos empregos, número de voos e passageiros em Maceió e principais aeroportos emissores de viajantes desde 2023, além da coleta de dados sobre o número de equipamentos hoteleiros, unidades hoteleiras, leitos e guias de turismo cadastrados pelo MTur.

No entanto, são escassos dados atualizados e periódicos, por exemplo sobre fluxos, perfil do turista de acordo com motivações de viagens e percepções dos turistas acerca dos destinos turísticos, o que dificulta acompanhar a dinâmica volátil e elástica da demanda turística para apoiar a tomada de decisão.

A realização de estudos relacionados a demanda turística e seus impactos econômicos, bem como pesquisas que avaliem outros impactos da atividade, seria fundamental para apoiar uma gestão mais sustentável do turismo no estado, conforme recomendado pelo Modelo Estatístico para a Medição da Sustentabilidade do Turismo (Statistical Framework for Measuring the Sustainability of Tourism, em inglês), recomendado pela Organização Mundial do Turismo (OMT), a partir de 2021.

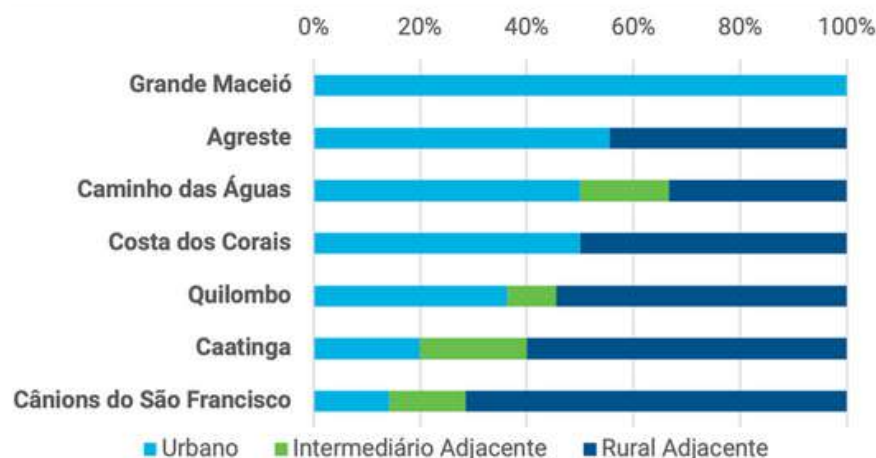
Para atender tal recomendação, seriam necessárias pesquisas de percepção sobre os impactos do turismo com a população, estudos e monitoramento da capacidade de carga de atrativos turísticos frágeis como praias, lagoas e rios fora de unidades de conservação, e pesquisas de percepção com pessoas da gestão pública municipal e o trade turístico sobre temas relevantes como empregabilidade, qualificação profissional, desafios da gestão territorial, iniciativas inovadoras e sustentáveis, entre outros.

8 Para mais informações, acessar: <https://observatorio.setur.al.gov.br/>

Destaca-se ainda que a diversidade regional acompanhada de níveis diferentes de desenvolvimento e o aumento exponencial de investimentos privados e de turistas em Alagoas são dinâmicas que carregam pontos de atenção como: (i) sazonalidade; (ii) demanda pela diversificação da oferta turística para reduzir a dependência do turismo no período do verão; e (iii) a necessidade de fortalecer a infraestrutura em regiões de grande fluxo e de estruturar ou aprimorar produtos turísticos mais sustentáveis e diversificados.

Do total de municípios turísticos, 22 (41%) são classificados como predominante urbanos – municípios com alta densidade populacional e infraestrutura urbana consolidada; cinco (9%) são classificados como intermediários adjacentes – municípios localizados próximos a centros urbanos, com características mistas entre rural e urbano; e 26 (49%) são classificados como rurais adjacentes – municípios rurais próximos a áreas urbanas, com alguma integração econômica e social (IBGE, 2020). A diversidade de tipologias de municípios nas regiões turísticas de Alagoas reflete a heterogeneidade territorial e os desafios específicos para o desenvolvimento urbano e do turismo sustentável no estado (Gráfico 8).

Gráfico 8 – Distribuição de municípios nas regiões turísticas, por tipologia urbana-rural



Fonte: Elaboração própria, 2025, a partir de IBGE, 2020.

Tais desafios são acentuados quando se observa que o planejamento territorial e o controle da ocupação desordenada representam desafios centrais para o desenvolvimento do turismo sustentável nas regiões turísticas de Alagoas. Na Costa dos Corais, por exemplo, o avanço de construções irregulares em áreas de preservação compromete ecossistemas sensíveis como recifes de corais e manguezais. Já na Grande Maceió, o adensamento urbano descontrolado pressiona a infraestrutura e compromete a mobilidade urbana, fatores essenciais para uma experiência turística de qualidade (SETUR, 2023a; 2023b; 2023c).

O aumento expressivo de investidores para instalação de empreendimentos turísticos e de multipropriedade (regime de condomínio, também conhecido como time-sharing ou compartilhamento de tempo, em que várias pessoas são proprietárias de um mesmo imóvel) reforçam os desafios a serem enfrentados pelos municípios turísticos, com maior força naqueles que não possuem planos diretores e/ou instrumentos de ordenamento territorial com diretrizes específicas sobre parcelamento do solo, padrões construtivos e entre outras que impactam o desenvolvimento socioeconômico e ambiental.

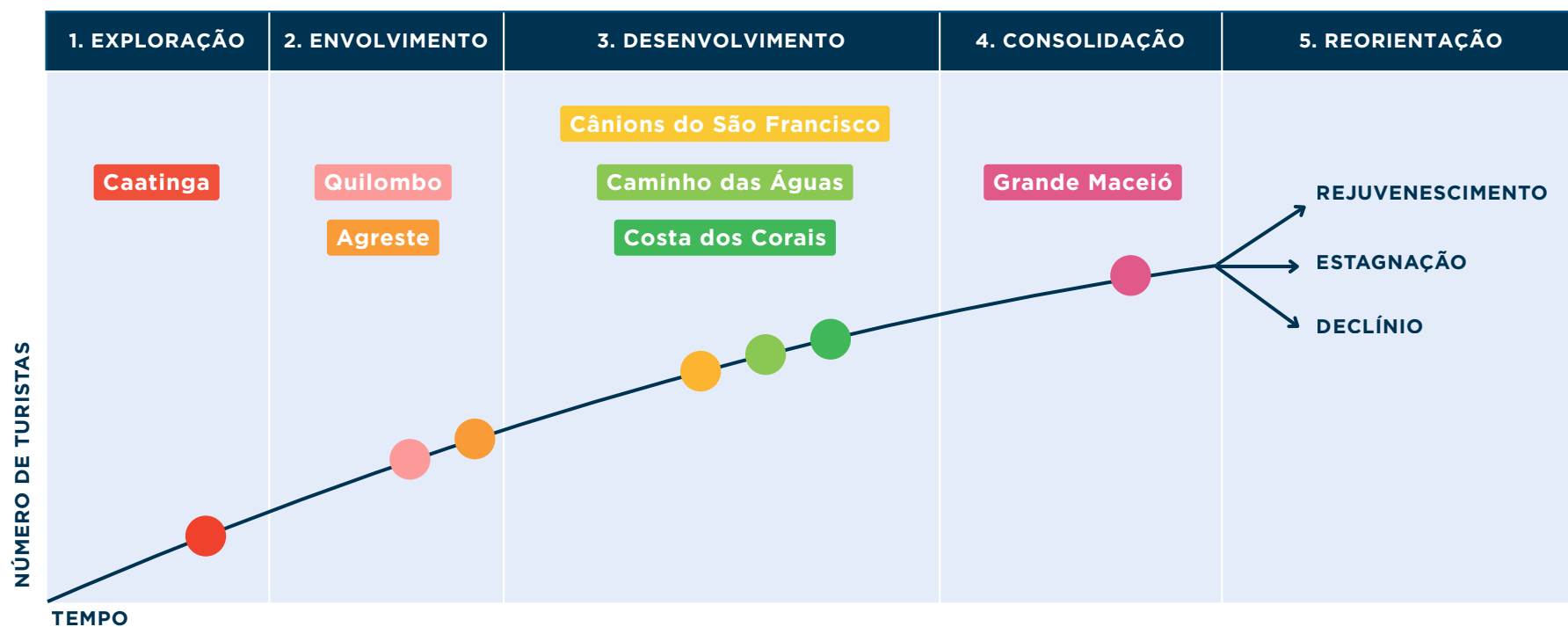
Um exemplo positivo desses instrumentos foi a elaboração do PDUI para a Região Metropolitana de Maceió, em 2024, que, uma vez implantado em conjunto com o fortalecimento da governança, será um importante plano de ação para mitigar os desafios apresentados, estimulando o equilíbrio entre o crescimento do turismo, a preservação ambiental e a inclusão social.

Por fim, o modelo do ciclo de vida de destinos turísticos (Butler, 2006) aplicado às regiões turísticas de Alagoas oferece uma perspectiva relevante para a análise do setor, pois aborda a sua evolução, principais características e pontos de atenção, facilitando a elaboração de recomendações para promover a sustentabilidade e competitividade a longo prazo.

Esse ciclo se divide em seis fases que acompanham a evolução do turismo ao longo do tempo, sendo elas, exploração, envolvimento, desenvolvimento, consolidação, estagnação e declínio ou rejuvenescimento. Na fase de consolidação, tem-se um intervalo de elementos críticos de capacidade de carga estrutural e física do destino e, dependendo das estratégias adotadas, pode haver um

processo de estagnação do turismo que conseqüentemente leva a uma reorientação do setor que pode desencadear uma fase de declínio ou rejuvenescimento. Com base nos dados analisados, o Gráfico 9 e o Quadro 3 a seguir ilustram as fases do ciclo de vida das regiões turísticas de Alagoas⁹.

Gráfico 9 – Ciclo de vida das regiões turísticas de Alagoas



Fonte: Elaboração própria, 2025, a partir de Butler, 2006; SETUR, 2023a, 2023b, 2023c, 2024; MTE Rais, 2023; MTur Cadastur, 2011 a 2020; e IBGE, 2020.

9 Dentro de uma mesma região turística, cada município pode passar por fases diferentes ao mesmo tempo, dependendo de suas dinâmicas individuais (atratividade, infraestrutura, promoção) ou do grau de relação e interdependência que pode ter com outros municípios. A análise apresentada procura demonstrar uma visão “média” do conjunto de municípios que compõe cada região.

Quadro 3 – Análise do ciclo de vida das regiões turísticas de Alagoas

FASE DO CICLO DE VIDA	CARACTERÍSTICAS GERAIS	REGIÃO TURÍSTICA	DINÂMICA DA REGIÃO	PONTOS DE ATENÇÃO	OPORTUNIDADES
Fase 1: Exploração	<p>Visitação restrita, com turistas com perfil aventureiro e independente;</p> <p>Infraestrutura para turismo concentrada em pequenos meios de hospedagem; e</p> <p>Contato direto com comunidades locais, sem mediação comercial.</p>	Caatinga	<p>Turismo histórico-cultural, ecoturismo e de base comunitária inicial, em áreas naturais e de cultura sertaneja; e</p> <p>Municípios mais rurais, com presença limitada de tipologias urbanas ou intermediária.</p>	<p>Ausência de normas pode gerar conflitos ou impactos negativos;</p> <p>Comunidades podem não estar prontas para lidar com visitantes;</p> <p>Exploração descontrolada de recursos naturais e culturais; e</p> <p>Ausência de planejamento pode favorecer investidores externos no futuro.</p>	<p>Fomentar iniciativas de ecoturismo e integrar o conhecimento tradicional à experiência da pessoa visitante, destacando a autenticidade das práticas culturais, locais e de cultura popular, para atrair mercados de nico. Essa oportunidade demanda investimentos em infraestrutura e conectividade.</p>
Fase 2: Envolvimento	<p>Maior interesse da comunidade local em participar da economia do turismo;</p> <p>Aparição inicial de serviços como pequenos restaurantes e hospedarias; e</p> <p>Aumento moderado no número de visitantes, geralmente por recomendação.</p>	<p>Agreste</p> <p>Quilombo</p>	<p>Desenvolvimento de atrativos culturais e naturais com iniciativas de turismo rural; e</p> <p>Equilíbrio entre municípios urbanos e rurais adjacentes.</p> <p>Turismo de base cultural inicial, valorizando a história e cultura quilombola, ainda com baixo fluxo de visitantes ao longo do ano; e</p> <p>Predominância de municípios rurais adjacentes, seguidos por quatro urbanos e um intermediário adjacente.</p>	<p>Desenvolvimento turístico sem estratégias específicas e sustentáveis;</p> <p>Ausência de alinhamento entre setores público e privado pode vulnerabilizar comunidades locais;</p> <p>Exploração descontrolada de recursos naturais e culturais; Proliferação de atividades turísticas não regulamentadas;</p> <p>Promoção do destino antes de estar preparado, gerando insatisfação de turistas; e</p> <p>Ausência de dados e indicadores para guiar decisões estratégicas.</p>	<p>Desenvolver produtos locais e eventos culturais para atrair visitantes; e</p> <p>Integrar áreas urbanas e rurais para o desenvolvimento econômico e social.</p> <p>Colaborar com associações locais para criar experiências culturais significativas e diversificar as fontes de renda; e</p> <p>Potencializar o turismo cultural e comunitário, com foco em práticas sustentáveis e na valorização das tradições locais.</p>

Quadro 3 – Análise do ciclo de vida das regiões turísticas de Alagoas

FASE DO CICLO DE VIDA	CARACTERÍSTICAS GERAIS	REGIÃO TURÍSTICA	DINÂMICA DA REGIÃO	PONTOS DE ATENÇÃO	OPORTUNIDADES
<p>Fase 3: Desenvolvimento</p>	<p>Crescimento rápido e significativo na infraestrutura turística;</p> <p>Aumento da promoção comercial do destino;</p> <p>Entrada de investimentos externos e ampliação da rede de serviços turísticos;</p> <p>Maior profissionalização da oferta turística e desenvolvimento de roteiros estruturados; e</p> <p>Atração de turistas nacionais e, eventualmente, internacionais.</p>	<p>Costa dos Corais</p>	<p>Alta procura devido às praias e piscinas naturais, rota ecológica, proteção da fauna local, em especial o peixe-boi marinho, mas ainda apresenta forte impacto ambiental; e</p> <p>Distribuição equilibrada, com quatro municípios urbanos e quatro rurais adjacentes, destacando seu potencial para o turismo litorâneo sustentável, mas com desafios relacionados à infraestrutura em áreas rurais.</p>	<p>Expansão sem controle, levando à sobrecarga da infraestrutura, poluição, degradação e perda de recursos naturais e culturais;</p>	<p>Diversificar atrações além das praias, incluindo atividades culturais e ecológicas.</p>
		<p>Caminho das Águas</p>	<p>Crescimento da popularidade do turismo de aventura e ecoturismo na foz do Rio São Francisco e cidades históricas com tombamento;</p> <p>Infraestrutura em expansão nas áreas mais visitadas; e</p> <p>Diversidade notável no perfil dos municípios, com seis municípios urbanos, dois intermediários adjacentes</p>	<p>Comprometimento da identidade do destino;</p> <p>Descontentamento da comunidade local devido à exclusão ou impactos negativos;</p> <p>Redução do controle local em favor de interesses externos; e</p>	<p>Implantar sistemas de trilhas e instalações verdes para visitantes, diversificando as ofertas; e</p> <p>Promover integração regional, combinando turismo urbano com rural e ecológico.</p>
		<p>Cânions do São Francisco</p>	<p>Atração de visitantes para os cânions e o Rio São Francisco; contribuindo para o crescimento do turismo de cultural e aventura; e</p> <p>Municípios mais rurais, com presença limitada de tipologias urbanas ou intermediária.</p>	<p>Ausência de governança, gerando conflitos entre setores público e privado.</p>	<p>Priorizar o patrimônio histórico e natural para se posicionar como destino de turismo cultural e de aventura. Essa oportunidade demanda investimentos em infraestrutura e conectividade.</p>

Quadro 3 – Análise do ciclo de vida das regiões turísticas de Alagoas

FASE DO CICLO DE VIDA	CARACTERÍSTICAS GERAIS	REGIÃO TURÍSTICA	DINÂMICA DA REGIÃO	PONTOS DE ATENÇÃO	OPORTUNIDADES
Fase 4: Consolidação	<p>Destinos amplamente reconhecidos com fluxo turístico elevado;</p> <p>Infraestrutura turística robusta, mas com pressão sobre os recursos naturais e culturais; e</p> <p>Economia local fortemente dependente do turismo.</p>	Grande Maceió	Destino urbano consolidado com alta visitação de turistas, gastronomia e artesanato em destaque, com desafios na superlotação durante a alta temporada.	<p>Impactos negativos na experiência turística e nos recursos naturais e culturais devido à saturação e má gestão;</p> <p>Dependência de produtos ou públicos específicos, com pouca diversificação e inovação frente à concorrência;</p> <p>Insatisfação do turista por infraestrutura precária e serviços inadequados;</p> <p>Ausência de inclusão e benefícios para a população local, gerando conflitos econômicos e sociais; e</p> <p>Coordenação ineficaz entre partes interessadas e ausência de estratégias sustentáveis e integradas.</p>	Diversificar a oferta turística focada na gastronomia, cultura e história; e Promover o turismo fora da alta temporada.

Fonte: Elaboração própria, 2025, a partir de Butler, 2006; MTE Rais, 2023; MTur Cadastur, 2011 a 2020; SETUR, 2023a, 2023b, 2023c, 2024; ONU-Habitat, 2019; e IBGE 2020.

Além dos pontos elencados, destaca-se que as regiões não irão passar sucessivamente por todas as fases, podendo, por exemplo, saltar diretamente para a fase de estagnação, marcada pela saturação dos destinos com redução de visitantes recorrentes, infraestrutura sobrecarregada e/ou em deterioração, pressão sobre comunidades locais e aumento da concorrência com outros destinos emergentes, o que, por sua vez, pode levar a um declínio da região turística.

Diante do exposto, um modelo de turismo sustentável e inovador focado na criação de experiências autênticas e alinhadas com novas demandas, engajamento e capacitação das comunidades locais é fundamental para o desenvolvimento do estado e deve ser ancorado em um processo de planejamento e gestão especializado. Alagoas possui bases importantes nesse sentido, mas que precisam de reforços, conforme abordado a seguir na análise da governança e das políticas públicas de turismo.

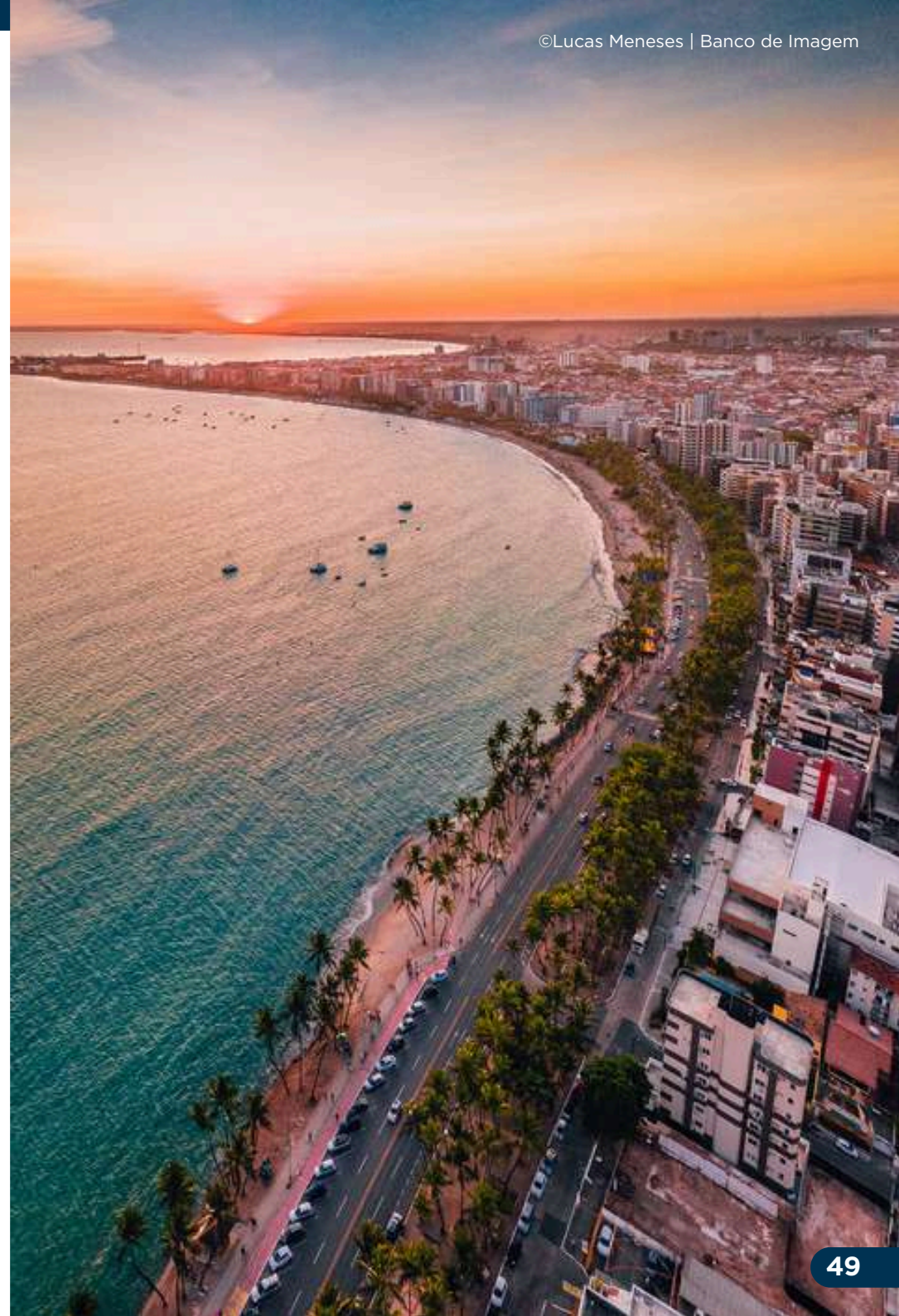
4.2. GOVERNANÇA DO TURISMO

A governança colaborativa e a gestão integrada têm a capacidade de potencializar o engajamento das comunidades locais, a inovação nos serviços e a sustentabilidade das infraestruturas, garantindo a competitividade e o equilíbrio dos territórios no longo prazo.

Alagoas se estrutura em torno de três grandes núcleos de governança e gestão colaborativa, dos quais fazem parte o setor público e privado e o terceiro setor, sendo eles, rede de governança estadual, Instâncias de Governança Regionais (IGRs) e Conselhos Municipais de Turismo. A análise apresentada a seguir se debruça sobre a caracterização desses núcleos e a apresentação de seus principais desafios, baseado nos diagnósticos dos PDITS (SETUR, 2023a; 2023b; 2023c) e nas contribuições obtidas nas atividades colaborativas conduzidas ao longo da elaboração deste trabalho.

4.2.1. REDE DE GOVERNANÇA ESTADUAL

Na governança do turismo em Alagoas, diversas partes interessadas desempenham papéis cruciais na criação, implementação e supervisão das políticas e estratégias de desenvolvimento turístico. Essas partes incluem representantes do setor público e privado, da sociedade civil, da academia, de organizações internacionais, entre outras partes que, em alguns casos, influenciam diversas áreas, conforme sintetizado no Quadro 4.



Quadro 4 – Rede de governança do turismo de Alagoas e suas áreas de influência

GOVERNO FEDERAL	
ÁREAS DE INFLUÊNCIA E INTENSIDADE	PRINCIPAIS PARTES INTERESSADAS
<p>Política e Planejamento: alta influência por serem responsáveis pela formulação das políticas, diretrizes e normas que regem o setor;</p> <p>Infraestrutura e investimentos: influência significativa ao disponibilizar recursos por meio de programas e fundos nacionais, como Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur), Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Programa de Aceleração do Turismo Internacional (PATI) e Fungetur direcionados à melhoria de rodovias, aeroportos, portos e infraestrutura básica em destinos turísticos;</p> <p>Sustentabilidade e cultura: papel significativo, promovendo projetos e políticas voltadas à sustentabilidade e preservação cultural em áreas protegidas e tombadas, de relevante interesse turístico;</p> <p>Inovação e tecnologia: papel importante, com iniciativas como o fomento a destinos inteligentes, capacitações digitais para empreendedores e projetos de conectividade em áreas remotas; e</p> <p>Capacitação e empoderamento: papel importante com programas como o Qualifica+ Turismo e o Pronatec Turismo, que oferecem cursos e treinamentos para pessoas trabalhadoras e gestoras do setor.</p>	<p>Ministério do Turismo (MTur): órgão responsável por fornecer diretrizes e apoiar o desenvolvimento de políticas turísticas nacionais, atuando em parceria com Alagoas para fomentar o turismo regional, captar investimentos e promover o Brasil no exterior;</p> <p>Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN): órgão responsável pela preservação do patrimônio cultural e arquitetônico de Alagoas, especialmente em destinos históricos e culturais, como Penedo e Marechal Deodoro; e</p> <p>Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio): órgão responsável pela proteção e gestão de 13 unidades de conservação federais existentes em Alagoas, como a Área de Proteção Ambiental (APA) Costa dos Corais e o Monumento Natural (MONA) do Rio São Francisco.</p>

Quadro 4 - Rede de governança do turismo de Alagoas e suas áreas de influência

GOVERNO ESTADUAL	
ÁREAS DE INFLUÊNCIA E INTENSIDADE	PRINCIPAIS PARTES INTERESSADAS
<p>Política e planejamento: alta influência por serem responsáveis pela formulação das políticas, diretrizes e normas que regem o setor;</p> <p>Infraestrutura e investimentos: papel central para a infraestrutura turística, como hospedagem e transporte, frequentemente realizados por empresas e facilitados pelo governo estadual;</p> <p>Sustentabilidade e cultura: papel complementar, promovendo projetos e políticas voltadas à sustentabilidade e preservação cultural;</p> <p>Inovação e tecnologia: papel de facilitador, criando políticas de apoio e parcerias para o desenvolvimento tecnológico no setor turístico; e</p> <p>Capacitação e empoderamento: apoio à capacitação, promovendo programas de treinamento, formação profissional e desenvolvimento de habilidades, especialmente nas regiões emergentes.</p>	<p>Secretaria de Estado de Turismo (SETUR): principal órgão responsável pelo planejamento, execução e promoção das políticas de turismo em Alagoas, bem como pela atração de investimentos e promoção do destino em nível nacional e internacional;</p> <p>Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH): órgão responsável pela regulamentação e supervisão de práticas ambientais, essenciais para o desenvolvimento sustentável do turismo, especialmente em áreas sensíveis e protegidas;</p> <p>Secretaria de Estado da Cultura (SECULT): órgão responsável por promover, preservar e conservar o patrimônio cultural e histórico material e imaterial do estado, apoiando a integração com o turismo para fortalecer a identidade local e atrair visitantes;</p> <p>Secretaria de Estado da Infraestrutura (SEINFRA): órgão responsável pela elaboração e execução de políticas em habitação, saneamento e obras públicas;</p> <p>Secretaria de Estado de Transporte e Desenvolvimento Urbano (SETRAND): órgão responsável pela elaboração e execução de políticas em desenvolvimento urbano, mobilidade e da requalificação urbana;</p> <p>Instituto do Meio Ambiente (IMA): órgão responsável pelo licenciamento ambiental e fiscalização de atividades que possam impactar o meio ambiente, incluindo empreendimentos turísticos, além da gestão de 84 unidades de conservação estaduais;</p> <p>Conselho Estadual de Turismo (Conetur): órgão colegiado de assessoramento superior, de caráter consultivo, integrante da estrutura organizacional da SETUR, com a finalidade de sugerir diretrizes gerais e propor soluções integradas para o desenvolvimento turístico de Alagoas.</p>

Quadro 4 – Rede de governança do turismo de Alagoas e suas áreas de influência

GOVERNO MUNICIPAL	
ÁREAS DE INFLUÊNCIA E INTENSIDADE	PRINCIPAIS PARTES INTERESSADAS
<p>Política e Planejamento: papel importante, especialmente no planejamento de turismo local, integrando-o ao contexto urbano e rural de cada município;</p> <p>Infraestrutura e investimentos: papel relevante na ampliação e manutenção da infraestrutura local, garantindo que destinos turísticos emergentes sejam viáveis e acessíveis;</p> <p>Inovação e tecnologia: influência moderada, atuando principalmente na implementação de iniciativas locais, como a digitalização de serviços turísticos, o uso de plataformas para promoção dos destinos e o incentivo a soluções tecnológicas que melhorem a experiência do visitante e a gestão turística;</p> <p>Sustentabilidade e cultura: influência significativa ao implementar políticas voltadas para a preservação ambiental e valorização do patrimônio cultural, integrando práticas sustentáveis e ações culturais locais ao planejamento turístico; e</p> <p>Capacitação e empoderamento: papel complementar ao promover programas de formação local.</p>	<p>Governos locais e secretarias de turismo dos municípios turísticos: órgãos responsáveis pela implementação de políticas turísticas locais, promoção e desenvolvimento da infraestrutura turística de cada município;</p> <p>Instâncias de Governança Regionais (IGRs): órgãos responsáveis pela promoção da integração e cooperação entre municípios em regiões turísticas específicas, fomentando o planejamento turístico integrado; e</p> <p>Conselhos Municipais de Turismo (COMTUR): órgãos responsáveis por apoiar e contribuir para o planejamento, desenvolvimento e gestão do turismo em um município. Atuam como órgãos colegiados, de caráter consultivo, deliberativo ou normativo compostos por representantes de diversos segmentos ligados ao setor turístico, tanto do poder público quanto da iniciativa privada e da sociedade civil, promovendo a articulação entre diferentes interesses e setores.</p>

Quadro 4 - Rede de governança do turismo de Alagoas e suas áreas de influência

SETOR PRIVADO	
ÁREAS DE INFLUÊNCIA E INTENSIDADE	PRINCIPAIS PARTES INTERESSADAS
<p>Política e planejamento: papel intermediário, influenciando políticas específicas por meio de parcerias e financiamentos;</p> <p>Infraestrutura e investimentos: papel central, com investimentos em infraestrutura turística, como hospedagem e transporte, frequentemente realizados por empresas;</p> <p>Inovação e tecnologia: alta influência, dado seu interesse em tecnologias para melhorar a experiência turística e o atendimento ao cliente, além de expandir seu alcance no mercado digital;</p> <p>Sustentabilidade e cultura: influência crescente ao incorporar práticas de sustentabilidade em empreendimentos turísticos, como adoção de energias renováveis, gestão de resíduos e conservação ambiental, além de investir em experiências que valorizem a cultura local; e</p> <p>Capacitação e empoderamento: papel relevante para a capacitação com treinamentos específicos para o setor de turismo e hospitalidade.</p>	<p>Empresariado do setor de hospedagem, alimentação e entretenimento: hotéis, pousadas, restaurantes e empresas de lazer que participam diretamente da atividade turística e frequentemente colaboram na formulação de políticas, promoção de Alagoas e melhorias de infraestrutura;</p> <p>Agências de turismo e operadores turísticos: instituições que atuam na comercialização de pacotes, na criação de roteiros turísticos e, muitas vezes, na intermediação entre destino e turistas; e</p> <p>Associações empresariais: instituições, como a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH) e a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), que atuam no suporte, capacitação e fortalecimento dos empreendimentos turísticos, especialmente das pequenas e médias empresas.</p>

Quadro 4 – Rede de governança do turismo de Alagoas e suas áreas de influência

SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA, ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONGs) E PARAESTATAIS	
ÁREAS DE INFLUÊNCIA E INTENSIDADE	PRINCIPAIS PARTES INTERESSADAS
<p>Política e planejamento: influência relevante ao participar da elaboração de políticas públicas e planos estratégicos, promovendo a inclusão de pautas sociais e ambientais, e contribuindo com diagnósticos, advocacy e apoio técnico;</p> <p>Infraestrutura e investimentos: influência indireta, mas relevante, ao fomentar projetos e parcerias que mobilizem recursos para infraestrutura sustentável e ao atuar como intermediárias em iniciativas que conectam comunidades locais a investimentos públicos e privados;</p> <p>Sustentabilidade e cultura: posição de liderança, uma vez que a preservação do meio ambiente e das tradições culturais é, em sua maioria, gerida e incentivada por comunidades locais e ONGs;</p> <p>Inovação e tecnologia: influência significativa ao atuar na conservação ambiental, promoção da cultura local e fortalecimento da identidade comunitária, articulando projetos educativos e de desenvolvimento sustentável; e</p> <p>Capacitação e empoderamento: alta influência, principalmente por meio de programas de capacitação e inclusão que buscam qualificar a mão de obra e empoderar as comunidades locais.</p>	<p>Comunidades tradicionais: comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas, especialmente em áreas próximas aos destinos turísticos, como o Rio São Francisco, desempenham um papel fundamental na preservação cultural e são diretamente impactadas pelo turismo;</p> <p>Associações comunitárias e cooperativas: coletivos de pessoas artesãs, produtoras locais e guias de turismo que promovem o desenvolvimento econômico local e a inclusão social;</p> <p>ONGs: focadas na preservação ambiental e na sustentabilidade, como o Projeto Peixe-Boi, que desenvolvem projetos de conscientização ambiental e sustentabilidade em parceria com o setor turístico; e</p> <p>Sebrae: instituição que atua no fortalecimento e promoção de instâncias regionais, capacitação de atores, fomento ao empreendedorismo e integração de esforços para o desenvolvimento sustentável e competitivo do setor.</p>

Quadro 4 – Rede de governança do turismo de Alagoas e suas áreas de influência

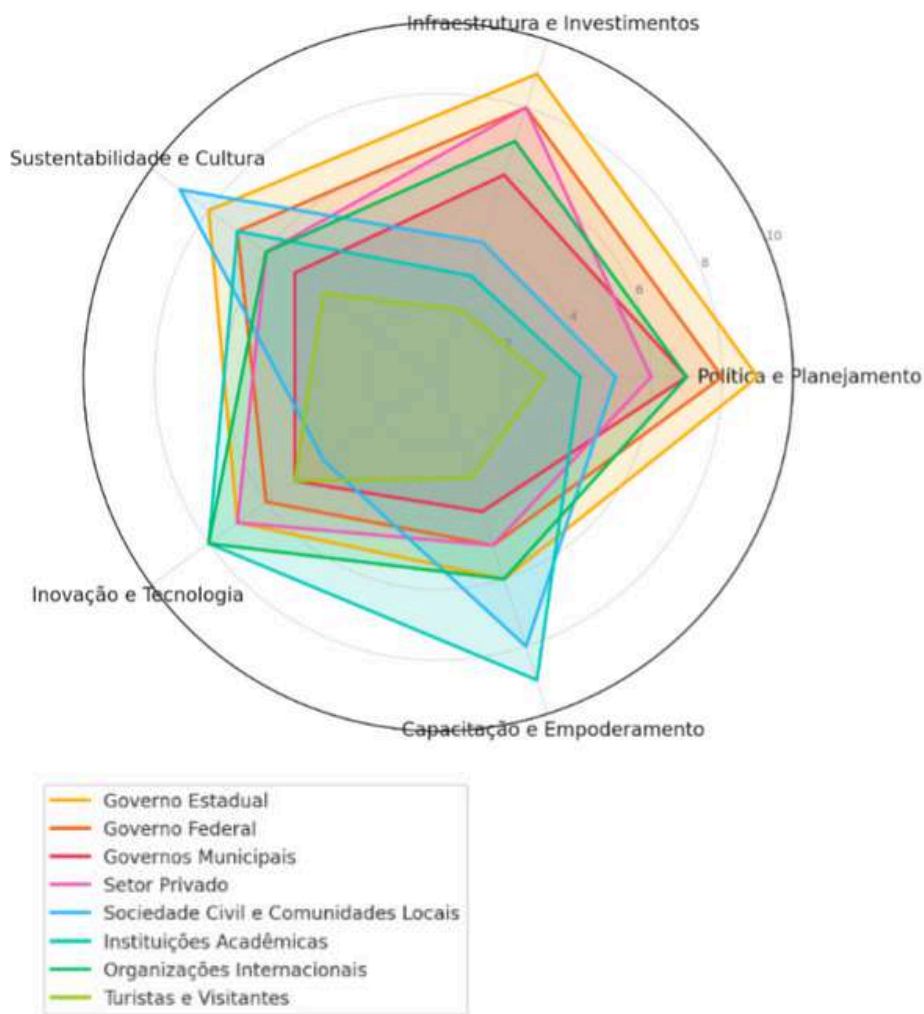
INSTITUIÇÕES ACADÊMICAS E CENTROS DE PESQUISA	
ÁREAS DE INFLUÊNCIA E INTENSIDADE	PRINCIPAIS PARTES INTERESSADAS
<p>Política e planejamento: influência moderada, fornecendo estudos, diagnósticos e análises que fundamentam a elaboração de políticas públicas e estratégias de planejamento no turismo;</p> <p>Infraestrutura e investimentos: influência indireta, mas relevante, ao desenvolver pesquisas que evidenciam a necessidade de investimentos estratégicos e sustentáveis, além de propor soluções inovadoras que otimizem o uso de recursos em infraestrutura turística;</p> <p>Sustentabilidade e cultura: papel de destaque, oferecendo pesquisas e dados que guiam práticas sustentáveis e culturalmente responsáveis;</p> <p>Inovação e tecnologia: posição de liderança, devido à implementação de tecnologias avançadas e à promoção de inovação em turismo sustentável, como soluções de big data e inteligência artificial; e</p> <p>Capacitação e empoderamento: alta influência, principalmente por meio de programas de capacitação e inclusão que buscam qualificar a mão de obra e empoderar as comunidades locais.</p>	<p>Instituições de ensino e centros de pesquisa locais: instituições que realizam pesquisas sobre o impacto do turismo, capacitação e sustentabilidade, fornecendo dados e suporte para a tomada de decisão e o desenvolvimento de práticas mais responsáveis e sustentáveis; e</p> <p>Centro de Inovação e Tecnologia: instituições como o Centro de Inovação do Polo Tecnológico (CIPT), localizado no bairro do Jaraguá, que promovem a integração de tecnologia e inovação na gestão e desenvolvimento do turismo, atuando em parceria com o setor público e privado.</p>

Quadro 4 – Rede de governança do turismo de Alagoas e suas áreas de influência

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	
ÁREAS DE INFLUÊNCIA E INTENSIDADE	PRINCIPAIS PARTES INTERESSADAS
<p>Política e planejamento: papel intermediário, influenciando políticas específicas por meio de parcerias e financiamentos;</p> <p>Infraestrutura e investimentos: papel de destaque oferecendo linhas de crédito e apoio para desenvolvimento sustentável de infraestrutura;</p> <p>Sustentabilidade e cultura: papel complementar, promovendo projetos e políticas voltadas à sustentabilidade e preservação cultural;</p> <p>Inovação e tecnologia: posição de liderança, devido à implementação de tecnologias avançadas e à promoção de inovação em turismo sustentável, como soluções de big data e inteligência artificial; e</p> <p>Capacitação e empoderamento: papel de destaque por apoiar a capacitação e promover programas de treinamento, formação profissional e desenvolvimento de habilidades, especialmente nas regiões emergentes.</p>	<p>CAF, BID, OMT, ONU-Habitat: organismos que atuam em projetos de desenvolvimento e financiamento para infraestrutura, sustentabilidade e inovação, promovendo a inclusão de Alagoas em programas internacionais de turismo sustentável, como o programa de DTI e a elaboração dos PDITS.</p>
TURISTAS E VISITANTES	
ÁREAS DE INFLUÊNCIA E INTENSIDADE	PRINCIPAIS PARTES INTERESSADAS
<p>Público que fornece feedbacks, preferências e comportamentos capazes de influenciar o planejamento e a adaptação de políticas e serviços turísticos em Alagoas.</p>	<p>Pessoas consumidoras de serviços turísticos: turistas, nacionais e internacionais, atuam como parte fundamental do ecossistema turístico, embora não participem da governança turística diretamente.</p>

Fonte: Elaboração própria, 2025, a partir de Bramwell e Lane 2011; e SETUR 2023a, 2023b, 2023c.

Gráfico 10 – Influência das partes interessadas da rede de governança do turismo em Alagoas



Fonte: Elaboração própria, 2025, a partir de Bramwell e Lane 2011; SETUR 2023a, 2023b, 2023c.

O Gráfico 10 complementa o quadro apresentado e demonstra que a governança do turismo em Alagoas é complexa e colaborativa, envolvendo diversas partes interessadas que exercem influências variadas conforme as áreas de atuação.

Os governos federal, estadual e municipal se destacam no campo de políticas e planejamento. As três esferas de governo, o setor privado e as organizações internacionais destacam-se em infraestrutura e investimentos. As comunidades locais e instituições acadêmicas assumem liderança em inovação e capacitação e a sociedade civil organizada, ONGs e paraestatais junto de comunidades locais possuem grande influência no campo da sustentabilidade e cultura. A presença de organizações internacionais traz uma visão global e suporte financeiro, complementando as iniciativas locais com perspectivas de longo prazo e práticas sustentáveis.

A complexidade inerente à colaboração e à integração entre as partes interessadas e as políticas públicas, onde a eficácia depende de diálogo, coordenação interinstitucional e estratégias de longo prazo geram os seguintes desafios para a rede de governança estadual de turismo de Alagoas:

Fragmentação de objetivos e prioridades

A diversidade de interesses entre as partes interessadas dificulta a definição de metas comuns e ações coordenadas, resultando em políticas e iniciativas desalinhadas.

Ausência de mecanismos de articulação

A ausência ou fragilidade de fóruns e instâncias formais para promover o diálogo interinstitucional pode levar à duplicação de esforços ou lacunas nas ações planejadas.

Distribuição desigual de recursos e capacidades

A variação nas capacidades técnicas, financeiras e operacionais entre as partes interessadas, especialmente entre municípios e comunidades locais, cria desigualdades no acesso a recursos e na implementação de políticas.

Conflitos de interesse

Diferenças entre objetivos econômicos, ambientais e sociais, como expansão turística versus preservação ambiental, podem gerar tensões entre as partes da rede.

Baixa efetividade na comunicação

A troca insuficiente de informações entre partes interessadas pode limitar o entendimento mútuo, dificultando a cooperação e a transparência no processo decisório. Em relação ao mapeamento de fluxos e interações entre essas partes, verificam-se:

- Interações formais: há uma estrutura formal de comunicação entre os principais níveis de governança, preconizada por procedimentos internos institucionais que seguem as leis de criação dos órgãos, incluindo a SETUR, o Conetur, as secretarias de turismo dos municípios, os COMTURs e as IGRs. Esses órgãos realizam reuniões periódicas e consultas públicas em casos específicos, como a validação de planos e programas, para alinhar ações e compartilhar informações. A SETUR e alguns municípios utilizam campanhas digitais em redes sociais (Instagram e Facebook) ou em websites institucionais para comunicação com o público e com o setor turístico.
- Interações informais: redes informais, como grupos em plataformas de mensagens, redes sociais e eventos de networking, são comumente usadas entre instituições gestoras, empreendedoras e comunidades locais. Essas redes informais facilitam a troca rápida de informações e são úteis para engajamento em iniciativas menores. Enquanto a comunicação informal é rápida e favorece uma tomada de decisão ágil, também limita o alcance e a transparência. Assim, fortalecer a comunicação formal e abrir mais canais acessíveis para a população pode melhorar a participação e fortalecer a transparência.

Descontinuidade de políticas e projetos

Mudanças frequentes na liderança política ou em parcerias institucionais prejudicam a continuidade de estratégias de longo prazo, comprometendo resultados sustentáveis.

Dependência de recursos externos

A necessidade de financiamentos externos e apoio de organizações internacionais pode resultar em adaptação de políticas locais a agendas externas, sem considerar as especificidades regionais.

Monitoramento e avaliação insuficientes

A ausência de indicadores e sistemas de monitoramento integrados dificulta a avaliação da eficácia das políticas e a identificação dos ajustes necessários.

Inclusão de comunidades locais

A participação efetiva de comunidades no planejamento e execução das políticas pode ser desafiador, devido às limitações em representatividade e poder de decisão.

Integração das inovações tecnológicas

A incorporação de tecnologias no turismo de maneira inclusiva e eficiente requer coordenação e treinamento para que as partes interessadas possam cooperar de forma integrada e no mesmo ritmo.

4.2.2. INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA REGIONAIS DE TURISMO

As sete IGRs existentes em Alagoas têm desempenhado um papel significativo na organização e desenvolvimento do turismo regional, sendo elas: Agreste, Caatinga, Caminhos das Águas, Cânions do São Francisco, Costa dos Corais, Grande Maceió e Quilombo. No entanto, também enfrentam desafios significativos, sendo os principais:

Capacitação e recursos limitados

As IGRs enfrentam dificuldades em capacitar as pessoas envolvidas na gestão e nos conselhos, o que limita sua capacidade de realizar ações efetivas e planejadas. Além disso, a ausência de recursos financeiros dificulta constante a execução de projetos, especialmente nas regiões menos desenvolvidas.

Integração e coordenação

Há uma necessidade de maior integração e coordenação para alinhar objetivos e estratégias regionais, uma vez que essa fragilidade entre as diferentes regiões, IGRs e o governo estadual gera fragmentação e limita o impacto das ações conjuntas.

Sustentabilidade e conservação ambiental

A alta demanda em áreas sensíveis, como a Costa dos Corais, impõe desafios de sustentabilidade ambiental, e a ausência de fiscalização e políticas para controlar o fluxo turístico aumenta o risco de degradação em áreas naturais e de sobrecarga da infraestrutura.

Sazonalidade e diversificação da oferta

Na maior parte do tempo, o turismo em Alagoas é sazonal e concentrado nas praias, especialmente no verão. Esse foco prejudica regiões turísticas menos conhecidas e causa picos de visitação que comprometem a infraestrutura e a qualidade da experiência.

4.2.3. CONSELHOS MUNICIPAIS DE TURISMO

Os COMTURs em Alagoas também desempenham um papel fundamental na governança local do setor, oferecendo uma estrutura participativa para o desenvolvimento turístico e fortalecendo o vínculo entre o setor público, privado e a comunidade local. A atuação dos Conselhos varia bastante entre os municípios, e vários fatores influenciam seu grau de eficácia e impacto, entre eles:

Nível de participação e representatividade

Em sua maioria, os COMTURs Alagoas têm uma composição diversa, com representação de setores variados, como associações locais, empresariado, ONGs, lideranças comunitárias e gestão municipal. Essa diversidade é essencial para garantir uma visão plural no planejamento do turismo. Contudo, em alguns municípios, a participação ativa de todos os membros ainda é limitada, o que compromete a representatividade e a eficiência das decisões. Em regiões onde o turismo é menos consolidado, como Caatinga e Quilombo, há menor engajamento dos atores locais, reduzindo o impacto do conselho.

Capacitação e profissionalização dos membros

A capacitação dos membros dos COMTURs é um desafio, especialmente em municípios menores e menos estruturados, uma vez que os conselhos não possuem acesso a treinamento regular em temas como gestão turística, sustentabilidade, planejamento e políticas públicas, o que pode resultar em uma atuação mais limitada e com menor impacto. Em áreas onde há iniciativas de capacitação, como em municípios costeiros mais consolidados, observa-se uma atuação mais informada e estratégica.

Integração com políticas públicas e planejamento municipal

Em alguns municípios, os COMTURs têm uma boa articulação com as secretarias de turismo e participam ativamente na construção de políticas públicas e no planejamento estratégico do setor. No entanto, essa integração ainda é frágil em muitos municípios, onde as decisões dos conselhos nem sempre são consideradas na formulação de políticas municipais, limitando a sua efetividade como um órgão consultivo e deliberativo.

Foco na sustentabilidade e turismo responsável

Em destinos onde o turismo de base comunitária e o ecoturismo estão em crescimento, como São Miguel dos Milagres, Porto de Pedras e Piranhas, alguns conselhos municipais têm incluído a sustentabilidade como pauta central. Isso representa um avanço na atuação dos conselhos, que buscam alinhar o crescimento turístico com a preservação ambiental e o desenvolvimento comunitário. No entanto, em muitos municípios, a abordagem sustentável ainda é secundária e a pauta do turismo responsável precisa ser mais difundida para que o setor cresça de forma equilibrada e duradoura.

Monitoramento e fiscalização das atividades turísticas:

A capacidade dos COMTURs em monitorar e fiscalizar atividades é um ponto de limitação comum. Alguns conselhos não têm estrutura suficiente para fiscalizar, por exemplo, a carga ambiental e social do turismo em sua região, especialmente nos períodos de alta temporada. Esse monitoramento é essencial para garantir que a atividade turística seja positiva para a comunidade e o meio ambiente, e a ausência de uma estrutura adequada para isso reduz o impacto preventivo dos conselhos.

Promoção de parcerias e articulação com o setor privado

Os COMTURs que conseguem envolver o setor privado em suas atividades geralmente têm uma atuação mais efetiva, pois o apoio do empresariado local e das operadoras de turismo amplia as possibilidades de financiamento e desenvolvimento de ações promocionais. No entanto, essa parceria ainda é restrita em muitos conselhos, onde o setor privado tem pouca participação ou considera o conselho apenas como um fórum consultivo, sem engajamento real.

Comunicação e transparência com a comunidade

A transparência e o diálogo com a população local são aspectos fundamentais para o sucesso dos conselhos, uma vez que, em sua maioria, possuem dificuldades em manter a comunidade informada e envolvida nas discussões e decisões sobre o turismo local. Tal situação pode levar a uma desconexão entre o conselho e as necessidades e percepções das pessoas moradoras. Em locais onde a comunicação com a comunidade é mais ativa, observa-se uma maior adesão e apoio aos projetos de turismo, pois a população se sente incluída e beneficiada.

Assim, nota-se que os conselhos que conseguem estabelecer uma atuação integrada com políticas municipais, promover a sustentabilidade e criar um canal efetivo de diálogo com a comunidade tendem a ser mais bem-sucedidos. Portanto, para alcançar maior impacto, é necessário investir na capacitação interna, na criação de uma estrutura mínima de monitoramento e fiscalização, e no fortalecimento da parceria entre os setores público e privado.

Por fim, a análise destaca que a governança do turismo em Alagoas possui uma estrutura colaborativa e integrada, mas ainda precisa de melhorias em áreas como capacitação, comunicação e monitoramento de impactos. As oportunidades de aprimoramento identificadas podem ajudar a fortalecer a sustentabilidade, a inclusão e a eficiência da governança, alinhando-se ainda mais com os ODS e a Nova Agenda Urbana para promover um turismo responsável, inclusivo e sustentável no estado.

4.3. POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO SUSTENTÁVEL EM ALAGOAS

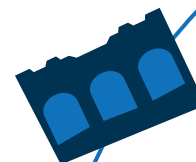
As políticas públicas têm um papel estratégico na promoção da resiliência dos destinos, fortalecendo a capacidade de planejamento, monitoramento e adaptação às mudanças. A legitimação de práticas mais sustentáveis no setor tem avançado como política de Estado em Alagoas, garantindo bases importantes, especialmente a partir de 2021. Contudo, destaca-se também o processo de planejamento participativo e de longo prazo realizado em 2012, que culminou no Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo de Alagoas 2013-2023 (Decreto nº 27141 de 17 de julho de 2013).

O Plano Estratégico 2013-2023 teve como objetivo principal posicionar o estado como destino turístico sustentável e consolidado no mercado do turismo nacional e internacional em todos os segmentos turísticos elencados nos seus programas e projetos até 2023, por meio dos seguintes objetivos específicos: (i) preparar o turismo estadual para visitantes do Brasil e do exterior; (ii) incentivar a população alagoana, brasileira e o público estrangeiro a viajar pelos diversos municípios e regiões turísticas de Alagoas; e (iii) melhorar a qualidade e aumentar a competitividade dos destinos turísticos do estado, reforçando a atuação da gestão municipal e IGRs, e fortalecendo o Fórum Estadual de Turismo.

As metas definidas nesse Plano estavam centradas em aumentar o fluxo de visitação doméstica, internacional e interna, aumentar receitas, estimular investimentos, qualificar produtos, apoiar a normalização e estruturação de equipamentos e serviços, elevar o

índice de competitividade dos destinos e ampliar as ocupações formais no setor. Para isso, um conjunto de 22 projetos foram propostos na época com uma abordagem pontual para a sustentabilidade, o que não implica dizer que o estado não tenha evoluído no tema entre 2013 e 2023, apenas que o instrumento em si não adotava essa abordagem de modo mais enfático.

Por exemplo, há evidências de que a partir de 2021, o estado começou a oficializar a pauta do desenvolvimento sustentável, destacando-se a previsão e a implantação de diversas políticas públicas, conforme apresentado no Quadro 5, que sintetiza o estágio em que elas se encontram.



Quadro 5 – Políticas públicas para desenvolvimento do turismo sustentável em Alagoas a partir de 2021

POLÍTICA	OBJETIVOS E/OU CARACTERÍSTICAS	ESTÁGIO
<p>Política Estadual de Investimentos e Negócios de Impacto Socioambiental no estado de Alagoas (Lei nº 8.471, de 26 de julho de 2021)</p>	<p>A política tem como objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ·Promover um ambiente favorável ao desenvolvimento de empreendimentos que conciliem retorno econômico com impacto positivo nas dimensões sociais e ambientais; ·Articular o setor público, privado e a sociedade civil para fomentar negócios, estimular o acesso a crédito e inovação, incentivar a inclusão de populações vulnerabilizadas e valorizar comunidades tradicionais e produtores locais; e ·Priorizar a criação de um marco regulatório que garanta segurança jurídica, incentivos fiscais e acesso simplificado a linhas de financiamento. <p>A política prevê ainda a criação de conselho estadual, para promover alianças estratégicas e reconhecer empreendedores de destaque com o prêmio "Empreendedor de Impacto Social e Ambiental".</p>	<p>Implantação</p> <p>Em 2024, o Governo de Alagoas aderiu ao Sistema Nacional de Economia de Impacto (Simpacto) por meio de cooperação com o governo federal comprometendo-se com a elaboração de um Plano Estadual de Economia de Impacto e o funcionamento de um comitê local. O setor de turismo tem a oportunidade de se engajar de modo a valorizar as iniciativas do setor.</p>
<p>Programa Alagoas Feita à Mão (Decreto nº 84.487 de 10 de agosto de 2022 e Decreto nº 85.631 de 23 de novembro de 2022)</p>	<p>O Programa busca fortalecer a identidade genuinamente alagoana, fomentar a comercialização local e internacional do artesanato, preservar técnicas tradicionais e incentivar a geração de renda para artesãos. Esses objetivos são coordenados por uma comissão consultiva composta por representantes do governo, instituições acadêmicas, sociedade civil e entidades de apoio, promovendo ações estruturantes, pesquisa, incentivos fiscais e suporte técnico.</p>	<p>Implantação</p> <p>Até 2024, foram realizadas ações como o mapeamento e curadoria de pessoas artesãs, criação da Galeria Alagoas Feita à Mão (plataforma online de vendas), emissão da Carteira Nacional do Artesão, capacitação e empoderamento de mais de 14 mil pessoas, especialmente mulheres, e parcerias com centros comerciais para ampliar a comercialização. Além disso, foram realizados eventos, como entrega de placas de identificação, e o Programa recebeu o reconhecimento pela inovação na gestão do setor.</p>

Quadro 5 – Políticas públicas para desenvolvimento do turismo sustentável em Alagoas a partir de 2021

POLÍTICA	OBJETIVOS E/OU CARACTERÍSTICAS	ESTÁGIO
<p>Programa Escola do Turismo (Lei nº 8.789, de 29 de dezembro de 2022)</p>	<p>O Programa tem como objetivos qualificar e capacitar pessoas que atuam na prestação de serviços turísticos, com cursos presenciais e interativos que priorizam a inclusão de grupos vulnerabilizados, como pessoas de baixa renda, residentes em áreas de difícil acesso, negras e pessoas com deficiência.</p>	<p>Implantação Com aulas presenciais ministradas pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e Sindicato Empresarial de Hospedagem e Alimentação de Alagoas (SINDHAL), são disponibilizados cursos gratuitos desde 2022 nas áreas de hotelaria, restaurantes, atendimento ao público, empreendedorismo, apoio à complementares, gestão de negócios, políticas públicas, entre outros, atendendo as diversas regiões do estado.</p>
<p>Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) da Região Turística Caminho das Águas, da Região Turística Cânions do São Francisco, e da Região Turística Costa dos Corais</p>	<p>O PDTIS é um instrumento de planejamento de longo prazo focado em regiões turística, com abordagem robusta sobre a sustentabilidade do turismo, e que estabelecer objetivos e projetos de curto, médio e longo prazo e indicadores de monitoramento.</p>	<p>A implantar Algumas ações pontuais já estão presentes no plano de ações de 2024 do Governo de Alagoas para o setor turismo, mas a implantação efetiva dos PDITS exige maior financiamento e descentralização para facilitar a execução, por meio do fortalecimento das instâncias de governança e municípios.</p>
<p>Programa Econecta no Estado de Alagoas (Lei nº 9.326, de 22 de julho de 2024)</p>	<p>O Programa tem como finalidade fomentar o turismo sustentável alinhado aos ODS, por meio da integração de iniciativas públicas, privadas e do terceiro setor que promovam a responsabilidade social, educação ambiental, conservação, qualificação profissional e economia circular. Constitui como um importante marco para fortalecer a sustentabilidade do turismo e o engajamento oficial à Agenda 2030, e prevê a implantação de um conselho para a sua operacionalização.</p>	<p>A implantar O desenho efetivo do Programa está previsto no plano de ações de 2024 do Governo de Alagoas para o setor turismo. Contudo, ainda é necessário implantar o conselho e elaborar um Plano de Trabalho.</p>
<p>PDUI da Região Metropolitana de Maceió</p>	<p>O PDUI é um instrumento de planejamento que elabora diretrizes para o desenvolvimento territorial e consolida uma política pública integrada para os 13 municípios que compõem a Região Metropolitana de Maceió.</p>	<p>A implantar Minuta de projeto de lei elaborada em 2024.</p>

Fonte: Elaboração própria, 2025, a partir de Governo do Estado de Alagoas 2021, 2022, 2023 e 2024, Agência Alagoas 2023 e 2024, SETUR 2023a, 2023b, 2023c e 2024.

Para orientar a execução de ações do Governo de Alagoas, em 2024, cada órgão estadual definiu seu plano de ação, e a SETUR estruturou um plano com 43 ações, considerando principalmente demandas dos territórios e do trade turístico, bem como programas já em andamento para implantação no mesmo ano. Este instrumento é acompanhado pela Secretaria de Estado da Governança Corporativa, que realiza a articulação político-social e o monitoramento dos projetos estratégicos da gestão estadual.

Verifica-se um conjunto de ações diversificadas, agrupadas em torno de objetivos, que por sua vez se traduzem nas rubricas do Plano Plurianual (PPA) de Alagoas, instrumento de planejamento de médio prazo que define diretrizes, objetivos e metas do governo para um período de quatro anos. As ações focam em endereçar alguns dos desafios e das oportunidades que o turismo em Alagoas enfrenta, considerando aspectos gerais que impactam todo o estado ou necessidades específicas de cada região turística. Há coerência relevante nas ações propostas, pois se observam os seguintes pontos:

Diversidade de foco

As iniciativas abordam diferentes áreas do turismo, como infraestrutura, capacitação, marketing, governança e sustentabilidade. Há esforços para diversificar a oferta turística (ecoturismo, turismo de aventura, afro turismo, rota arqueológica), o que é positivo para reduzir a dependência do turismo de sol e praia.

Fortalecimento de infraestrutura

Ações como a implantação de melhorias de infraestrutura urbana em trechos de orla, sinalização turística e desenvolvimento de plano de ação para conservação de prédios e fachadas históricas são coerentes com os desafios de infraestrutura identificados.

Capacitação e governança

A continuidade do Programa Escola do Turismo e a criação do Conselho Estadual de Turismo são passos positivos para fortalecer a governança e qualificar a mão de obra. O apoio às IGRs por meio de termos de fomento é fundamental para descentralizar as decisões e promover a coesão regional.

Fomento ao turismo criativo e comunitário

Incentivar compras de cooperativas locais e turismo criativo são ações alinhadas ao fortalecimento da economia local e à valorização das comunidades.

Sustentabilidade e planejamento

Ações como o diagnóstico de rotas arqueológicas, o desenvolvimento de PDTIS, a elaboração de planos diretores, a ampliação da funcionalidade da plataforma do Observatório do Turismo de Alagoas e a implantação do Programa E-Conecta, demonstram um esforço por planejamento sustentável.

O plano de ações da SETUR para 2024 incluiu algumas ações alinhadas aos PDITS já elaborados, como o desenvolvimento de novos produtos turísticos e o fortalecimento do calendário de eventos. Desenvolvidos entre 2022 e 2023, os PDITS listados no Quadro 6 são instrumentos robustos que apoiam o desenvolvimento regional e apresentam uma abordagem sistêmica e integrada para a atividade turística, além de um diagnóstico que consolida avaliações acerca da dimensão de infraestrutura básica e urbana, aspectos socioambientais, quadro institucional, mercado turístico (oferta e demanda), entre outros. Esses PDITIS consideraram os PDITS anteriores, quando existentes, e buscaram estar alinhados com outras estratégias presentes nas regiões e no estado em relação ao turismo sustentável.

Além disso, nos PDITS foram definidos objetivos gerais, específicos e projetos, categorizados como de curto, médio e longo prazo, para cada região em termos de desenvolvimento turístico em horizonte temporal de 10 anos. As estratégias estão baseadas em áreas críticas de intervenção, incluindo o desenho de um plano de ações com fichas detalhadas dos projetos, orçamentos e a definição de um mecanismo de monitoramento da execução do conjunto de projetos.

Os PDITS possuem alinhamento com os ODS e a Nova Agenda Urbana, com um conjunto de ações bastante coerentes para cada território analisado. Algumas lacunas em áreas-chave podem ser endereçadas em planos de ações estratégicos da SETUR ou em planos operacionais dos PDITS que venham a ser desenvolvidos futuramente,

conforme listado abaixo. A priorização dos projetos apresentados nos PDITS será fundamental para fortalecer a autonomia das IGRs e dos municípios na implantação e a operacionalização desses Planos.

Conservação ambiental

Não há recomendação de projetos de desenvolvimento de sistemas integrados de monitoramento e avaliação de impactos ambientais, culturais e socioeconômicos do turismo, bem como ações de conservação de recursos frágeis. Essas ações são essenciais para garantir que as práticas sustentáveis sejam mantidas e ajustadas conforme necessário, embora estejam propostos projetos como estudos de capacidade de carga turística, monitoramento da qualidade dos recursos hídricos e estudo de riscos ambientais.

Enfoque em resiliência climática

Embora haja ênfase na sustentabilidade ambiental e conservação dos recursos, não há uma abordagem específica para a resiliência climática e adaptação a eventos extremos, que são fundamentais para destinos turísticos em face das mudanças climáticas.

Planejamento territorial

O ordenamento territorial é abordado em projetos de elaboração de Planos Diretores, Códigos de Urbanismo e Edificações e Planos Regionais Setoriais, mas será necessário detalhar como essa estruturação deve estar integrada ao planejamento urbano sustentável, conforme o recomendado pela Nova Agenda Urbana, abordando práticas de uso do solo que previnam conflitos e degradação ambiental, e que se alinhem ao desenvolvimento do turismo.

Estratégias para inclusão social ampla

Os projetos abordam inclusão e qualificação da cadeia produtiva, mas não tratam amplamente da inclusão de grupos vulnerabilizados e da redução das desigualdades sociais.

Capacitação e conscientização ambiental

As propostas focam na inovação e qualificação técnica, mas não especificam ações para a conscientização ambiental e educação para pessoas adultas de comunidades locais e visitantes, aspectos essenciais para práticas sustentáveis contínuas.

Gestão de resíduos e economia circular

Ações que incentivem práticas de reciclagem são propostas, mas não focam em logística reversa.

Governança participativa

Ações para fortalecer a inclusão comunitária no planejamento turístico são restritas a audiências públicas.

Turismo de base comunitária

Poucas ações que promovem o turismo de base comunitária.

O PDUI da Região Metropolitana de Maceió é um marco relevante do ponto de vista de políticas públicas integradas, dado que um dos desafios das regiões turísticas de Alagoas reside na ausência de planejamento territorial e no ordenamento da expansão da ocupação urbana. Uma vez que o Plano estabelece diretrizes para o desenvolvimento urbano integrado, articulando ações que impactam diretamente o turismo sustentável e a gestão do território, esse instrumento pode servir de referência para outras regiões do estado ao estabelecer bases sólidas para a governança e a integração territorial.

As diretrizes também servem como boas práticas para outros instrumentos de planejamento que venham a ser estabelecidos nas demais regiões turísticas de Alagoas, pois se alinham aos princípios de desenvolvimento sustentável dos ODS e da Nova Agenda Urbana, a exemplo de:

Sustentabilidade ambiental e uso responsável dos recursos naturais

O Plano incorpora diretrizes para preservação ambiental (Macrozona de Conservação Ambiental) e segurança hídrica (Macrozona de Manutenção da Segurança Hídrica), alinhadas aos ODS 6 e 13, promovendo práticas sustentáveis no turismo de natureza e ecoturismo.

Promoção da inclusão social e econômica

As diretrizes para desenvolvimento socioeconômico inclusivo e regularização fundiária atendem aos ODS 1 e 10 criando oportunidades econômicas para comunidades locais por meio do fortalecimento do cooperativismo e do turismo cultural.

Integração entre turismo e mobilidade sustentável

A estruturação do sistema de transporte público metropolitano e a priorização de modais não motorizados (Eixo Mobilidade Metropolitana) conectam destinos turísticos e comunidades, em consonância com o ODS 11 e com os princípios da Nova Agenda Urbana.

Inovação e diversificação econômica

A criação de novas centralidades econômicas e o incentivo ao ecoturismo e turismo criativo nas Áreas de Interesse do Ecoturismo reforçam os ODS 8 e 9, promovendo a diversificação da matriz econômica.

Com base no que foi exposto, é possível destacar alguns pontos que podem ser aprimorados na elaboração de futuros instrumentos de planejamento que busquem abordar com mais ênfase a temática do turismo sustentável, entre eles:

Maior detalhamento sobre turismo sustentável

Apresentar estratégias específicas para incorporar turismo sustentável em macrozonas e vetores de expansão, como o turismo cultural, comunitário e urbano.

Ampliação da conexão entre turismo e preservação cultural

Incorporar ações específicas para integração do turismo como ferramenta de preservação e valorização patrimônio ambiental e cultural.

Ampliação da participação social

Estabelecer explicitamente a participação direta das comunidades e do setor de turismo na definição e acompanhamento de projetos como forma de reforçar a governança interfederativa e gestão democrática e participativa.

Investimentos mais robustos em turismo inteligente

Abordar diretamente o turismo inteligente, que utiliza big data e soluções tecnológicas, como estratégia de inovação para aprimorar a experiência turística e a gestão sustentável.

Integração territorial no turismo

Apresentar estratégias específicas para integrar o turismo em áreas metropolitanas e rurais, promovendo sinergias entre os diferentes territórios e fortalecendo o turismo como vetor de desenvolvimento territorial integrado.

4.4. TENDÊNCIAS DO TURISMO, POTENCIALIDADES E DESAFIOS DE CONSOLIDAÇÃO EM ALAGOAS

O turismo está em constante transformação e há uma dinâmica de mercado marcada não apenas pela oferta turística, governança e políticas públicas dos territórios, mas também pelo comportamento dos turistas. As tendências para os próximos anos refletem um movimento em direção a viagens mais conscientes, personalizadas e tecnológicas, moldando o futuro do turismo para um maior alinhamento com as premissas da sustentabilidade.

A análise dessas tendências demonstra grande potencial de Alagoas para se posicionar como um destino inovador, sustentável e altamente atrativo para diferentes perfis de viajantes em função de atributos como sua atratividade, singularidade, diversidade regional, investimentos públicos e privados, sistema de governança e evolução de políticas públicas. Contudo, tornar esse potencial em realidade exige manejar desafios estruturais, de qualificação, de parcerias e investimentos.

O Quadro 6 apresenta essa relação paralelo, indicando potencialidades e desafios para o estado, que são posteriormente incorporadas em estratégias e programas-piloto apresentados nos capítulos 5 e 6.



Quadro 6 – Tendências de turismo, potencialidades e desafios de consolidação em Alagoas

TENDÊNCIA	CONTEXTO	POTENCIALIDADES	DESAFIOS
<p>Personalização e experiências imersivas</p>	<p>Há uma crescente demanda por viagens que ofereçam experiências personalizadas e imersivas, permitindo aos viajantes uma conexão profunda com culturas locais e atividades autênticas; e</p> <p>Destaca-se a "personalização total das experiências de viagem" como uma tendência emergente, onde turistas buscam roteiros sob medida que reflitam seus interesses e desejos específicos.</p>	<p>Desenvolvimento de roteiros personalizados que ofereçam vivências autênticas, incluindo experiências gastronômicas, culturais e de natureza, adaptadas aos interesses dos turistas;</p> <p>Criação de plataformas digitais que permitam viajantes customizar suas experiências antes da chegada; e</p> <p>Expansão da oferta de turismo de base comunitária, permitindo imersão em tradições locais, como artesanato, música e culinária alagoana.</p>	<p>Capacitação profissional para a criação de experiências autênticas; e</p> <p>Baixa digitalização do setor turístico.</p>
<p>Turismo sustentável e regenerativo</p>	<p>A conscientização ambiental está levando viajantes a optarem por práticas sustentáveis e responsáveis;</p> <p>Destaca-se o "turismo sustentável, responsável e regenerativo", onde as experiências não apenas minimizam impactos negativos, mas também contribuem positivamente para as comunidades locais e o meio ambiente.</p>	<p>Implementação de práticas sustentáveis nos polos turísticos, como gestão eficiente de resíduos, certificações sustentáveis e compensação de carbono;</p> <p>Promoção de Alagoas como um destino regenerativo, incentivando projetos de conservação ambiental e turismo de impacto social positivo; e</p> <p>Valorização e incentivo ao turismo de base comunitária e ao ecoturismo, garantindo benefícios</p>	<p>Pouco conhecimento sobre certificações sustentáveis ou até mesmo da adoção de práticas simples que podem contribuir para elevar a sustentabilidade;</p> <p>Pouco conhecimento sobre incentivos financeiros para negócios sustentáveis; e</p> <p>Não respeitar o tempo de maturação de produção de turismo de base comunitária ou desenvolver projetos de apoio que não considerem essa dinâmica.</p>

Quadro 6 – Tendências de turismo, potencialidades e desafios de consolidação em Alagoas

TENDÊNCIA	CONTEXTO	POTENCIALIDADES	DESAFIOS
<p>Viagens nostálgicas e de autoconhecimento</p>	<p>A busca por experiências de cunho emocional e autodescoberta está em alta. Turistas procuram reviver memórias ou explorar raízes culturais; e</p> <p>Crescente interesse em "escapadas espirituais", onde o foco é o bem-estar e o crescimento pessoal.</p>	<p>Desenvolvimento de produtos turísticos focados em bem-estar e reconexão, como retiros espirituais, terapias holísticas e experiências culturais voltadas para o resgate de memórias afetivas; e</p> <p>Promoção do turismo histórico, destacando as raízes culturais de Alagoas, como a herança afro-brasileira, quilombola e indígena, além da forte tradição musical e cultura popular.</p>	<p>Necessidade de adaptação e/ou implantação de novos elementos decorativos, mobiliários ou construtivos;</p> <p>Qualificação sobre experiências autênticas; e</p> <p>Qualificação sobre como promover produtos turísticos voltados para esse nicho.</p>
<p>Destinos emergentes e alternativos</p>	<p>Viajantes estão explorando locais menos conhecidos para evitar aglomerações e descobrir novas paisagens; e</p> <p>Há um aumento na procura por destinos "fora do comum", indicando uma tendência de "destinos de desvio" (destination detours, em inglês).</p>	<p>Fortalecimento de destinos menos explorados, como a Rota Ecológica dos Milagres, a Lagoa do Mundaú e os cânions do São Francisco, para atrair turistas que buscam alternativas a destinos superlotados; e</p> <p>Criação de roteiros para o turismo de experiência em pequenas comunidades, valorizando a identidade local e promovendo destinos "fora do comum".</p>	<p>Necessidade de aprimorar deficiências na infraestrutura e acessibilidade;</p> <p>Necessidade de aprimorar ou implantar mecanismos de maior controle para evitar turismo predatório, especialmente em áreas frágeis; e</p> <p>Capacitação para ampliar o reconhecimento desses destinos no mercado nacional e internacional.</p>
<p>Integração tecnológica e inteligência artificial</p>	<p>A tecnologia está transformando o planejamento e a experiência de viagem. Ferramentas de IA estão sendo utilizadas para oferecer recomendações personalizadas e otimizar operações; e</p> <p>Soluções de IA estão sendo adotadas para gestão de receitas e ofertas personalizadas, atendendo às expectativas dos consumidores, especialmente das gerações Millennials e Gen Z.</p>	<p>Investimento em ferramentas de inteligência artificial para personalização de experiências, recomendações de roteiros e atendimento ao turista;</p> <p>Desenvolvimento de aplicativos e plataformas digitais que facilitem a interação com turistas, fornecendo informações sobre atrações, transporte e serviços turísticos em tempo real; e</p> <p>Uso de realidade aumentada para enriquecer a experiência turística, por exemplo, recriando cenas históricas em museus e centros culturais.</p>	<p>Baixa adoção de tecnologia pelo setor turístico e de investimentos em inovação digital;</p> <p>Cidades com infraestrutura tecnológica que necessitam de aprimoramento (Wi-Fi, conexão de telefonia, acesso à equipamentos e manutenção); e</p> <p>Necessidade de capacitação para operadoras turísticas.</p>

Quadro 6 – Tendências de turismo, potencialidades e desafios de consolidação em Alagoas

TENDÊNCIA	CONTEXTO	POTENCIALIDADES	DESAFIOS
<p>Turismo de bem-estar e saúde</p>	<p>Há uma demanda crescente por viagens focadas no bem-estar físico e mental; e</p> <p>O “turismo do sono” ou turismo com atividades como meditações, yoga, imersões na natureza e paisagens bucólicas estão ganhando popularidade, com viajantes buscando destinos que ofereçam ambientes propícios para descanso e rejuvenescimento.</p>	<p>Desenvolvimento de experiências voltadas para o turismo do sono e relaxamento, como hospedagens focadas em descanso, terapias naturais e ambientes propícios ao bem-estar; e</p> <p>Oferta de pacotes de turismo de saúde e bem-estar, incluindo spas naturais, banhos terapêuticos e retiros em meio à natureza.</p>	<p>Pouca infraestrutura pública focada em apoiar atividades de contemplação, descanso ou relaxamento;</p> <p>Pouco conhecimento sobre a oferta de serviços de bem-estar e saúde e sua conexão com o turismo; e</p> <p>Promoção de produtos para esse nicho de mercado.</p>
<p>Viagens multigeracionais e em família</p>	<p>As famílias estão priorizando viagens que fortaleçam os laços entre diferentes gerações. Viagens em família e viagens multigeracionais estão entre as principais tendências, com grupos familiares buscando experiências que atendam a todas as idades.</p>	<p>Expansão de opções de hospedagem e atividades que atendam a diferentes faixas etárias, incluindo praias, parques e centros multiculturais/multiuso estruturados para famílias e resorts com programações infantis e para pessoas idosas; e</p> <p>Criação de roteiros interativos que conectem gerações por meio da cultura e história, como passeios culturais guiados por contadores de histórias locais.</p>	<p>Desconhecimento sobre estruturas públicas e privadas adequadas para receber famílias e pessoas idosas, com serviços inclusivos; e</p> <p>Qualificação para ampliar a oferta de atividades adaptadas a todas as idades.</p>
<p>Turismo de aventura</p>	<p>A procura por atividades que proporcionem adrenalina e contato com a natureza está em ascensão, com turistas buscando experiências em ambientes naturais e desafiadores.</p>	<p>Ampliação da oferta de atividades de aventura, como trekking na Serra da Barriga, caiaque nos manguezais e kitesurf no litoral;</p> <p>Criação de pacotes turísticos voltados para práticas esportivas na natureza, como ciclismo, mergulho e rapel nos cânions do São Francisco; e</p> <p>Parcerias com operadoras especializadas em esportes radicais para estruturar novos produtos turísticos de aventura.</p>	<p>Necessidade de maior estruturação e segurança das atividades; Capacitação de guias e pessoas instrutoras especializadas; e</p> <p>Promoção desse segmento em geral.</p>

Quadro 6 – Tendências de turismo, potencialidades e desafios de consolidação em Alagoas

TENDÊNCIA	CONTEXTO	POTENCIALIDADES	DESAFIOS
Foco em sustentabilidade e impacto ambiental	<p>Há uma demanda crescente por viagens focadas no bem-estar físico e mental; e</p> <p>O “turismo do sono” ou turismo com atividades como meditações, yoga, imersões na natureza e paisagens bucólicas estão ganhando popularidade, com viajantes buscando destinos que ofereçam ambientes propícios para descanso e rejuvenescimento.</p>	<p>Desenvolvimento de experiências voltadas para o turismo do sono e relaxamento, como hospedagens focadas em descanso, terapias naturais e ambientes propícios ao bem-estar; e</p> <p>Oferta de pacotes de turismo de saúde e bem-estar, incluindo spas naturais, banhos terapêuticos e retiros em meio à natureza.</p>	<p>Pouca infraestrutura pública focada em apoiar atividades de contemplação, descanso ou relaxamento;</p> <p>Pouco conhecimento sobre a oferta de serviços de bem-estar e saúde e sua conexão com o turismo; e</p> <p>Promoção de produtos para esse nicho de mercado.</p>

Fonte: Elaboração própria, 2025, a partir de Amadeus, 2024; Braztoa, 2025; Skift, 2024; WTTC e JLL, 2022.





4.5. SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO E HIERARQUIZAÇÃO DE DESAFIOS

Este diagnóstico sintético, elaborado com base nos instrumentos analisados ao longo deste capítulo, teve como objetivo abordar de maneira sistêmica aspectos relacionados ao turismo sustentável, servindo de referência para a identificação dos desafios e oportunidades que orientaram a formulação das diretrizes estratégicas, apresentadas no próximo capítulo.

A consolidação da análise, sistematizada no Quadro 7, oferece uma visão abrangente das oportunidades e desafios enfrentados pelo setor de turismo em Alagoas, considerando os diversos aspectos analisados nos capítulos anteriores, organizando-os em aspectos-chave.

Verifica-se que as políticas atuais apresentam ações bem alinhadas aos desafios e oportunidades do turismo sustentável, com potencial para diversificar a oferta turística e promover desenvolvimento inclusivo. Contudo, o foco em monitoramento, resiliência, inclusão social e tecnologia é essencial para consolidar um turismo mais integrado, resiliente e competitivo no longo prazo, o que somente será alcançado com o envolvimento do setor público, setor privado, terceiro setor, comunidade local - sejam aqueles diretamente envolvidos com o turismo ou que atuem em áreas correlatas.

Quadro 7 – Síntese dos aspectos-chave, oportunidades e desafios

ASPECTOS-CHAVE	OPORTUNIDADES	DESAFIOS
<p>Infraestrutura turística e mobilidade</p>	<p>O1. Expansão da rede hoteleira e investimento privado, com melhorias em mobilidade regional, aeroportuária e PPP na área de saneamento.</p>	<p>D1. Insuficiência de infraestrutura básica, como saneamento (80,5% sem coleta de esgoto) e acesso à água (23,4%), além de pressão sobre serviços públicos em alta temporada. D2. Poucos investimentos em infraestrutura adequados à mudança do clima. D3. Limitações na acessibilidade universal em atrativos e equipamentos turísticos.</p>
<p>Diversidade regional</p>	<p>O2. Alagoas possui 7 regiões turísticas com potencial para diferentes perfis de turismo (sol e praia, ecoturismo, cultural e aventura), combinando áreas rurais e urbanas.</p>	<p>D4. Concentração do turismo em regiões consolidadas como Grande Maceió e Costa dos Corais, com baixa estruturação em regiões mais rurais e menos desenvolvidas. D5. Baixa integração entre áreas urbanas e rurais.</p>
<p>Patrimônio natural e cultural</p>	<p>O3. Atrativos únicos, como o Rio São Francisco, cânions, piscinas naturais e patrimônio histórico-cultural em Penedo e Marechal Deodoro atuam, em sua maioria, com instrumentos de proteção e conservação estabelecidos.</p>	<p>D6. Degradação ambiental por ocupação irregular em áreas sensíveis, como Costa dos Corais e desafios para proteger e valorizar o patrimônio cultural. D7. Ausência de fiscalização ambiental, desafios no controle de fluxo turístico em áreas sensíveis, e abordagens sustentáveis ainda secundárias em diversos municípios. D8. Ausência de enfoque explícito para adaptação a eventos extremos limita a preparação para impactos das mudanças climáticas.</p>
<p>Governança e planejamento</p>	<p>O4. Avanços na implementação de Observatório do Turismo de Alagoas, Conetur, políticas como os PDITS e o PDUI da RMM, que abordam a sustentabilidade no turismo. O5. Potencial do Programa E-Conecta e da Política Estadual de Investimentos e Negócios de Impacto Socioambiental no estado de Alagoas fomentar e elevar a sustentabilidade no turismo estadual. O6. Estrutura formal de governança estabelecida em órgãos como a SETUR, COMTUR e IGRs. O7. Redes informais facilitam decisões rápidas.</p>	<p>D9. Fragmentação de políticas públicas, ausência de integração intersetorial e governança desigual entre municípios e regiões turísticas. D10. Capacitação limitada em municípios menores e regiões menos estruturadas. D11. Escassez de recursos financeiros para implementação de projetos nas IGRs e COMTURs.</p>

Quadro 7 – Síntese dos aspectos-chave, oportunidades e desafios

ASPECTOS-CHAVE	OPORTUNIDADES	DESAFIOS
Inclusão social	<p>O8. Potencial do turismo para geração de emprego e renda em comunidades locais, especialmente em regiões rurais e tradicionais.</p> <p>O9. Incentivos para cooperativas locais e turismo criativo, como o Programa Alagoas Feita à Mão, promovem o desenvolvimento socioeconômico inclusivo e valorizam as comunidades locais.</p>	<p>D12. Baixa representatividade e engajamento das comunidades em regiões menos consolidadas, além de dificuldades na transparência e diálogo contínuo com comunidades locais.</p>
Dados e monitoramento	<p>O10. Implantação inicial do Observatório do Turismo de Alagoas e coleta de dados sobre impacto econômico.</p> <p>O11. Uso de redes sociais e plataformas digitais por órgãos estaduais e municipais para comunicação com o público e o setor turístico.</p>	<p>D13. Carência de pesquisas periódicas sobre capacidade de carga, vulnerabilidades e riscos, percepção dos impactos do turismo e indicadores de sustentabilidade.</p> <p>D14. Ausência de integração tecnológica em alguns municípios e dificuldades para capacitar a gestão pública acerca de novas ferramentas.</p>
Diversificação da oferta	<p>O12. Crescente valorização do turismo cultural, ecológico e comunitário, com iniciativas em regiões como Quilombo e Cânions do São Francisco.</p>	<p>D15. Dependência do turismo de verão, sazonalidade elevada e concentração no turismo de sol e praia.</p>
Inovação e conhecimento	<p>O13. A promoção de tecnologias, como QR Codes, e o planejamento para transporte público sustentável conectam destinos e comunidades, otimizando a experiência turística.</p> <p>O14. O Programa Escola do Turismo demonstra esforços para fortalecer a coordenação e qualificação.</p>	<p>D16. Soluções tecnológicas para gestão e experiências turísticas ainda incipientes, limitando a competitividade do destino.</p> <p>D17. Foco em métodos tradicionais de ensino ignora práticas de turismo sustentável e inovação digital, limitando a modernização do setor.</p>

Fonte: Elaboração própria, 2025.

A tomada de decisão sobre como e em que ordem endereçar as questões apresentadas envolve elementos de ordem política, institucional, temporal e técnica, incluindo a capacidade de execução das equipes, a urgência de atender demandas prioritárias e a compatibilidade com os marcos regulatórios e planos estratégicos existentes.

De modo a apoiar a tomada de decisão baseada em evidências, apresenta-se a seguir uma priorização de problemáticas, adotando a matriz GUT, que permitiu classificar os desafios com base em seu impacto, necessidade de resolução imediata e tendência de agravamento caso não sejam tratados.

Uma nota variando de 1 a 5 é dada para cada critério e ao final é feita a multiplicação entre os três para gerar uma nota final. Os desafios foram organizados em três níveis de prioridade:

- **Prioridade muito alta ($GUT \geq 100$):** demanda atenção imediata devido à sua gravidade e impacto estratégico.
- **Prioridade alta ($80 \leq GUT < 100$):** requer intervenções estratégicas em curto prazo para mitigar impactos negativos.
- **Prioridade média ($48 \leq GUT < 80$):** necessita de planejamento para intervenções em médio prazo, alinhadas a objetivos estratégicos.
- A aplicação da matriz considerando a síntese de problemáticas e lacunas observadas no diagnóstico e validada em oficinas colaborativas é apresentada no Quadro 8.

A partir dessa proposta de priorização, um conjunto de diretrizes estratégicas e programas-piloto foram propostos, conforme apresentado nos capítulos a seguir.



Quadro 8 – Desafios e hierarquização de acordo com a matriz GUT

DESAFIOS	PESTO TOTAL (GUT)	HIERARQUIZAÇÃO
D1. Insuficiência de infraestrutura básica, como saneamento e acesso à água, além de pressão sobre serviços públicos em alta temporada.	125	Muito Alta
D4. Concentração do turismo em regiões consolidadas como Grande Maceió e Costa dos Corais, com baixa estruturação em regiões mais rurais e menos desenvolvidas.	125	Muito Alta
D11. Escassez de recursos financeiros para implementação de projetos nas IGRs e COMTURs.	125	Muito Alta
D9. Fragmentação de políticas públicas, ausência de integração intersetorial e governança desigual entre municípios e regiões turísticas.	100	Muito Alta
D3. Limitações na acessibilidade universal de atrativos e equipamentos turísticos.	80	Alta
D2. Poucos investimentos em infraestrutura adequados à mudança do clima.	80	Alta
D6. Degradação ambiental por ocupação irregular em áreas sensíveis, como Costa dos Corais, e desafios para proteger e valorizar o patrimônio cultural.	80	Alta
D7. Ausência de fiscalização ambiental, desafios no controle de fluxo turístico em áreas sensíveis, e abordagens sustentáveis ainda secundárias em diversos municípios.	80	Alta
D15. Dependência do turismo de verão, sazonalidade elevada e concentração no turismo de sol e praia.	80	Alta
D8. Ausência de enfoque explícito para adaptação a eventos extremos limita a preparação para impactos das mudanças climáticas.	80	Alta
D13. Carência de pesquisas periódicas sobre capacidade de carga, vulnerabilidades e riscos, percepção dos impactos do turismo e indicadores de sustentabilidade.	80	Média

Quadro 8 – Desafios e hierarquização de acordo com a matriz GUT

DESAFIOS	PESTO TOTAL (GUT)	HIERARQUIZAÇÃO
D12. Baixa representatividade e engajamento das comunidades em regiões menos consolidadas, além de dificuldades na transparência e diálogo contínuo com comunidades locais.	64	Média
D16. Soluções tecnológicas para gestão e experiências turísticas ainda são incipientes, limitando a competitividade do destino.	64	Média
D5. Baixa integração entre áreas urbanas e rurais.	64	Média
D10. Capacitação limitada em municípios menores e regiões menos estruturadas.	48	Média
D14. Ausência de integração tecnológica em alguns municípios e dificuldades para capacitar a gestão pública acerca de novas ferramentas.	48	Média
D17. Foco em métodos tradicionais de ensino ignora práticas de turismo sustentável e inovação digital, limitando a modernização do setor.	48	Média

Fonte: Elaboração própria, 2025.

5

DIRETRIZES PARA O TURISMO SUSTENTÁVEL EM ALAGOAS

A partir das análises realizadas anteriormente, foi proposto um conjunto de 10 diretrizes para o turismo sustentável de Alagoas, apresentadas no seguinte formato: título, objetivo, correlação com as oportunidades e desafios identificados, categoria de prioridade conforme a matriz GUT, ações propostas e sua relação com os ODS.

Considerando que algumas das estratégias propostas envolvem temas transversais que impactam o turismo e outras áreas, a apresentação está organizada em dois blocos: estratégias diretamente relacionadas com o turismo e estratégias transversais ao turismo.

5.1. ESTRATÉGIAS DIRETAMENTE RELACIONADAS COM O TURISMO

As sete estratégias relacionadas diretamente ao turismo estão resumidas no box abaixo e detalhadas a seguir.

- 1.** Fortalecer a gestão e a operação integrada e sustentável do turismo;
- 2.** Fortalecer o Programa Escola do Turismo;
- 3.** Implementar políticas de monitoramento, controle da capacidade de carga turística e limites aceitáveis de mudança em atrativos de titularidade pública;
- 4.** Fomentar a inovação tecnológica e a inclusão digital em regiões turísticas em desenvolvimento e consolidadas;
- 5.** Fortalecer a diversificação da oferta turística com base em recursos culturais e naturais;
- 6.** Fortalecer a implementação do modelo de governança multinível; e
- 7.** Promover a sustentabilidade para turistas e para o mercado.

1. Fortalecer a gestão e a operação integrada e sustentável do turismo

OBJETIVO E CONEXÃO COM OS ODS

Integrar esforços de governança e monitoramento com foco em práticas sustentáveis e resiliência climática.



HIERARQUIZAÇÃO MATRIZ GUT

PRIORIDADE MUITO ALTA (D9)

PRIORIDADE ALTA (D13)

OPORTUNIDADES E DESAFIOS IDENTIFICADOS

- **O4.** Avanços na implementação do Observatório do Turismo de Alagoas, COMTUR políticas como os PDITS e o PDUI da RMM, que abordam a sustentabilidade no turismo.
- **D9.** Fragmentação de políticas públicas, baixa integração intersetorial e desigualdade na governança entre municípios.
- **D13.** Carência de pesquisas periódicas sobre capacidade de carga, vulnerabilidades e riscos, percepção dos impactos do turismo e indicadores de sustentabilidade.

AÇÕES

- Fortalecer o Observatório de Turismo de Alagoas e incentivar a criação de observatórios regionais, de modo a incluir indicadores de monitoramento da sustentabilidade como um todo e uso de mapas temáticos para apoiar a tomada de decisão;
- Incluir a gestão climática de riscos, especialmente em destinos costeiros vulneráveis à elevação do nível do mar e tempestades mais frequentes;
- Apoiar os municípios turísticos com orientações sobre diretrizes e normas para a implantação de novos empreendimentos turísticos em áreas frágeis e vulneráveis, incluindo a criação de manuais de boas práticas, realização de capacitações e assessorias técnicas sobre o tema;
- Incentivar a adoção de práticas sustentáveis por meio de certificações, premiações, benefícios fiscais e econômicos para o setor privado; e
- Apoiar a implantação de certificações, premiações e sistemas de gestão sustentável em destinos.

2 - Fortalecer o Programa Escola do Turismo

OBJETIVO E CONEXÃO COM OS ODS

Ampliar e fortalecer o Programa Escola do Turismo de modo a incorporar temáticas de qualificação específicas para o crescimento do turismo sustentável.



HIERARQUIZAÇÃO MATRIZ GUT

PRIORIDADE MÉDIA (D12)

OPORTUNIDADES E DESAFIOS IDENTIFICADOS

- **O8.** Potencial do turismo para geração de emprego e renda em comunidades locais, especialmente em regiões rurais e tradicionais.
- **O9.** Incentivos para cooperativas locais e turismo criativo, como o Programa Alagoas Feita à Mão, que promovem o desenvolvimento socioeconômico inclusivo e valorizam as comunidades locais.
- **D12.** Baixa representatividade e engajamento das comunidades em regiões menos consolidadas, além de dificuldades na transparência e diálogo contínuo com comunidades locais.

AÇÕES

- Desenvolver parcerias com a academia para ofertar cursos e certificações voltadas para a governança participativa do turismo;
- Implementar programas de intercâmbio de conhecimento entre regiões para disseminação de boas práticas e experiências bem-sucedidas;
- Desenvolver cursos piloto considerando as principais demandas e tendências de mercado turístico e sustentabilidade como turismo de base comunitária, inovação, uso de big data e análise de dados, sistemas de gestão de resíduos simplificados (compostagem, incentivo à criação de cooperativas, incentivo à economia circular), gestão da sustentabilidade em negócios e destinos, desenvolvimento de experiências memoráveis, marketing e promoção digital, entre outros;
- Promover ações de educação patrimonial e ambiental voltada para as comunidades locais a fim de fortalecer a identidade cultural e a preservação dos recursos naturais; e
- Promover ações de capacitação e adaptação climática para as comunidades locais, como práticas de agricultura resiliente e construção de moradias adaptadas às mudanças climáticas

3 - Implementar políticas de monitoramento, controle da capacidade de carga turística e limites aceitáveis de mudança em atrativos de titularidade pública

OBJETIVO E CONEXÃO COM OS ODS

Garantir o equilíbrio sustentável entre turismo e conservação ambiental.



HIERARQUIZAÇÃO MATRIZ GUT

PRIORIDADE ALTA (D6, D13)

OPORTUNIDADES E DESAFIOS IDENTIFICADOS

- **O10.** Implantação inicial do Observatório do Turismo de Alagoas e coleta de dados sobre impacto econômico.
- **D6.** Degradação ambiental por ocupação irregular em áreas sensíveis, como Costa dos Corais e desafios para proteger e valorizar o patrimônio cultural.
- **D13.** Carência de pesquisas periódicas sobre capacidade de carga, vulnerabilidades e riscos, percepção dos impactos do turismo e indicadores de sustentabilidade.

AÇÕES

- Implementar um sistema contínuo de monitoramento da capacidade de carga e/ou de limites aceitáveis de mudança de atrativos turísticos frágeis de titularidade pública (trilhas, praias vulneráveis à superlotação e erosão, sítios arqueológicos, centros históricos, comunidades e povos tradicionais, centros urbanos de alta pressão turística, zonas desérticas, áreas húmidas) para garantir que o número de visitantes não ultrapasse os limites sustentáveis; e
- Agregar parâmetros climáticos, como a vulnerabilidade de ecossistemas turísticos a ondas de calor, o aumento da temperatura da água do mar que impacta os corais, e as variações climáticas sazonais, ajustando a gestão do fluxo de turistas para proteger ambientes sensíveis.

4 - Fomentar a inovação tecnológica e a inclusão digital em regiões turísticas em desenvolvimento e consolidadas

OBJETIVO E CONEXÃO COM OS ODS

Modernizar e digitalizar a gestão e promoção turística em regiões turísticas em desenvolvimento e consolidadas.



HIERARQUIZAÇÃO MATRIZ GUT

PRIORIDADE MÉDIA (D16)

OPORTUNIDADES E DESAFIOS IDENTIFICADOS

- **O13.** A promoção de tecnologias, como QR Codes, e o planejamento para transporte público sustentável conectam destinos e comunidades, otimizando a experiência turística.
- **D16.** Soluções tecnológicas para gestão e experiências turísticas ainda incipientes, limitando a competitividade do destino.

AÇÕES

- Investir em infraestrutura tecnológica, como conectividade com internet e ferramentas digitais para apoiar a promoção turística e a gestão sustentável dos recursos nos polos emergentes;
- Investir em tecnologias como big data, inteligência artificial e plataformas de reservas online pode facilitar a gestão do fluxo de turistas e promover práticas mais sustentáveis; e
- Inovar no uso de tecnologias que preveem e monitoram eventos climáticos extremos para avaliar vulnerabilidades climáticas em tempo real, ajudando a prever riscos e tomar decisões rápidas no setor turístico.

5 - Fortalecer a diversificação da oferta turística com base em recursos culturais e naturais

OBJETIVO E CONEXÃO COM OS ODS

Reduzir a sazonalidade e diversificar a oferta turística com base em recursos locais..



HIERARQUIZAÇÃO MATRIZ GUT

PRIORIDADE MÉDIA (D15)

OPORTUNIDADES E DESAFIOS IDENTIFICADOS

- **O12.** Crescente valorização do turismo cultural, ecológico e comunitário, com iniciativas em regiões como Quilombo e Cânions do São Francisco.
- **D15.** Dependência do turismo de verão, sazonalidade elevada e concentração no turismo de sol e praia.

AÇÕES

- Fortalecer ações de desenvolvimento de produtos diferenciados que valorizem os recursos culturais, históricos e naturais de regiões como Quilombo, Caatinga e Agreste, com foco no ecoturismo, turismo pedagógico, turismo rural, turismo de bem-estar, turismo regenerativo, turismo voluntários e turismo de base comunitária de modo a reduzir a dependência do turismo de praia e atrair novos perfis de turistas; e
- Apoiar as comunidades locais no desenvolvimento do turismo de base comunitária, ecoturismo e turismo cultural a fim de gerar renda e desenvolvimento equilibrado em várias regiões do estado.

6 - Fortalecer a implementação do modelo de governança multinível

OBJETIVO E CONEXÃO COM OS ODS

Fortalecer o sistema de governança que conecte os níveis municipal, regional e estadual para garantir alinhamento estratégico e coerência nas políticas públicas, além de garantir a transparência e a participação das comunidades na gestão turística.



HIERARQUIZAÇÃO MATRIZ GUT

PRIORIDADE MÉDIA (D10, D12)

OPORTUNIDADES E DESAFIOS IDENTIFICADOS

- **O6.** Estrutura formal de governança estabelecida em órgãos como COMTUR e IGRs.
- **D10.** Capacitação limitada em municípios menores e regiões menos estruturadas.
- **D12.** Baixa representatividade e engajamento das comunidades em regiões menos consolidadas, além de dificuldades na transparência e diálogo contínuo com comunidades locais.

AÇÕES

- Criar canais formais e contínuos de diálogo entre a população, o setor público e o setor privado para garantir uma governança eficiente e transparente;
- Capacitar de modo contínuo a gestão pública, IGRs e COMTURs para ampliar sua capacidade de realizar ações efetivas e planejadas;
- Criar fóruns de discussão regionais e estaduais periódicos, bem como *hubs* compartilhados de informações e boas práticas;
- Estabelecer comitês interinstitucionais que articulem as demandas regionais com as políticas estaduais e nacionais de turismo; e
- Implementar métricas e indicadores comuns para monitorar os impactos e resultados das ações em diferentes níveis.

7 - Promover a sustentabilidade para turistas e para o mercado

OBJETIVO E CONEXÃO COM OS ODS

Educar turistas e o mercado para práticas sustentáveis e de baixo impacto.



HIERARQUIZAÇÃO MATRIZ GUT

PRIORIDADE MÉDIA (D16, D17)

OPORTUNIDADES E DESAFIOS IDENTIFICADOS

- **O13.** A promoção de tecnologias, como QR Codes, e o planejamento para transporte público sustentável conectam destinos e comunidades, otimizando a experiência turística.
- **D16.** Soluções tecnológicas para gestão e experiências turísticas ainda incipientes, limitando a competitividade do destino.
- **D17.** Foco em métodos tradicionais de ensino ignora práticas de turismo sustentável e inovação digital, limitando a modernização do setor.

AÇÕES

- Implementar programas de educação ambiental para incentivar práticas mais responsáveis e a conservação dos recursos naturais;
- Implementar atividades educativas em áreas de preservação, como a Costa dos Corais e os Cânions do São Francisco, para promover o turismo responsável e envolver as comunidades na proteção ambiental;
- Incorporar nas campanhas de educação ambiental o conceito de alfabetização climática, abordando o impacto das mudanças climáticas no estado e como o turismo pode ser tanto uma solução quanto uma fonte de problemas se não for gerido de forma responsável;
- Mapear boas práticas de sustentabilidade e incorporar ao Observatório de Turismo de Alagoas; e
- Incentivar a vivência de experiências sustentáveis e promover boas práticas para turistas, operadoras e outros parceiros do mercado.



5.2. ESTRATÉGIAS TRANSVERSAIS AO TURISMO

As três estratégias transversais ao turismo estão resumidas no box abaixo e detalhadas a seguir.

1. Melhorar a infraestrutura de saneamento e gestão de resíduos sólidos;
2. Melhorar a infraestrutura de mobilidade sustentável e acessibilidade turística; e
3. Estabelecer políticas de preservação cultural e patrimonial.

1 - Melhorar a infraestrutura de saneamento e gestão de resíduos sólidos

OBJETIVO E CONEXÃO COM OS ODS

Ampliar a cobertura de saneamento e promover soluções sustentáveis para gestão de resíduos sólidos.



HIERARQUIZAÇÃO MATRIZ GUT

PRIORIDADE MUITO ALTA (D1)

OPORTUNIDADES E DESAFIOS IDENTIFICADOS

- **O1.** Expansão da rede hoteleira e investimento privado, com melhorias em mobilidade regional, aeroportuária e PPP na área de saneamento.
- **D1.** Insuficiência de infraestrutura básica, como saneamento e acesso à água, além de pressão sobre serviços públicos em alta temporada.

AÇÕES

- Ampliar a cobertura de saneamento básico e implementar sistemas eficientes de coleta e destinação de resíduos sólidos;
- Investir em infraestrutura verde, como sistemas de drenagem urbana sustentável e soluções baseadas na natureza, como wetlands artificiais, que são essenciais para adaptar as cidades turísticas aos novos padrões de precipitação e enchentes mais intensas; e
- Estabelecer parcerias intersetoriais, com programas do governo federal, como o Prodetur, além de iniciativas como o Avançar Cidades – Saneamento e o Novo PAC, para viabilizar investimentos na expansão do saneamento básico, na modernização da gestão de resíduos sólidos e na implementação de infraestrutura sustentável em destinos turísticos.

2 - Melhorar a infraestrutura de mobilidade sustentável e acessibilidade turística

OBJETIVO E CONEXÃO COM OS ODS

Promover um sistema de mobilidade eficiente, sustentável e acessível, integrando destinos turísticos e comunidades locais.



HIERARQUIZAÇÃO MATRIZ GUT

PRIORIDADE ALTA (D3)

OPORTUNIDADES E DESAFIOS IDENTIFICADOS

- **O1.** Expansão da rede hoteleira e investimento privado, com melhorias em mobilidade regional, aeroportuária e PPP na área de saneamento.
- **D3.** Limitações na acessibilidade universal em atrativos e equipamentos turísticos.

AÇÕES

- Criar ciclovias e transporte público eficiente e acessível, e promover a melhoria das vias de acesso aos atrativos turísticos para reduzir a pegada de carbono e facilitar o deslocamento de turistas e moradores;
- Implementar a acessibilidade universal para pessoas com deficiência para tornar o turismo inclusivo e acessível a todas as pessoas;
- Priorizar a implementação de transporte elétrico e híbrido em rotas turísticas, aliado a pontos de recarga em áreas estratégicas; e
- Melhorar a infraestrutura resiliente a eventos climáticos extremos, como ventos fortes e alagamentos, garantindo acessibilidade em situações adversas.

3 - Estabelecer políticas de preservação cultural e patrimonial

OBJETIVO E CONEXÃO COM OS ODS

Promover a preservação cultural integrada às políticas de turismo e clima.



HIERARQUIZAÇÃO MATRIZ GUT

PRIORIDADE ALTA (D6)

OPORTUNIDADES E DESAFIOS IDENTIFICADOS

- **O3.** Atrativos únicos, como o Rio São Francisco, cânions, piscinas naturais e patrimônio histórico-cultural em Penedo e Marechal Deodoro atuam, em sua maioria, com instrumentos de proteção e conservação estabelecidos.
- **D6.** Degradação ambiental por ocupação irregular em áreas sensíveis, como Costa dos Corais e desafios para proteger e valorizar o patrimônio cultural.

AÇÕES

- Fortalecer as ações existentes e promover novas iniciativas de preservação e promoção da cultura local, como festivais gastronômicos, roteiros culturais e o turismo de vivências;
- Incluir a proteção de patrimônios vulneráveis a desastres climáticos, como elevação do nível do mar, tempestades e deslizamentos de terra nas políticas de preservação cultural; e
- Implementar medidas de proteção climática para bens culturais e históricos vulneráveis inseridas em uma estratégia de longo prazo.





6

PROPOSTAS PARA PROGRAMAS-PILOTO PARA O TURISMO SUSTENTÁVEL

Com o objetivo de inspirar o desenho de ações que permitam efetivar as estratégias diretamente relacionadas com o turismo, bem como ampliar e fortalecer iniciativas em desenvolvimento pelo Governo de Alagoas, a seguir são apresentadas as propostas de programas-piloto.

1. Fórum de Turismo Estadual e Regional;
2. Conselhos Fortes, Destinos Fortes;
3. Plataforma de governança digital;
4. Sustentabilidade do turismo monitorada;
5. Infraestrutura verde e regeneração no turismo;
6. Destino Inteligente; e
7. Experiências imersivas: natureza, cultura, bem-estar e tecnologia.

Destaca-se que outros programas podem ser desenhados e implementados pelas partes interessadas no setor turístico de Alagoas, envolvendo níveis distintos de responsabilidades e parcerias, com impacto relevante na sustentabilidade do turismo. Além de programas que não estão diretamente relacionados com o turismo, mas podem impactar positivamente o setor. Neste sentido, a proposta apresentada não pretende esgotar as possibilidades de soluções, mas compartilhar algumas boas práticas adotadas em outros destinos e que estão alinhadas com as estratégias propostas.

Por se tratar de programas, estes podem englobar uma série de iniciativas ou projetos distintos, que podem ser executados individualmente. Sendo assim, sete programas-piloto são propostos e apresentados no seguinte formato: objetivo, atividades propostas, que podem ser vistas como projetos ou iniciativas, regiões beneficiadas, prazo de execução, partes envolvidas na execução e exemplos de boas práticas em destinos turísticos nacionais ou internacionais.

Fórum de Turismo Estadual e Regional

OBJETIVO

Fortalecer a governança regional integrada e promover uma visão estratégica e colaborativa do turismo.

ATIVIDADES PROPOSTAS

- Estabelecer fóruns regionais com representantes de COMTURs, IGRs, comunidades locais e setor privado, bem como um fórum estadual, que conecte as diversas regiões;
- Realizar encontros trimestrais para discutir desafios, oportunidades e planejar ações conjuntas; e
- Facilitar o compartilhamento de boas práticas entre os municípios por meio de plataformas digitais e eventos presenciais.

REGIÕES BENEFICIADAS

Todas as regiões turísticas de Alagoas.

PRAZO

18 meses para implementação inicial

EXECUÇÃO

SETUR, IGRs, COMTURs e associações locais.

BOA PRÁTICA

Fórum Vê Portugal

Iniciativa anual promovida pela Turismo Centro de Portugal – instância de turismo que atua nas regiões localizadas no centro do país (Região de Aveiro, Viseu Dão Lafões, Região de Coimbra, Região Beiras e Serra da Estrela, Região de Leiria, Médio Tejo, Oeste e Beira Baixa) – que visa fortalecer a governança regional integrada e promover uma visão estratégica e colaborativa do turismo interno no país.

Realizado desde 2014, o evento reúne especialistas nacionais e internacionais para discutir o presente e o futuro do turismo, abordando temas relevantes e atuais do setor. Os encontros periódicos discutem desafios, oportunidades e ações conjuntas, facilitando o compartilhamento de boas práticas entre os municípios por meio de plataformas digitais e eventos presenciais.

O fórum inclui sessões de reuniões no modelo B2B (abreviação de "*business to business*", que significa "negócios para negócios" em português), onde operadoras turísticas e agências de viagens nacionais têm a oportunidade de conhecer a oferta turística das diversas regiões, fomentando parcerias e negócios futuros

O evento promove painéis e debates sobre temas como sustentabilidade, inovação, desafios geopolíticos e o papel do turismo na promoção da paz, contando com a participação de jornalistas, academia, lideranças religiosas e representantes governamentais.

Para mais informações, acessar: <https://www.turismodeportugal.pt>

Conselhos Fortes, Destinos Fortes

OBJETIVO

Elevar a capacidade técnica dos conselhos municipais e melhorar sua atuação como mediadores entre governo, sociedade e setor privado.

ATIVIDADES PROPOSTAS

- Oferecer capacitação e assessoria em gestão participativa, planejamento estratégico e captação de recursos para conselhos municipais;
- Desenvolver materiais de apoio, como manuais de boas práticas e guias de regulamentação turística; e
- Criar uma plataforma digital para registro de atas, deliberações e monitoramento das atividades dos conselhos.

REGIÕES BENEFICIADAS

Quilombos, Caatinga, Agreste e Caminho das Águas (foco inicial em regiões menos consolidadas).

PRAZO

12 meses para as capacitações iniciais, com acompanhamento contínuo.

EXECUÇÃO

SETUR, IGRs, Prefeituras Municipais, associações locais, Sebrae, instituições de ensino.

BOA PRÁTICA

Guia de Criação e Fortalecimento dos Conselhos Municipais de Turismo, produzido pela Secretaria de Estado de Turismo de São Paulo

Documento de referência para municípios paulistas estruturarem seus conselhos, promovendo a participação democrática na formulação e implementação de políticas públicas de turismo.

O guia oferece instruções detalhadas sobre a formação e consolidação dos COMTURs, destacando sua importância na gestão descentralizada e no desenvolvimento de planos alinhados às realidades locais; esclarece as funções dos conselhos, sejam elas consultivas ou deliberativas, enfatizando seu papel na assessoria e proposição de políticas para o setor turístico municipal; e fornece diretrizes sobre a composição dos conselhos, sugerindo a inclusão de representantes do poder público, iniciativa privada e sociedade civil, garantindo uma gestão participativa e integrada.

Para mais informações, acessar:

<https://www.turismo.sp.gov.br/mit-guia-de-criacao-de-conselhos>

Plataforma de governança digital

OBJETIVO

Promover maior transparência e eficiência nos processos de governança e facilitar o acesso a informações estratégicas.

ATIVIDADES PROPOSTAS

- Desenvolver uma plataforma digital para registro de atas, planos de ação e deliberações dos conselhos municipais;
- Criar espaço para compartilhamento de dados regionais, como indicadores turísticos, fluxos de visitantes e boas práticas; e
- Integrar a plataforma ao Observatório do Turismo de Alagoas para gerar relatórios periódicos.

REGIÕES BENEFICIADAS

Todas as regiões, com piloto em Grande Maceió e Costa dos Corais.

PRAZO

24 meses para desenvolvimento e implementação.

EXECUÇÃO

SETUR, Observatório do Turismo de Alagoas, empresas de tecnologia parceiras, instituições de ensino.

BOA PRÁTICA

Ghana Open Data Initiative (GODI)

Lançada em 2012 pela Agência Nacional de Tecnologia da Informação de Gana, em colaboração com a *Web Foundation*, a GODI tem como objetivo tornar os dados do governo acessíveis ao público, promovendo eficiência, transparência e prestação de contas na governança de diversos setores, incluindo o turismo.

A GODI oferece uma plataforma centralizada onde residentes, empresas e outras partes interessadas podem acessar uma ampla variedade de conjuntos de dados governamentais, incluindo aqueles relacionados ao turismo. A iniciativa incentiva o desenvolvimento de aplicativos móveis e web ao fornecer dados abertos.

Essa abordagem pode levar a soluções inovadoras em vários setores e não só impulsiona o crescimento econômico, mas também melhora a prestação de serviços dentro da indústria do turismo.

Para mais informações, acessar:

<https://ghana.opendataforafrica.org/>

Sustentabilidade do turismo monitorada

OBJETIVO

Monitorar a sustentabilidade dos destinos para identificar problemas, orientar políticas públicas e engajar partes interessadas no turismo responsável.

ATIVIDADES PROPOSTAS

- Desenvolver cadernos didáticos sobre capacidade de carga, gestão de resíduos e percepção turística;
- Criar sistemas digitais para monitoramento de fluxos turísticos em tempo real;
- Estabelecer estações de monitoramento climático e ambiental em áreas sensíveis, como Costa dos Corais e Cânions do São Francisco;
- Desenvolver ferramentas de análise preditiva para planejar fluxos turísticos em períodos de alta demanda ou eventos climáticos extremos;
- Treinar profissionais da gestão municipal e equipe técnica local para coleta e análise de dados de capacidade de carga;
- Criar uma base de dados integrada com indicadores como impacto ambiental, geração de resíduos e percepção comunitária, e integrar ao Observatório de Turismo de Alagoas; e
- Publicar relatórios anuais com recomendações para melhoria do turismo monitorado.

REGIÕES BENEFICIADAS

Costa dos Corais, Caminho das Águas e Cânions do São Francisco.

PRAZO

36 meses.

EXECUÇÃO

SETUR, Observatório do Turismo de Alagoas, IGRs, Prefeituras Municipais, setor privado, ONGs ambientais, instituições de ensino, comunidades locais.

BOAS PRÁTICAS

Modelo de turismo sustentável em Bonito, no Mato Grosso do Sul

Reconhecido internacionalmente por suas iniciativas de turismo sustentável, Bonito adotou uma série de medidas para gerenciar o fluxo de visitantes e minimizar os impactos ambientais. O sistema de voucher único permite limitar o número de visitantes em cada atrativo turístico, garantindo que a capacidade de carga não seja excedida e preservando os ecossistemas locais. A cidade realiza monitoramentos constantes dos indicadores ambientais e da percepção de visitantes, utilizando esses dados para orientar políticas públicas e engajar as partes interessadas em práticas de turismo responsável.

Para mais informações, acessar: <https://www.turismo.ms.gov.br/>

Gestão da capacidade de carga na região Cinque Terre, na Itália

Área costeira da Itália formada por cinco vilas inseridas em uma área de parque nacional terrestre e marinho, na qual o governo local estabeleceu o limite do número de turistas por ano a cerca de 1,5 milhão, reduzindo a superlotação nas cinco pequenas vilas.

Há controle de acesso às trilhas mais populares, com limite diário de visitantes, sendo necessário adquirir o Cinque Terre Trekking Card para acessá-las.

O número de passageiros de cruzeiros que podem desembarcar por dia é restrito, na alta temporada, os trens que circulam entre as vilas adotam um sistema de horários programados para controlar o fluxo e investimentos em infraestrutura voltada para a gestão de resíduos, a conservação da água e o controle da erosão que ajudam a proteger o meio ambiente costeiro do impacto do turismo.

Para mais informações, acessar: <https://www.cinqueterre.it/pt-br/>

Infraestrutura verde e regeneração no turismo

OBJETIVO

Promover a implementação de soluções de infraestrutura verde no turismo e de regeneração visando minimizar os impactos ambientais, recuperar áreas turísticas degradadas, fortalecer a resiliência dos destinos e posicionar Alagoas como referência em turismo sustentável.

ATIVIDADES PROPOSTAS

- Elaborar cartilhas de orientação para Prefeituras Municipais, empresariado e comunidades locais com recomendações de implantação de infraestrutura verde, certificações existentes, normas e diretrizes territoriais para implantação de empreendimentos turísticos de modo sustentável;
- Priorizar a implantação de projetos-piloto de obras focadas em infraestrutura verde em áreas públicas, como orlas, parques municipais, trilhas, lagoas, rios, entre outros, adotando materiais de baixo impacto ambiental, como decks elevados em áreas sensíveis, sinalização ecológica e pontos de descanso com infraestrutura sustentável (banheiros secos, coleta seletiva, painéis solares); e
- Apoiar ações de recuperação ambiental de áreas degradadas conduzidas por outras entidades, de modo a envolver operadoras de turismo e turistas em ações como plantio de árvores e limpeza de praias e rios.

REGIÕES BENEFICIADAS

Todas as regiões turísticas.

PRAZO

36 meses.

EXECUÇÃO

SETUR, Prefeituras Municipais, setor privado, ONGs ambientais, operadoras de turismo, bancos de desenvolvimento, associações do setor, instituições de ensino, comunidades locais

BOAS PRÁTICAS

High Line Park, em Nova York, nos Estados Unidos

Trata-se de uma Antiga linha férrea elevada que foi transformada em um parque linear urbano, proporcionando um espaço verde no meio da cidade de Nova York.

Exemplo emblemático de infraestrutura verde que promoveu a biodiversidade urbana e a revitalização de áreas degradadas, tornando-se tornou uma atração turística sustentável.

Para mais informações, acessar: <https://www.thehighline.org/>

Diretrizes de construção sustentável para hotéis e empreendimentos turísticos, produzidas pelo Grupo TUI

Publicação elaborada por uma das maiores empresas de turismo do mundo, com diretrizes que ajudam a reduzir o impacto ambiental e otimizar o uso de água e energia.

As recomendações incluem o uso de fontes de energia renovável nos hotéis, iluminação eficiente e sensores de presença para economia de energia, instalação de sistemas de reuso de água e redutores de vazão, uso de materiais ecológicos na construção e reforma dos empreendimentos, entre outras.

Para mais informações, acessar:
<https://www.tuigroup.com/en-en/responsibility/sustainability>

Turismo regenerativo e integrado em Xala, no México

Projeto de desenvolvimento comunitário na costa oeste do México que inclui a criação de hotéis, residências, parque para prática de skate, santuário de tartarugas, plantações de frutas típicas e campo de futebol – áreas planejadas para beneficiar a comunidade local, promover a integração cultural e preservar o meio ambiente.

Para mais informações, acessar: <https://xala.com/es/inicio/>

Destino Inteligente

OBJETIVO

Modernizar a oferta turística e melhorar a experiência turística, promovendo práticas responsáveis e uso de tecnologias inovadoras.

ATIVIDADES PROPOSTAS

- Desenvolver QR Codes e aplicativos interativos para fornecer informações sobre atrações, práticas sustentáveis, roteiros turísticos e eventos. Esse sistema pode incluir mapas interativos e notificações sobre mudanças climáticas ou restrições de visitação;
- Implementar infraestrutura conectada, como Wi-Fi gratuito em atrativos turísticos prioritários e em áreas públicas estratégicas para turistas acessarem informações com facilidade; e
- Promover práticas de gamificação, incorporando elementos interativos, como desafios sustentáveis para visitantes, incentivando boas práticas turísticas, como redução do lixo, economia da água, uso de transporte sustentável.

REGIÕES BENEFICIADAS

Grande Maceió e Costa dos Corais (piloto).

PRAZO

18 meses para desenvolvimento do sistema, com operação contínua e expansões futuras.

EXECUÇÃO

SETUR, IGRs, empresas de tecnologia, setor privado, instituições de ensino, associações do setor.

BOA PRÁTICA

Copenhague, na Dinamarca

Capital reconhecida por suas iniciativas de digitalização no turismo, ao implementar sistema de QR Codes em pontos turísticos que fornece informações detalhadas sobre as atrações, incluindo dados históricos e dicas de sustentabilidade.

Iniciativas com aplicativos interativos como mapas e roteiros personalizados, facilitando a navegação de visitantes e promovendo práticas responsáveis. A infraestrutura conectada, como Wi-Fi gratuito em áreas públicas, complementa essas iniciativas, melhorando a experiência turística.

Para mais informações, acessar:
<https://www.visitcopenhagen.com/>

Experiências imersivas: natureza, cultura, bem-estar e tecnologia

OBJETIVO

Desenvolver e diversificar a oferta turística de Alagoas, promovendo experiências imersivas e transformadoras que conectem os visitantes com a cultura local, natureza, bem-estar e inovação tecnológica.

ATIVIDADES PROPOSTAS

- Criar workshops interativos de artesanato e gastronomia com mestres locais de cerâmica, renda filé, marcenaria tradicional, entre outros;
- Criar roteiros culturais imersivos com realidade aumentada em cidades históricas como Penedo e Marechal Deodoro, permitindo que visitantes interajam com personagens históricos via aplicativos de smartphone;
- Desenvolver experiências sensoriais e gastronômicas em mercados e vilas de pescadores, com chefs e cozinheiros locais guiando turistas;
- Desenvolver trilhas regenerativas nos manguezais da Costa dos Corais, onde visitantes participam do plantio de mudas para recuperar áreas degradadas;
- Criar eco refúgios turísticos que combinam hospedagem sustentável, energia renovável e agricultura regenerativa, proporcionando estadias imersivas na natureza;
- Criar observatório astronômico turístico na região dos Cânions do São Francisco, promovendo visitas guiadas para observação de estrelas e eventos astronômicos;
- Implementar roteiros de ciência e natureza, com profissionais de pesquisas guiando turistas em expedições para entender os ecossistemas dos manguezais, recifes de corais e lagoas alagoanas;
- Estabelecer parcerias com a academia para oferecer experiências de turismo educacional, onde visitantes acompanham estudos sobre conservação marinha e arqueologia subaquática;
- Identificar e desenvolver produtos turísticos focados em bem-estar, como spas naturais, retiros de yoga e banhos terapêuticos em áreas de rios e lagos; e
- Promover campanhas de marketing para atrair pessoas interessadas em experiências de relaxamento, reconexão com a natureza, contato com a cultura local e imersão.

REGIÕES BENEFICIADAS

Todas as regiões turísticas, com implantação inicial preferencialmente em destinos menos consolidados.

PRAZO

24 meses

EXECUÇÃO

SETUR, setor privado, associações do setor, comunidades locais, instituições de ensino, Sebrae.

BOAS PRÁTICAS

Etnoturismo no Rio Negro, na Amazônia brasileira

Nesta área, iniciativas de etnoturismo permitem que visitantes interajam de forma respeitosa e imersiva com comunidades indígenas locais, oferecendo uma compreensão profunda de suas culturas e modos de vida. Turistas podem participar de atividades como oficinas de artesanato, rituais culturais e práticas agrícolas tradicionais, promovendo um intercâmbio cultural genuíno. Além disso, a região oferece oportunidades para caminhadas em trilhas na floresta, observação da fauna e flora locais, e experiências de navegação pelos rios amazônicos, proporcionando uma conexão profunda com a natureza. As iniciativas buscam promover o bem-estar de visitantes ao mesmo tempo que contribuem para o fortalecimento econômico e social das comunidades locais, alinhando-se aos princípios do turismo sustentável.

Para mais informações, acessar: <https://www.amazonastur.am.gov.br/>

Turismo de bem-estar em Ibiza, na Espanha

Tradicionalmente conhecida por sua vida noturna vibrante, Ibiza se transformou em um polo de turismo de bem-estar, oferecendo uma variedade de retiros e centros de saúde. Destaca-se o resort Six Senses Ibiza, renomado por seus tratamentos inovadores de bem-estar e vistas deslumbrantes. O empreendimento oferece programas personalizados de bem-estar, incluindo sessões de ioga, aulas de meditação e tratamentos holísticos de spa.

Para mais informações, acessar: <https://ibiza.travel/en/>

Astroturismo no Deserto do Atacama, no Chile

Conhecido por céus excepcionalmente claros e mínima poluição luminosa, o Deserto do Atacama se tornou um dos principais destinos para os entusiastas da observação de estrelas. A região abriga diversos observatórios e operadoras turísticas que oferecem experiências astronômicas guiadas, permitindo que visitantes observem fenômenos celestes por meio de telescópios de alta potência.

Para mais informações, acessar: <https://www.sernatur.cl/>

Oficinas de gastronomia em Nova Orleans, nos Estados Unidos

As experiências turísticas da cidade, famosa pela culinária Crioula e Cajun, oferecem aulas de culinária onde participantes aprendem a preparar pratos clássicos como gumbo, jambalaya e beignets. As oficinas também exploram a história e influência cultural que moldaram a gastronomia da cidade.

Para mais informações, acessar: <https://www.neworleans.com/>





COMO USAR AS DIRETRIZES?

Este relatório foi desenvolvido como um instrumento estratégico para orientar o planejamento, a gestão e a tomada de decisão no setor do turismo em Alagoas. O documento reúne diagnóstico sistematizado, tendências, desafios e oportunidades, servindo como base para ações na esfera pública, privada e terceiro setor.

As diretrizes podem ser adotadas para a formulação de políticas públicas estaduais, regionais e municipais, bem como para o fortalecimento da governança e a atração de investimentos. Além disso, apresenta ações que podem apoiar o empresariado, as instituições investidoras e as organizações do terceiro setor no desenvolvimento de estratégias alinhadas às boas práticas de turismo sustentável.

As informações contidas no relatório também permitem uma visão abrangente do cenário turístico do estado e podem ser aplicadas na definição de planos de ação, na captação de recursos e no fomento de parcerias estratégicas. Dessa forma, as diretrizes apontam caminhos para o desenvolvimento sustentável do turismo em Alagoas e oferecem ferramentas para a implementação de iniciativas práticas que beneficiem a economia, o meio ambiente e as comunidades locais.

Por fim, espera-se que o conjunto de recomendações, ações e programas propostos possam fundamentar a Política Estadual de Turismo orientada para o desenvolvimento urbano sustentável de Alagoas, sem deixar ninguém e nenhum lugar para trás. A seguir, apresentam-se orientações específicas para o seu uso:

7.1 FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS ESTADUAIS, REGIONAIS E MUNICIPAIS PARA O TURISMO E ÁREAS CORRELATAS

Definição de diretrizes para o turismo sustentável

- Fornecimento de dados estruturados e diagnósticos que podem embasar políticas voltadas para o crescimento sustentável do turismo; e
- Apoio à criação de marcos regulatórios que alinhem o setor turístico às diretrizes da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e à Nova Agenda Urbana.

Planejamento integrado e territorial

- Definição de zonas prioritárias para investimentos turísticos, com base no ciclo de vida das regiões turísticas do estado; e
- Sistematização de desafios urbanos e ambientais, permitindo que os municípios e o estado incorporem o turismo dentro dos seus planos de desenvolvimento territorial.

Fortalecimento da governança e cooperação

- Apoio à formulação de políticas que promovam uma maior articulação entre governo, setor privado e sociedade civil; e
- Destaque para o papel dos COMTURs e das IGRs como base fundamental do turismo sustentável.

Captação de recursos e investimentos

- Fornecimento de análises do setor turístico que podem ser usadas para a captação de financiamentos junto a bancos de desenvolvimento, organismos internacionais e fundos nacionais de turismo; e
- Apoio ao direcionamento de incentivos fiscais e editais de fomento para regiões estratégicas e setores prioritários.

Criação de Planos de Ação

- Orientação para a estruturação de planos de ação detalhados para implementação das diretrizes propostas, incluindo prazos, responsabilidades e mecanismos de monitoramento.
- Guia prático para parcerias que busquem desenvolver programas específicos para o turismo.

7.2. ESTRATÉGIAS PARA O SETOR PRIVADO E TERCEIRO SETOR

Expansão de investimentos em novas regiões

- Orientação para municípios e regiões turísticas emergentes, indicando oportunidades para expansão de hotéis, restaurantes, operadores turísticos e empreendimentos inovadores;
- Orientação para empresas do setor turístico utilizarem dados para avaliar potencial de mercado, demanda e sazonalidade; e
- Guia para estruturação de PPPs, garantindo segurança jurídica para investimentos e maior alinhamento com estratégias governamentais.

Desenvolvimento de produtos turísticos inovadores

- Mapeamento de experiências turísticas existentes e lacunas que podem ser usadas pelo empresariado para criar produtos alinhados às tendências de mercado, como turismo de experiência, ecoturismo ou turismo de base comunitária.

Sustentabilidade e ESG como diferencial competitivo

- Apoio para elaboração de diretrizes alinhadas a práticas de ESG (sigla para Environmental, Social and Governance ou ambiental, social e governança em português), em especial para estruturar projetos de turismo regenerativo, compensação de carbono e impacto social; e
- Guia para incentivar a adoção de certificações ambientais e boas práticas de governança corporativa no turismo.

referências

bibliográficas

ALAGOAS. **Governo lança projeto de combate ao branqueamento dos corais em Alagoas**. 2024a. Disponível em: <https://alagoas.al.gov.br/noticia/governo-lanca-projeto-de-combate-ao-branqueamento-dos-corais-em-alagoas>. Acesso em: novembro de 2024.

_____. **Ronaldo Lessa assina termo de cooperação para fortalecimento de ações socioambientais e econômicas**. 2024b. Disponível em: <https://alagoas.al.gov.br/noticia/ronaldo-lessa-assina-termo-de-cooperacao-para-fortalecimento-de-acoes-socioambientais-e-economicas>. Acesso em: outubro de 2024.

_____. **Artesãos apoiados pelo Alagoas Feita à Mão têm perspectivas positivas para 2023**. 2023a. Disponível em: <https://www.alagoas.al.gov.br/noticia/artesaos-apoiados-pelo-alagoas-feita-a-mao-tem-perspectivas-positivas-para-2023>. Acesso em: outubro de 2024.

_____. **Programa Alagoas Feita à Mão promove ações na Ilha do Ferro**. 2023b. Disponível em: <https://alagoas.al.gov.br/noticia/programa-alagoas-feita-a-mao-promove-acoes-na-ilha-do-ferro>. Acesso em: outubro de 2024.

ALAGOAS. **Decreto Estadual nº 27.141 de 17/07/2013: Aprova o plano estratégico de desenvolvimento do turismo de Alagoas 2013-2023**. 2013. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=256595#:~:text=6%C2%BA%20O%20Plano%20Estrat%C3%A9gico%20de,de%20sua%20efic%C3%A1cia%2C%20efici%C3%Aancia%20e>. Acesso em: setembro de 2024.

_____. **Decreto n.º 85.631, de 23 de novembro de 2022**. Institui a Comissão do Programa Alagoas Feita à Mão e estabelece competência. 2022a. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/al/decreto-n-85631-2022-alagoas-institui-a-comissao-do-programa-alagoas-feita-a-mao-e-estabelece-competencia>. Acesso em: setembro de 2024.

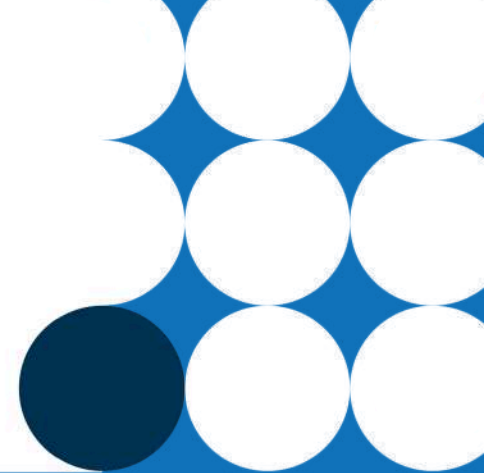
_____. **Decreto n.º 84.487, de 10 de agosto de 2022**. 2022b. Dispõe sobre instituir o Programa Alagoas Feita à Mão com a finalidade de valorizar e promover a produção artesanal do Estado de Alagoas. Disponível em: <https://www.imprensaoficial.al.gov.br/storage/files/diary/2022/08/doi-al-2022-08-11-completo.pdf>. Acesso em: setembro de 2024.

AMADEUS. **Amadeus insights: travel trends 2025, global overview and trends**. Amadeus Globetrender, 2024. Disponível em: <https://amadeus.com/en/resources/research/travel-trends>. Acesso em: dezembro de 2024.

BRAMWELL, B.; LANE, B. (org.). **Tourism governance: critical perspectives on governance and sustainability**. Londres: Routledge, 2011.

BRASIL. **Lei n.º 14.978, de 18 de setembro de 2024**. Lei Geral do Turismo. 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2024/09/19/nova-lei-geral-do-turismo-e-sancionada>. Acesso em: fevereiro de 2025.

BRAZTOA. **Olhar Braztoa 2025**. 2025. Disponível em: <https://www.braztoa.com.br/dados-e-inteligencia>. Acesso em: fevereiro de 2025.



BUTLER, R. W. **The tourism area life cycle**, vol. 1: applications and modifications. Toronto: Channel View Publications, 2006.

EMBRATUR. **Brasil: imagem e reputação**. Painel de Dados, 2024a. Disponível em: <https://dados.embratur.com.br/inicio/imagem-e-reputacao>. Acesso em: setembro de 2024.

_____. **Concurso ESG: experiências sustentáveis nos destinos turísticos brasileiros**. 2024b. Disponível em: <https://embraturlab.com.br/concurso-esg-experiencias-sustentaveis-nos-destinos-brasileiros/>. Acesso em: dezembro de 2024.

EUFEMEA PLATAFORMA INTERATIVA. **Alagoas Feita à Mão: mulheres ocupam cada vez mais espaço no artesanato do estado**. 2023. Disponível em: <https://www.eufemea.com/2023/06/alagoas-feita-a-mao-mulheres-ocupam-cada-vez-mais-espaco-no-artesanato-do-estado/>. Acesso em: outubro de 2024.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS; SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE ALAGOAS; UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **Renascença: programa para o desenvolvimento de Alagoas**. Alagoas, 2022.

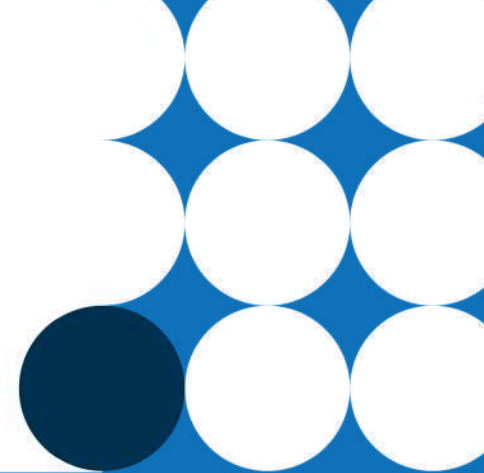
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Classificação dos municípios por tipologia rural-urbana**. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/typologias-do-territorio/15790-classificacao-rural-e-urbana.html>. Acesso em: setembro de 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Mensurando o emprego no setor turismo no Brasil: do nível nacional ao regional e local**. 2015. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/td_2073-mensurando-o-emprego-no-setor-turismo-no-brasil-do-nivel-nacional-ao-regional-e-local.pdf. Acesso em: setembro de 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA; MINISTÉRIO DO TURISMO. **Relatório com as estimativas da caracterização da ocupação formal e informal do turismo, com base nos dados da RAIS e da PNAD 2013, para o Brasil e regiões**. Produto 04. Termo de Execução Descentralizada nº 01/2014. 2015. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/extrator/arquivos/160204_caracterizacao_br_re.pdf. Acesso em: setembro de 2024.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Mapa do Turismo Brasileiro** - Categorização. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/ministerio-do-turismo/mapa-do-turismo-brasileiro-categorizacao-dos-municipios/perguntas_espostas_categorizacao_2019.pdf. Acesso em: setembro de 2024.

_____. **Tendências de turismo: comportamento da população brasileira**. Ministério do Turismo e Instituto de Pesquisa em Reputação e Imagem (IPRI). 2023. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/pesquisa-mtur-sp-rj-e-bahia-sao-o-top-3-dos-entrevistados-que-querem-realizar-viagens-em-2024/IPRIMturTendnciasdeTurismoVero_22.01.pdf. Acesso em: setembro de 2024.



_____. **Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro: Perguntas e respostas**. 2019. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/ministerio-do-turismo/mapa-do-turismo-brasileiro-categorizacao-dos-municipios/perguntas_espostas_categorizacao_2019.pdf. Acesso em: setembro de 2024.

_____. **Dados dos prestadores de serviço turístico (Meios de Hospedagem) com situação regular em Dezembro/2020**. 2020. Disponível em: <https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/cadastur-04>. Acesso em: setembro de 2024.

_____. **Dados dos prestadores de serviço turístico (Meios de Hospedagem) com situação regular em Dezembro/2019**. 2019. Disponível em: <https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/cadastur-04>. Acesso em: setembro de 2024.

_____. **Dados dos prestadores de serviço turístico (Meios de Hospedagem) com situação regular em Dezembro/2018**. 2018. Disponível em: <https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/cadastur-04>. Acesso em: setembro de 2024.

_____. **Dados dos prestadores de serviço turístico (Meios de Hospedagem) com situação regular em Dezembro/2017**. 2017. Disponível em: <https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/cadastur-04>. Acesso em: setembro de 2024.

_____. **Dados dos prestadores de serviço turístico (Meios de Hospedagem) com situação regular em Dezembro/2016**. 2016. Disponível em: <https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/cadastur-04>. Acesso em: setembro de 2024.

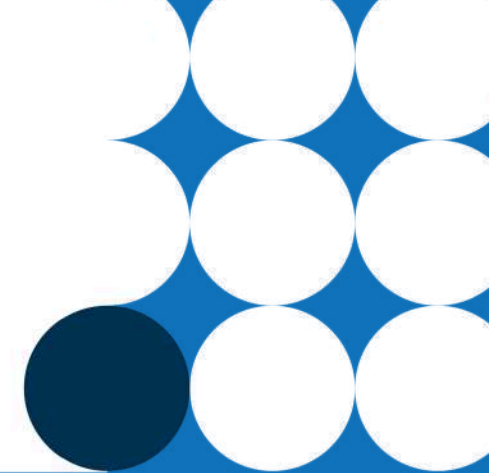
_____. **Dados dos prestadores de serviço turístico (Meios de Hospedagem) com situação regular em Dezembro/2015**. 2015. Disponível em: <https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/cadastur-04>. Acesso em: setembro de 2024.

_____. **Dados dos prestadores de serviço turístico (Meios de Hospedagem) com situação regular em Dezembro/2014**. 2014. Disponível em: <https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/cadastur-04>. Acesso em: setembro de 2024.

_____. **Dados dos prestadores de serviço turístico (Meios de Hospedagem) com situação regular em Dezembro/2013**. 2013. Disponível em: <https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/cadastur-04>. Acesso em: setembro de 2024.

_____. **Dados dos prestadores de serviço turístico (Meios de Hospedagem) com situação regular em Dezembro/2012**. 2012. Disponível em: <https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/cadastur-04>. Acesso em: setembro de 2024.

_____. **Dados dos prestadores de serviço turístico (Meios de Hospedagem) com situação regular em Dezembro/2011**. 2011. Disponível em: <https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/cadastur-04>. Acesso em: setembro de 2024.



MOVIMENTO ECONÔMICO. **Com turismo em alta, Alagoas ganhará 16 novos hotéis até o final de 2026.** 2024. Disponível em: <https://movimentoeconomico.com.br/estados/alagoas/2024/03/30/com-turismo-em-alta-alagoas-ganhara-16-novos-hoteis-ate-o-final-de-2026/#:~:text=Dados%20da%20Secretaria%20de%20Estado.em%20v%C3%A1rias%20partes%20do%20estado>. Acesso em: setembro de 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.** 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: setembro de 2024.

ONU-HABITAT. **Nova Agenda Urbana.** Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), Quito, 2016. Disponível em: <https://habitat3.org/the-new-urban-agenda>. Acesso em: setembro de 2024.

ONU-HABITAT; GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS. **Índice de Prosperidade das Cidades: 102 municípios.** 2024. Disponível em: <https://dados.al.gov.br/catalogo/dataset/indice-de-prosperidade-das-cidades-alagoas>. Acesso em: dezembro de 2024.

_____. **Estratégias para o desenvolvimento da atividade turística.** 2020a. Disponível em: <https://dados.al.gov.br/catalogo/dataset/turismo-diagnosticos-e-estrategias-para-alagoas>. Acesso em: dezembro de 2024.

_____. **Perfil e percepções de turistas.** 2020b. Disponível em: <https://dados.al.gov.br/catalogo/dataset/turismo-diagnosticos-e-estrategias-para-alagoas>. Acesso em: dezembro de 2024.

_____. **Relatório sobre cadeia de valor do turismo.** 2020c. Disponível em: <https://dados.al.gov.br/catalogo/dataset/turismo-diagnosticos-e-estrategias-para-alagoas>. Acesso em: dezembro de 2024.

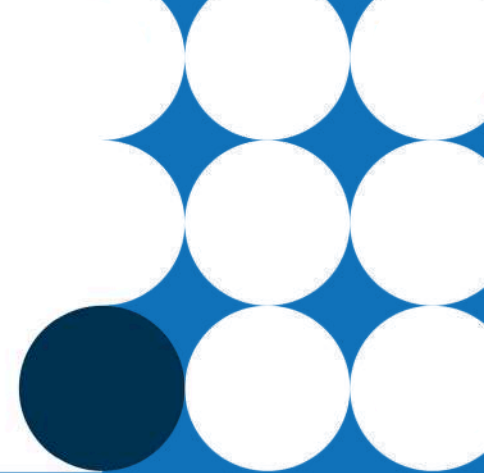
ONU TURISMO. **Sustainable tourism for development guidebook.** 2013. Disponível em: <https://www.e-unwto.org/doi/book/10.18111/978928441496>. Acesso em: setembro de 2024.

_____. **Glasgow Declaration: climate action in tourism.** 2021. Disponível em: <https://www.unwto.org/glasgow-declaration>. Acesso em: setembro de 2024.

ONU TURISMO; PNUMA. **Tourism and the Sustainable Development Goals – Journey to 2030.** 2018. Disponível em: <https://www.unwto.org/global/publication/tourism-and-sustainable-development-goals-journey-2030>. Acesso em: setembro de 2024.

PORTAL AL1. **Programa Alagoas Feita à Mão conquista 1º lugar no concurso de Ações Inovadoras.** 2022. Disponível em: https://al1.com.br/informacao/noticias/87650/Portal_AL1?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: outubro de 2024.

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO DE ALAGOAS. **Plano estratégico de turismo 2024.** Documento interno, 2024.



_____. **Plano de desenvolvimento integrado do turismo sustentável do Polo Caminho das Águas.** Elaborado por LOG Estratégia Desenvolvimento e Gestão. Financiamento CAF - Banco de Desenvolvimento da América Latina, 2023a. 501 p.

_____. **Plano de desenvolvimento integrado do turismo sustentável do Polo Cânions de São Francisco.** Elaborado por LOG Estratégia Desenvolvimento e Gestão. Financiamento CAF - Banco de Desenvolvimento da América Latina, 2023b. 486p.

_____. **Plano de desenvolvimento integrado do turismo sustentável do Polo Costa dos Corais.** Elaborado por LOG Estratégia Desenvolvimento e Gestão. Financiamento CAF - Banco de Desenvolvimento da América Latina, 2023c. 493p.

SKIFT. **Skift megatrends 2025.** 2024. Disponível em: <https://skift.com/megatrends-2025/>. Acesso em: fevereiro de 2025.

WORLD TRAVEL & TOURISM COUNCIL; JLL. **Destination 2030: global cities' readiness for sustainable tourism growth.** 2022. Disponível em: <https://researchhub.wttc.org/product/destinations-2030-global-cities-readiness-for-sustainable-tourism-growth>. Acesso em: novembro de 2024.

ANEXO 1

FORMULÁRIO ONLINE PARA CONTRIBUIÇÕES SOBRE O DIAGNÓSTICO E ESTRATÉGIAS

DIRETRIZES PARA A POLÍTICA ESTADUAL DO TURISMO ORIENTADA PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL DE ALAGOAS

1. APRESENTAÇÃO

No âmbito da parceria entre o Governo de Alagoas e o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), firmada desde 2017, o projeto Visão Alagoas 2030 atua com o objetivo de fortalecer o engajamento do estado em prol de uma prosperidade urbana sustentável e inclusiva, por meio de uma melhor compreensão do ambiente urbano e do estabelecimento ou aperfeiçoamento de suas políticas públicas, planos e ações.

Neste sentido, as **Diretrizes para a Política Estadual do Turismo orientada para o desenvolvimento urbano sustentável de Alagoas** consiste na consolidação e aprimoramento de estratégias para apoiar a Secretaria de Estado do Turismo (SETUR) no fortalecimento da sua atuação institucional e no Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo.

Objetivo, público-alvo e elaboração das estratégias

- **Objetivo:** coletar sugestões acerca das estratégias para desenvolver o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo, garantindo uma maior sustentabilidade ao desenvolvimento do

turismo em Alagoas e considerando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 e a Nova Agenda Urbana, em especial, as questões relacionadas à transição necessária para mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

- **Público-alvo:** representantes do trade turístico, instâncias de governança regionais, Conselhos Municipais de Turismo, academia, associações comunitárias ou ONGs, gestão pública estadual e municipal, entre outros atores relevantes do setor.
- **Elaboração das estratégias:** formulação a partir da análise dos seguintes instrumentos (i) Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) dos Polos Caminho das Águas, Cânions do São Francisco e Costa dos Corais; (ii) eixo do turismo do Programa Renascença; (iii) lições aprendidas com o Plano Estratégico de Turismo de Alagoas (2013-2023); e (iv) análise de indicadores sociais, ambientais, econômicos e turísticos atuais do estado.

Prazo e sigilo do formulário

O preenchimento do formulário deve ser concluído até o dia 08/11 (sexta-feira). Os dados coletados serão de uso interno do projeto Visão Alagoas 2030, garantindo o sigilo e a segurança das informações.

Sua participação é fundamental para apoiar a SETUR na elaboração de estratégias para o turismo de Alagoas. Agradecemos a sua colaboração!

2. E-MAIL: _____

3. TERMO DE CONSENTIMENTO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Ao participar desta pesquisa estou ciente e concordo que os meus dados pessoais poderão ser utilizados pelo projeto Visão Alagoas 2030 para:

- a) Produzir estudos técnicos, nos quais os dados pessoais serão anonimizados; e
- b) Gerar boletins, painéis interativos, infográficos, relatórios técnicos entre outros instrumentos de divulgação, nos quais os dados pessoais serão anonimizados.

Estou ciente que, a qualquer tempo, posso retirar o consentimento ora fornecido. Marcar apenas uma opção.

- Aceito
- Não aceito

4. VERSÃO PRELIMINAR DAS ESTRATÉGIAS ELABORADAS PARA DESENVOLVER ESTRATÉGIAS PARA O TURISMO DE ALAGOAS

Para a construção de estratégias para o turismo de Alagoas, foram elaboradas inicialmente 10 diretrizes. Em cada uma das estratégias apresentadas a seguir, você pode sugerir substituição de uma palavra ou trecho, propor uma adaptação e/ou exclusão, bem como registrar o que gostaria que fosse incluído como ação específica dentro de cada estratégia sugerida.

4.1. Fortalecer a gestão integrada do turismo e fomentar a adoção de práticas sustentáveis

1. Incluir a descentralização de decisões, facilitar a promoção conjunta dos destinos e a criação de rotas turísticas mais integradas, permitindo que municípios e instâncias regionais tenham maior autonomia, promovendo uma governança mais eficiente e adaptada às realidades locais; **2.** Fortalecer o Observatório de Turismo de Alagoas, de modo a incluir indicadores de monitoramento da sustentabilidade como um todo, uso de mapas temáticos para apoiar a tomada de decisão; **3.** Incluir a gestão climática de riscos, especialmente em destinos costeiros vulneráveis à elevação do nível do mar e tempestades mais frequentes; **4.** Incentivar a adoção de práticas sustentáveis por meio de certificações, premiações, benefícios fiscais e econômicos para o setor privado; e **5.** Apoiar a implantação de certificações, premiações e sistemas de gestão sustentável em destinos.

Essa estratégia está diretamente alinhada com o **ODS 11** (Cidades Sustentáveis) e o **ODS 17** (Parcerias para a Implementação dos Objetivos), além de apoiar a coesão territorial defendida pela Nova Agenda Urbana.

a

4.2. Melhorar a infraestrutura de saneamento e gestão de resíduos

A infraestrutura de saneamento básico é um dos maiores desafios em Alagoas, com muitos municípios ainda enfrentando falta de coleta de esgoto e deficiências na gestão de resíduos sólidos. A pressão turística, especialmente em destinos populares, agrava essas condições, colocando em risco os ecossistemas locais e a saúde pública.

1. Ampliar a cobertura de saneamento básico e implementar sistemas eficientes de coleta e destinação de resíduos sólidos são essenciais para garantir a sustentabilidade dos destinos turísticos e a qualidade de vida das comunidades; **2.** Investir em infraestrutura verde, como sistemas de drenagem urbana sustentável e soluções baseadas na natureza (como *wetlands* artificiais) para adaptar as cidades turísticas aos novos padrões de precipitação e enchentes mais intensas.

Essa estratégia atende ao **ODS 6** (Água Limpa e Saneamento) e ao **ODS 12** (Consumo e Produção Responsáveis), promovendo uma urbanização sustentável e resiliente conforme a Nova Agenda Urbana.

4.3. Capacitação e empoderamento das comunidades locais

A inclusão social e o fortalecimento econômico das comunidades locais são fundamentais para a sustentabilidade do turismo. Observa-se que muitas comunidades tradicionais e quilombolas em Alagoas ainda não estão plenamente integradas ao setor turístico. Programas de capacitação profissional, empreendedorismo e turismo de base comunitária são essenciais para garantir que essas populações possam participar e se beneficiar economicamente do crescimento do turismo. Além disso, a educação patrimonial e ambiental voltada para as comunidades também fortalece a identidade cultural e a preservação dos recursos naturais.

1. Incluir capacitações para a adaptação climática para as comunidades, como práticas de agricultura resiliente e construção de moradias adaptadas às mudanças climáticas; e **2.** Incorporar, no

turismo de base comunitária, atividades que educam turistas sobre os impactos climáticos e as soluções adotadas localmente.

Essa estratégia está alinhada com o **ODS 4** (Educação de Qualidade) e o **ODS 8** (Trabalho Decente e Crescimento Econômico).

4.4. Desenvolver infraestrutura de mobilidade sustentável e acessibilidade turística

A mobilidade e a acessibilidade são grandes desafios em Alagoas, principalmente nos polos turísticos emergentes, onde a infraestrutura de transporte é limitada.

1. Criar ciclovias, transporte público eficiente e acessível, e a melhoria das vias de acesso aos atrativos turísticos são fundamentais para reduzir a pegada de carbono e facilitar o deslocamento de turistas e moradores; **2.** Promover a acessibilidade para pessoas com deficiência é essencial para tornar o turismo inclusivo e acessível a todos; **3.** Priorizar a implementação de transporte elétrico e híbrido em rotas turísticas, aliado a pontos de recarga em áreas estratégicas; e **4.** Melhorar a infraestrutura resiliente a eventos climáticos extremos, como ventos fortes e alagamentos, garantindo acessibilidade em situações adversas.

Essa estratégia conecta-se ao **ODS 9** (Infraestrutura) e ao **ODS 11** (Cidades Sustentáveis), promovendo um desenvolvimento urbano que apoia a mobilidade e a acessibilidade sustentável.

4.5. Implementar políticas de monitoramento e controle da capacidade de carga turística

Em destinos mais consolidados, a superlotação e o turismo descontrolado ameaçam os recursos naturais e a infraestrutura local.

1. Implementar um sistema contínuo de monitoramento da capacidade de carga de atrativos turísticos para garantir que o número de visitantes não ultrapasse os limites sustentáveis, considerando que

estudos de capacidade de carga e a criação de mecanismos para regular o fluxo de turistas são fundamentais para a preservação dos ecossistemas sensíveis; e **2.** Incluir, no monitoramento da capacidade de carga, parâmetros climáticos, como a vulnerabilidade de ecossistemas turísticos a ondas de calor, aumento da temperatura da água do mar, que impacta os corais, e variações climáticas sazonais, ajustando a gestão do fluxo de turistas para proteger ambientes sensíveis.

Essa estratégia apoia o **ODS 15** (Vida Terrestre) e o **ODS 12** (Consumo e Produção Responsáveis), garantindo que o turismo seja um vetor de desenvolvimento sustentável e não de degradação ambiental.

4.6. Fomentar a inovação tecnológica e a inclusão digital nos polos turísticos emergentes

A digitalização e o uso de novas tecnologias têm o potencial de transformar a gestão turística e aumentar a competitividade dos destinos de Alagoas. Muitos polos emergentes ainda carecem de infraestrutura tecnológica, como conectividade com internet e ferramentas digitais para apoiar a promoção turística e a gestão sustentável dos recursos.

1. Investir em tecnologias como big data, inteligência artificial e plataformas de reservas online pode facilitar a gestão do fluxo de turistas e promover práticas mais sustentáveis; e **2.** Inovar no uso de tecnologias que preveem e monitoram eventos climáticos extremos para avaliar vulnerabilidades climáticas em tempo real, ajudando a prever riscos e tomar decisões rápidas no setor turístico.

Essa estratégia está diretamente alinhada com o **ODS 9** (Indústria, Inovação e Infraestrutura), apoiando a modernização do setor turístico e o fortalecimento da governança.

4.7. Diversificar a oferta turística com base em recursos culturais e naturais

O turismo em Alagoas é predominantemente voltado para o sol e praia, o que cria uma forte sazonalidade e concentração de turistas em determinadas épocas do ano.

1. Diversificar a oferta turística, valorizando os recursos culturais, históricos e naturais de regiões como os Quilombos e o Agreste, é uma oportunidade para reduzir a dependência do turismo de praia e atrair novos perfis de turistas; **2.** Promover o turismo de base comunitária, ecoturismo e turismo cultural pode gerar renda e desenvolvimento equilibrado em várias regiões do estado; **3.** Ampliar o foco da diversificação turística com o desenvolvimento do turismo regenerativo, que não só minimiza os impactos ambientais, mas busca restaurar os ecossistemas danificados por décadas de exploração; e **4.** Incentivar o turismo climático, que educa os visitantes sobre os desafios e soluções locais de adaptação às mudanças climáticas.

Essa estratégia apoia o **ODS 8** (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) e o **ODS 11** (Cidades Sustentáveis), além de promover a coesão social defendida pela Nova Agenda Urbana.

4.8. Fortalecer a governança participativa e o envolvimento comunitário

A governança participativa é essencial para garantir que as decisões sobre o desenvolvimento turístico sejam inclusivas e reflitam as necessidades e expectativas das comunidades locais. Em muitos municípios, a comunicação com os moradores e pequenos empreendedores ainda é limitada, o que dificulta o engajamento e a participação efetiva.

1. Criar canais formais e contínuos de diálogo entre a população, o setor público e o setor privado é fundamental para uma governança eficiente e transparente; **2.** Capacitar de modo contínuo os gestores

IGRs e conselheiros municipais, para ampliar sua capacidade de realizar ações efetivas e planejadas; e **3**. Criar fóruns de discussão regionais e estaduais periódicos, bem como hub compartilhado de informações e boas práticas.

Essa estratégia está alinhada com o **ODS 16** (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) e com a Nova Agenda Urbana, que promove uma governança inclusiva e participativa.

4.9. Estabelecer políticas de preservação cultural e patrimonial

A valorização da cultura e do patrimônio histórico de Alagoas, especialmente nas regiões de Penedo, Marechal Deodoro e nas comunidades quilombolas, é uma oportunidade de diversificar a oferta turística e fortalecer a identidade local. Iniciativas de preservação e promoção da cultura local, como festivais gastronômicos, roteiros culturais e o turismo de vivências, podem gerar renda para as comunidades e promover um turismo mais autêntico e sustentável.

1. Incluir, na preservação cultural, a proteção de patrimônios vulneráveis a desastres climáticos, como elevação do nível do mar, tempestades e deslizamentos de terra; e **2**. Garantir medidas de proteção climática para esses bens culturais e históricos devem ser parte de uma estratégia de longo prazo.

Essa estratégia está conectada ao **ODS 11** (Cidades Sustentáveis), que valoriza a preservação do patrimônio cultural como parte do desenvolvimento urbano sustentável.

4.10. Promover a sustentabilidade para turistas e para o mercado

A conscientização ambiental é um fator chave para garantir que o turismo em Alagoas seja sustentável a longo prazo.

1. Implementar programas de educação ambiental, tanto para turistas quanto para as comunidades locais, pode incentivar práticas mais responsáveis e a conservação dos recursos naturais; **2**. Incentivar atividades educativas em áreas de preservação, como a Costa dos Corais e os Cânions do São Francisco, podem promover o turismo responsável e envolver as comunidades na proteção ambiental; **3**. Incorporar, nas campanhas de educação ambiental, o conceito de alfabetização climática, abordando o impacto das mudanças climáticas no estado e como o turismo pode ser tanto uma solução quanto uma fonte de problemas se não for gerido de forma responsável; **4**. Mapear boas práticas de sustentabilidade e incorporar ao Observatório de Turismo de Alagoas; e **5**. Incentivar a vivência de experiências sustentáveis e promover boas práticas para os turistas, operadores e outros parceiros do mercado.

Essa estratégia está alinhada com o **ODS 4** (Educação de Qualidade) e o **ODS 12** (Consumo e Produção Responsáveis).

6.7 Quais iniciativas de sustentabilidade a instituição que você representa adota? (marque todas as opções que se aplicarem). Se você marcar "Outros", por favor, insira exemplos de outras iniciativas que a sua instituição adota.

- Redução de resíduos e incentivo à reciclagem.
- Monitoramento regular da pegada de carbono e implementação de ações para sua redução.
- Utilização de energia renovável e promoção da eficiência energética.
- Incentivo da economia circular e redução do consumo de materiais descartáveis.
- Promoção de campanhas internas de conscientização ambiental para colaboradores e parceiros.
- Desenvolvimento de projetos de turismo responsável, com foco na preservação ambiental e no impacto positivo nas comunidades locais.
- Sustentabilidade como um critério essencial em decisões de compras e parcerias.
- Capacitação sobre sustentabilidade e mudanças climáticas para colaboradores.
- Apoio à projetos de conservação da biodiversidade em áreas protegidas.
- Promoção do turismo comunitário sustentável.
- Monitoramento de impactos da visitação turística sobre os recursos naturais.
- Outro

6.8 Com base na sua experiência profissional, indique os principais desafios para implantar projetos que visem incorporar práticas mais sustentáveis, responsáveis e resilientes nos destinos e empresas de turismo em Alagoas (marque todas as opções que se aplicarem). Se você marcar "Outros", por favor, insira exemplos de outros desafios relevantes na sua opinião.

- Baixa capacitação e sensibilização sobre práticas sustentáveis no setor de turismo.
- Ausência de integração e cooperação entre os setores público, privado e comunidades locais para desenvolver e sustentar iniciativas de sustentabilidade.
- Limitações de infraestrutura, como saneamento básico e transporte sustentável, para apoiar práticas de turismo responsável e sustentável.
- Resistência à mudança por parte do empresariado e gestores do setor do turismo devido ao custo inicial ou adaptação às novas práticas.
- Escassez de financiamento e incentivos específicos para iniciativas de sustentabilidade no turismo.
- Insuficiência de políticas públicas e regulamentações específicas para orientar práticas sustentáveis e responsáveis no turismo.
- Dificuldade na criação e implementação de sistemas de monitoramento e avaliação de impacto ambiental e social das atividades turísticas.
- Ausência de estratégias de marketing que valorizem e promovam os destinos e empresas sustentáveis junto aos turistas.
- Ausência de dados e indicadores locais sobre sustentabilidade no turismo para orientar tomadas de decisão.
- Infraestrutura turística inadequada para atender ao crescimento do turismo sem impactar negativamente o meio ambiente e as comunidades locais.
- Outros

VISÃO ALAGOAS 2030





Prosperidade Urbana
Inclusiva e Sustentável



Escaneie
para saber
mais

Continue nos acompanhando!

 @onuhabitatbrasil

 ONU-Habitat Brasil

 /onuhabitatbr

visaoalagoas2030.al.gov.br